



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

ROSANA AKEMI PAFUNDA

AS NOVAS RURALIDADES NO DEBATE PARADIGMÁTICO: ESTUDO DE CASO
SOBRE OS NEO-RURAIS DE JUQUITIBA, SÃO PAULO

SÃO PAULO

2016

ROSANA AKEMI PAFUNDA

AS NOVAS RURALIDADES NO DEBATE PARADIGMÁTICO: ESTUDO DE CASO
SOBRE OS NEO-RURAIIS DE JUQUITIBA, SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Desenvolvimento, sustentabilidade e território”.

Orientador: Clifford Andrew Welch.

SÃO PAULO

2016

Pafunda, Rosana Akemi.
P127 As novas ruralidades no debate paradigmático : estudo de caso sobre os neo-rurais em Jquitiba, São Paulo / Rosana Akemi Pafunda. – São Paulo, 2016.

128 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Clifford Andrew Welch.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

Bibliografia

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Brasil – Migração urbana-rural. 4. Agricultura familiar – Jquitiba, São Paulo. 5. Brasil – Trabalhadores rurais. 6. Cooperativa dos Produtores Rurais de Jquitiba e Região. I. Título.

CDD 301.35098161

ROSANA AKEMI PAFUNDA

AS NOVAS RURALIDADES NO DEBATE PARADIGMÁTICO: ESTUDO DE CASO
SOBRE OS NEO-RURAIIS DE JUQUITIBA, SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Desenvolvimento, sustentabilidade e território”.

Orientador: Clifford Andrew Welch.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clifford Andrew Welch (Universidade Federal de São Paulo)

Prof.^a Dr.^a. Silvia Aparecida de Sousa Fernandes (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof.^a Dr.^a. Michelle Sato Frigo (Universidade Federal do ABC)

São Paulo, 18 de março de 2016

Ao eterno amigo Pompeu Salgado (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

As breves linhas desta página provavelmente não expressam meu profundo agradecimento a todos aqueles que tornaram este trabalho possível.

Inicialmente gostaria de agradecer ao Projeto Residência Agrária, uma política pública, fruto da parceria entre UNESP/ENFF/IPPRI/VIA CAMPESINA. Foi graças à oportunidade de participar desse Projeto que conheci e me relatei com a comunidade tratada neste estudo.

À Escola Nacional Florestan Fernandes que me acolheu e proporcionou um espaço tão singular para o aprendizado. Na ENFF conheci pessoas maravilhosas, fiz grandes amigos e vivenciei um pouco do modo de ser camponês.

À Prof.^a Silvia Aparecida de Sousa Fernandes pelas grandes contribuições no exame geral de qualificação. Com olhar bastante analítico, mas sempre com muita ternura, seus apontamentos foram preciosos e enriquecedores, pois indicaram lacunas e novos caminhos à pesquisa em andamento.

Ao Prof. Bernardo Mançano Fernandes por me apresentar os paradigmas, assim como as diferentes intencionalidades e visões de mundo. Sem dúvida é um dos maiores intelectuais da geografia agrária. Muito obrigada pelos conselhos e advertências, suas críticas sempre me foram reflexivas e construtivas.

Ao Prof. João Osvaldo Rodrigues Nunes pelas valiosas dicas que deu à turma durante a disciplina por ele ministrada: Uso do Relevo e do Solo na Conservação dos Territórios. O Prof. João Osvaldo enfatizou o quanto é fundamental, independentemente da temática estudada, nunca negligenciar o meio ambiente. Segundo o professor, em nossas pesquisas é preciso analisar a natureza enquanto material e concreto, pois todo objeto de estudo está localizado num ambiente.

Ao Jeferson de Paula Silva, secretário do IPPRI, agradeço muito pelo trabalho que exerce na organização de nosso Programa de Pós-graduação e por todos os documentos que me providenciou prontamente.

À minha amiga Adriana Keiko Nishida Costa, a “Keiko” pela disponibilidade de ler e comentar este trabalho.

À Graziela Jackyman, bibliotecária do IPPRI, uma grande profissional: competente e detalhista até nos e-mails rotineiros. É surpreendente a simpatia com a qual nos auxilia incondicionalmente. Sua ajuda foi fundamental para a localização de muitas referências utilizadas neste estudo.

Ao meu orientador Clifford Andrew Welch que neste ano completa uma década que nos conhecemos. Nossa trajetória vem desde a graduação, quando ele me incentivou à iniciação científica na UNESP Campus de Presidente Prudente e depois como meu orientador da monografia em geografia. Anos mais tarde, desiludida com os percalços da profissão e disposta a recomeçar outra graduação, em economia na Universidade Federal de Rondonópolis, ele mais uma vez me impulsionou a retornar ao mundo acadêmico, mas sem abandonar nossas raízes, dando continuidade numa pós-graduação.

Aos neo-rurais da COOPJUQUI que me permitiram “invadir” seus sítios e conhecer um pouco sobre suas histórias de vida e empreitadas no mundo rural.

Ao meu namorado e futuro companheiro para a vida, Kleber Trambaiolli, pela paciência, respeito, carinho e inestimável dedicação, inclusive de suporte técnico aos trabalhos de campo.

Por fim, não poderia deixar de registrar minha gratidão ao meu cão Oto, por todas as horas que permaneceu ao meu lado, enquanto me debruçava entre livros e escrevia a dissertação. Ele tornou essa etapa do trabalho um processo menos solitário.

A melhor relação humana

Em nossas vidas muitas relações
Uma delas fascinante,
Ao nosso lado acompanhante,
Sincero, leal, sem alucinações.

Gosta, admira, bom para o coração.
Claro, a maioria não tem em mente
Essa forma de amar platonicamente,
Profunda, intensa, sem o egoísmo da paixão.

Convívio que traz felicidade
Sem interesses, sem a perversidade,
Sem o sofrimento da paixão.
Qual o nome de tal relação?
O nome mais mágico: Amizade,
Essa sim, duradoura de verdade!

(POMPEU, 2011, p. 81).

RESUMO

Em diálogo com os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário o presente trabalho procurou analisar a migração do meio urbano para o rural conhecido como fenômeno neo-rural ou novo rural que culminou na formação da Cooperativa dos Produtores Rurais de Juquitiba e Região (COOPJUQUI). Trabalhadores urbanos, alguns com raízes no campo, pois seus pais ou avós eram camponeses, mas, sobretudo, pessoas sem qualquer vínculo com o meio rural, isto é, que nasceram e viveram em grandes cidades, tem migrado para o campo com o objetivo buscar a satisfação pessoal e a qualidade de vida não proporcionada pelo espaço urbano. A vontade de viver com tranquilidade, de se reencontrarem consigo mesmos e com o outro, além do anseio por controlar o próprio tempo, tem motivado muitos habitantes citadinos a abandonar o meio urbano e suas profissões na cidade para trabalhar no campo em sintonia com a natureza como agricultores familiares. Estes novos rurais ou neo-rurais vem ocupando uma pequena área do Vale do Ribeira. Neste contexto, investigou-se como o processo vislumbrado na Europa, sobretudo a partir dos anos 80, tem se desenvolvido em Juquitiba, município com a maior área de Mata Atlântica preservada da Região Metropolitana de São Paulo. A metodologia empregada na pesquisa foi, sobretudo, empírica, associada ao levantamento de dados e bibliografias. Na realização da pesquisa de campo foram entrevistados 11 neo-rurais que se dedicam à fungicultura, uma das sete cadeias produtivas da cooperativa e a que compreende a maior parcela de seus cooperados. Inicialmente, o trabalho se ateve a contextualizar a região a partir de suas características geofísicas e históricas. Relacionando os relatos dos entrevistados com as referências bibliográficas analisou-se como as noções de pluriatividade e de multifuncionalidade da agricultura estão presentes nas práticas dos neo-rurais e resgatam a essencialidade da atividade agrícola enquanto modo de vida para o campesinato perfazendo, por conseguinte, as novas ruralidades. As etapas no modo de produzir o cogumelo também são descritas, pois se reconhece o processo de transição agroecológica. A conclusão deste trabalho é a de que os neo-rurais se posicionam em ambos os paradigmas. Filiam-se ao PCA na medida em que atendem a um nicho de mercado que os integra à agricultura empresarial. Por outro lado, se afastam da agricultura capitalista porque não se organizam a partir do trabalho assalariado. Compartilham do PQA, pois a estrutura produtiva é sustentada fundamentalmente pela família.

Palavras-chave: Paradigma da questão agrária. Paradigma do capitalismo agrário. Pluriatividade. Multifuncionalidade da agricultura. Vale do Ribeira. Shitake.

ABSTRACT

In dialogue with the paradigms of the agrarian question and the agrarian capitalism this study was to analyze the migration from urban to rural known as neo-rural or new rural phenomenon that culminated in the formation of the Cooperativa dos Produtores Rurais de Juquitiba e Região (COOPJUQUI). Urban workers, some with roots in the field, because their parents or grandparents were farmers, but above all people without any link with the countryside, that is, who were born and lived in large cities, have migrated to the country in order to seek personal satisfaction and quality of life is provided by the urban space. The desire to live in peace, to rediscover themselves and with each other, beyond the desire to control time itself, has motivated many inhabitants townspeople to leave the urban and their professions in the city to work in the field in tune with nature as farmers. These new rural or neo-rural is occupying a small area of the Vale do Ribeira. In this context, we investigated how the envisaged process in Europe, especially since the 80s, has been developed in Juquitiba, municipality with the largest Atlantic Forest preserved area of Greater São Paulo. The methodology used in the research was mainly empirical, associated with data collection and bibliographies. In conducting the field survey respondents were 11 neo-rural engaged in fungicultura, one of the seven production chains of the cooperative and comprising the largest share of its members. Initially, the work is adhered to contextualize the region from its geophysical and historical features. Reconnecting the reports of respondents with references analyzed how the notions of pluriactivity and agriculture multifunctionality are present in the neo-rural practices and rescue the essentiality of agricultural activity as a way of life for the peasantry making therefore the new ruralities. The steps in order to produce the mushroom are also described, as it recognizes the agroecological transition. The conclusion of this work is that the neo-rural position themselves in both paradigms. They are affiliated to the PCA in that cater to a niche market that integrates the agriculture business. On the other hand, move away from capitalist agriculture because they are organized from wage labor. They share the PQA as the productive structure is fundamentally supported by the family.

Keywords: Paradigm of the agrarian question. Paradigm of agrarian capitalism. Pluriactivity. Multifunctionality of agriculture. Vale do Ribeira; Shitake.

RESUMEN

En diálogo con los paradigmas de la cuestión agraria y el capitalismo agrario este estudio fue analizar la migración de urbano a rural conocida como fenómeno neo-rural o nueva rural que culminó con la formación de la Cooperativa de Produtores Rurais de Juquitiba e Região (COOPJUQUI). Los trabajadores urbanos, algunos de ellos con raíces en el campo, debido a que sus padres o abuelos eran agricultores, pero por encima de todas las personas sin ningún vínculo con el campo, es decir, que han nacido y vivido en grandes ciudades, han emigrado al país con el fin de buscar satisfacción personal y calidad de vida es proporcionado por el espacio urbano. El deseo de vivir en paz, para redescubrir a sí mismos y entre sí, más allá del deseo de controlar el tiempo mismo, ha motivado a muchos habitantes gente del pueblo para salir de la urbana y sus profesiones en la ciudad para trabajar en el campo, en sintonía con la naturaleza como agricultores. Estos nuevos rural o neo-rural está ocupando un área pequeña del Vale do Ribeira. En este contexto, se investigó cómo el proceso previsto en Europa, sobre todo desde los años 80, se ha desarrollado en Juquitiba, municipio con la mayor área de bosque atlántico conservado de la Gran Sao Paulo. La metodología utilizada en la investigación fue principalmente empírica, asociado con la colección y en las bibliografías de datos. En la realización de los encuestados eran de campo 11 neo-rurales dedicadas a fungicultura, una de las siete cadenas de producción de la cooperativa y que comprende la mayor parte de sus miembros. Inicialmente, el trabajo se adhiere a contextualizar la región a partir de sus características geofísicas e históricos. Volver a conectar los informes de los encuestados con referencias analizadas cómo están presentes en las prácticas Neorrural las nociones de pluriactividad y multifuncionalidad agricultura y rescatar a la esencialidad de la actividad agrícola como una forma de vida para los campesinos haciendo, por tanto, la nuevas ruralidades. También se describen los pasos en orden para producir el hongo, ya que reconoce la transición agroecológica. La conclusión de este trabajo es que la posición neo-rural a sí mismos en los dos paradigmas. Están afiliados a la PCA en que atienden a un nicho de mercado que integra el negocio de la agricultura. Por otra parte, alejarse de la agricultura capitalista porque están organizados del trabajo asalariado. Comparten la PQA como la estructura productiva se apoya fundamentalmente por la familia.

Palabras-clave: Paradigma de la cuestión agraria. Paradigma del capitalismo agrario. Pluriactividad. Multifuncionalidad de la agricultura. Vale do Ribeira. Shitake.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – 2º Encontro de Apicultores em São Lourenço da Serra.....	20
Figura 2 – Extensão e pontos extremos do Brasil.....	28
Figura 3 – Domínios Morfoclimáticos do Brasil.....	29
Figura 4 – Morros mamelonares em Juquitiba.....	30
Figura 5 – Rio no fundo de vale.....	31
Figura 6 – Bromélia em tronco de árvore da Mata Atlântica.....	35
Figura 7 – Cipós de diferentes diâmetros.....	35
Figura 8 – Capela onde se constituiu o primeiro povoado de Juquitiba.....	46
Figura 9 – Moinho ornamental.....	47
Figura 10 – Acesso à Juquitiba pela BR116.....	48
Figura 11 – Rio Juquiá.....	49
Figura 12 – Aldeia do Artesanato.....	50
Figura 13 – Esgoto sanitário de Juquitiba.....	52
Figura 14 – Represa Cachoeira do França.....	53
Figura 15 – Colmeia de abelhas jataí.....	69
Figura 16 – Substratos de shitake.....	86
Figura 17 – Barracão e espaço para beneficiamento.....	87
Figura 18 – Período de maturação.....	87
Figura 19 – Cogumelos em fase de colheita.....	88
Figura 20 – Choque térmico.....	89
Figura 21 – Colheita dos shitakes.....	90
Figura 22 – Processo de embalagem dos cogumelos.....	91
Figura 23 – Pesagem e refrigeração dos cogumelos.....	91
Figura 24 – Variedade de tamanho do shitake.....	92
Figura 25 – Substrato contaminado.....	92
Figura 26 – Termohigrômetro.....	94
Figura 27 – Folhagem após receber substrato.....	95
Figura 28 – Toras de kunugui inoculadas.....	96
Figura 29 – Toras em processo de colonização.....	97
Figura 30 – Shitake de tora.....	98
Figura 31 – Blocos em processo de maturação fora do barracão.....	105
Figura 32 – Neo-rurais nas Disputas Paradigmáticas.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
COOPJUQUI	Cooperativa dos Produtores Rurais de Juitiba e Região
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBF	Instituto Brasileiro de Florestas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPRS	Instituto Paulista de Responsabilidade Social
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
ISA	Instituto Socioambiental
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NB	Núcleo de Base
OCESP	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
ONG	Organizações não governamentais
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronea	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PQA	Paradigma da Questão Agrária
SAF	Sistema Agroflorestal
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Descrição do Trabalho de campo.....	18
1.2	Neo-rurais e a Geografia.....	22
1.3	Estrutura da dissertação.....	25
2	CONTEXTUALIZAÇÃO GEOHISTÓRICA DE JUQUITIBA	27
2.1	Aspectos geofísicos.....	28
2.2	Vale do Ribeira: ocupação ibérica e configuração em Território da Cidadania.....	36
2.3	Histórico municipal e dados socioeconômicos	45
3	RURALIDADES CONTEMPORÂNEAS.....	54
3.1	Neo-ruralismo, pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura	54
3.2	Os neo-rurais de Jquitiba	64
4	NOVAS RURALIDADES NO DEBATE PARADIGMÁTICO.....	74
4.1	A formação socioterritorial da COOPJUQUI	75
4.1.1	Os desafios do cooperativismo.....	82
4.2	Da fabricação do substrato à produção do shitake	85
4.3	As etapas de cultivo do shitake de tora.....	96
4.4	Fundamentos agroecológicos e os processos produtivos do cogumelo	100
4.4.1	Alternativas sustentáveis para o Vale do Ribeira.....	108
4.5	Os fungicultores como neo-rurais	110
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
	REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

A princípio, o projeto de pesquisa submetido a esse curso de mestrado pretendia investigar as maneiras pelas quais a regulamentação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) estava gerando situações contrárias aos interesses dos camponeses, mas por razões mais complexas do que as críticas lançadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Via Campesina apresentam. Para tanto, analisaríamos a rede dos grandes grupos empresariais e outros atores representantes do Estado responsáveis pelo transporte público movido a biodiesel do município de São Paulo, a citar: o Grupo Carlos de Abreu, a Viação Itaim Paulista (VIP), a empresa B100 Energy e a BR Distribuidora, segmento da Petrobrás. O projeto dava continuidade ao trabalho de conclusão de curso de graduação em Geografia.

Todavia, com o início das aulas e a vivência enriquecedora na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), não foi possível deixar de repensar as escolhas de pesquisa e, sobretudo, de vida.

Cabe ressaltar que a ENFF proporciona um ambiente diferenciado para o desenvolvimento dos estudos, tendo em vista o sentido político internalizado na sua organização. A própria organicidade da escola propicia um grande aprendizado, pois nos insere no universo de trabalho e rotina dos movimentos, experiência inusitada para mim.

Para exemplificar, a divisão da turma por Núcleos de Base (NBs), a divisão das tarefas domésticas e as inúmeras reuniões onde questões mais pertinentes ao curso eram discutidas e decididas coletivamente são algumas das atividades nas quais participei e que pude aprender com os companheiros da minha turma de mestrado outras formas de organização e sociabilidade. Foi a partir deste mestrado que participei pela primeira vez de uma mística.

Valorizo a proposta pedagógica da ENFF embasada no princípio da coletividade que se manifesta, de maneira mais evidente, nas atividades cotidianas realizadas com a participação de todos os educandos. Por esta razão, considero que o processo de inserção dos educandos à dinâmica de tarefas da casa é essencial, a fim de atender esta pedagogia específica. Contudo, o que mais nos surpreendeu durante a experiência vivida na ENFF que, aparentemente era familiar para a maioria dos educandos, foram os processos de avaliação e organização coletiva do curso. Isso chamou muito a atenção, pois se diferenciam completamente ao modelo verticalizado adotado pela Educação regular no Brasil. A simples

definição de um nome para a nossa turma, definido posteriormente como José Carlos Mariátegui, gerou uma série de debates, ora em NB, ora com toda turma.

Inicialmente, foi determinado que cada NB deveria, coletivamente entre seus membros, sugerir um nome para a turma. Quando cada NB escolheu o seu nome propondo-o a todos os demais NB, imaginei que a elegibilidade se daria por meio de uma votação convencional, mas, na realidade, desfechou-se sob o consenso de toda a sala após um longo debate.

Enfim, os diálogos eram constantes, nos momentos de organização de seminários para as disciplinas, na construção das místicas ou mesmo para se esclarecer problemas logísticos e estruturais do curso. Esse conjunto de atividades não vinculadas diretamente às disciplinas me proporcionou uma formação mais abrangente, uma vez que estimulam a reflexão, a oralidade e o trabalho em equipe. Em outras palavras, a educação enquanto processo que se constrói em todos os espaços, além da sala de aula, se efetiva na dinâmica oferecida pela ENFF, cuja estrutura pedagógica calca-se na Educação do Campo.

Em virtude da experiência formativa vivenciada na ENFF percebi a necessidade de repensar o projeto de pesquisa sob a perspectiva de acolher um objeto de estudo cuja análise perpassasse as potencialidades, desafios e controvérsias da lógica da coletividade, tão presente e fomentada durante o cotidiano do Tempo Escola (TE). Uma cooperativa seria um bom exemplo.

A cooperativa tratada neste trabalho foi identificada justamente graças à outra singularidade do curso de mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, o Projeto de Residência Agrária do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), fruto da parceria entre a Universidade Estadual Paulista, a Escola Nacional Florestan Fernandes e a Via Campesina.

Em síntese, a proposta pedagógica para o Tempo Comunidade (TC) era de que nesse período os educandos não se limitassem à tarefa teórica de produção dos artigos científicos e/ou trabalhos para as disciplinas, além da pesquisa individual conduzida por cada mestrando. O Tempo Comunidade pressupunha também o aprendizado prático junto às comunidades rurais, processo no qual a Turma José Carlos Mariátegui foi inserida por intermédio do Projeto de Residência Agrária.

Dessa forma, ao término das aulas, fomos orientados a procurar comunidades rurais primordialmente presentes nos Territórios da Cidadania ou assentamentos de reforma agrária localizados numa das cinco macrorregiões a fim de atuarmos de modo prático. Essa atividade

também se configurou num dos requisitos para o exame de qualificação, pois integralizou três créditos dos seis exigidos pelo Programa de Pós-Graduação durante o Tempo Comunidade.

O Roteiro de Trabalho do I Tempo Comunidade¹ fornecido pela Coordenação da Residência Agrária traz questionários sobre infraestrutura social, saúde, educação, produção e renda, cultura e meio ambiente, com o objetivo de identificar e caracterizar a área e o perfil da comunidade escolhida.

Os dados dos questionários foram tabulados posteriormente pela Coordenação da Residência Agrária e os educandos ficaram responsáveis por produzir um relatório de quatro laudas, informando: descrição da trajetória de inserção no local para a atividade de campo; contextualização da comunidade; sugestões de ações para o projeto de intervenção durante o II Tempo Comunidade e uma descrição dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa (correspondente ao trabalho de avaliação para a disciplina Metodologia da Pesquisa, ministrada pelo Prof. Eliseu S. Sposito).

Para esse trabalho a Residência Agrária foi realizada no Território da Cidadania Vale do Ribeira (SP), junto aos agricultores familiares da Cooperativa dos Produtores Rurais de Juitiba e Região (COOPJUQUI). No primeiro encontro, a COOPJUQUI estava composta por 53 membros distribuídos em sete cadeias produtivas: fungicultura (shimeji e shiitake²), olericultura, apicultura, floricultura, ranicultura, avicultura e fruticultura (amora preta).

O primeiro contato com alguns dos integrantes da COOPJUQUI, na ocasião da aplicação do questionário do I Tempo Comunidade, impulsionou a completa mudança de objeto de estudo e projeto de pesquisa por se almejar um estudo mais propositivo capaz de operacionalizar a teoria para a prática, uma vez tendo a oportunidade de estar mais próxima de comunidades rurais, vivendo e aprendendo com suas formas de organização cooperativista, modo de produção e relações com a terra.

Desejava que a passagem pelo mestrado não se restringisse à construção de um trabalho teórico, cujo fim é ele mesmo. Para tanto, a pesquisa deveria ser mais proativa, cuja coleta de dados e experiências observadas dialogasse com as teorias, sob a perspectiva de

¹ Devido à abrangência temática do questionário proposto no Roteiro de Trabalho do I Tempo Comunidade, muitas perguntas não puderam ser respondidas pelos integrantes da COOPJUQUI. Dados referentes à educação foram obtidos por meio de pesquisas junto ao site da Diretoria de Ensino de Itapeverica da Serra, a qual se vincula as escolas de Juitiba e através do contato telefônico com a Supervisora de Ensino, Santina Soares, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC). A despeito do tema produção e renda, conversou-se com a representante da Casa da Agricultura de Juitiba, Maria Marcia Santos Souza. Com relação às questões sobre meio ambiente, parte das informações foi fornecida pelo então Secretário de Agricultura e Meio Ambiente Hercules de Melo Fabre. Os dados coletados foram direcionados para o relatório de Residência Agrária.

² Cogumelos comestíveis típicos da culinária japonesa.

contribuir no avanço sobre a realidade. Como isso aparentemente não estava presente no projeto de pesquisa anterior, o mesmo foi substituído, tornando a COOPJUQUI, comunidade escolhida para a Residência Agrária, o objeto de estudo.

A alteração foi autorizada pela Coordenação do Programa e, após o término das aulas (segunda quinzena de abril de 2014), ocorreu o retorno a campo a fim de dar continuidade às tarefas do II Tempo Comunidade.

1.1 Descrição do trabalho de campo

A partir da teoria sobre cooperativismo enquanto um modelo socioeconômico fadado ao fracasso, devido à frequente distorção de um dos seus pilares (o processo quase inevitável de heterogestão), o intuito inicial no trabalho de campo era conhecer com maior profundidade os agricultores familiares membros da COOPJUQUI, suas experiências e trajetórias de vida, com o objetivo de analisar em que medida as diferentes percepções dos atores sociais poderiam contribuir ou gerar obstáculos para a participação democrática no processo de autogestão, tão essencial ao cooperativismo.

Sob esse direcionamento e com base nos dados obtidos por intermédio da Residência Agrária durante o I Tempo Comunidade, foi realizado um levantamento teórico sobre economia solidária, cooperativismo e agroecologia, esse último tema se justifica pelo fato da COOPJUQUI produzir seus alimentos numa Área de Proteção Ambiental (APA) especialmente marcada pela conservação de Mata Atlântica. Paralelamente, foi elaborado um roteiro de perguntas a ser aplicado junto aos membros da COOPJUQUI, com enfoque entre os fungicultores, por constituírem o grupo mais numeroso de cooperados dentre as sete cadeias produtivas (dos 53 membros na ocasião do I Tempo Comunidade, 33 pertenciam à cadeia fungicultora).

Após o agendamento de entrevistas com alguns fungicultores e a confirmação de participação no 2º Encontro de Apicultores, um evento informal realizado num sítio em São Lourenço da Serra, município vizinho à Jquitiba; em maio de 2014 realizou-se o retorno a campo a fim de dar continuidade à Residência Agrária e levantar mais informações sobre a cooperativa.

Nesse sentido, parte do método utilizado na pesquisa foi a aplicação de questões semiabertas aos entrevistados. Abaixo, seguem as perguntas feitas aos produtores da COOPJUQUI:

1. Onde nasceu? No campo ou na cidade? É filho de agricultores? Relate sobre sua infância e seu contato com a agricultura.
2. Qual sua formação e experiência profissional?
3. O que o motivou a sair da cidade para trabalhar com a agricultura?
4. A escolha pelo município de Juquitiba ou região se deu por alguma razão específica?
5. O que tem achado do manejo dos cogumelos? Vem atendendo suas expectativas?
6. Como conheceu e se inseriu na cooperativa?
7. Qual sua percepção sobre a organização e participação na cooperativa, principalmente no que tange ao processo decisório, se o considera democrático e a gestão transparente? Aponte os problemas e as características positivas que verifica.

No decorrer das entrevistas realizadas nos sítios dos fungicultores, e durante o encontro destinado à aprendizagem da apicultura (2º Encontro de Apicultores) se observou que a maioria dos cooperados era proveniente de grandes cidades, ou seja, consistiam em pequenos produtores rurais de origem urbana e que nenhum deles participava de movimentos sociais, como o MST ou Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), tampouco estabeleciam alguma relação com militantes acampados ou assentados da Reforma Agrária.

Os cooperados se definiam enquanto sitiantes, agricultores familiares ou mesmo pequenos produtores, apesar de não possuírem experiência na atividade agrícola. E, quando questionados sobre a possibilidade de já terem entrado em disputa com latifundiários ou corporações do agronegócio, responderam estar alheios a esses conflitos, ou seja, que não vivenciavam esses problemas fundiários como tantas outras comunidades rurais.

Foram entrevistados 11 fungicultores, o equivalente a um terço dos membros desta cadeia, além de um apicultor.

A figura 1 retrata um dos momentos em que estes sitiantes foram entrevistados e observam as explicações sobre a criação da abelha Jataí.

Figura 1- 2º Encontro de Apicultores em São Lourenço da Serra



Foto: Fotografado pela autora, maio de 2014.

Foi constatada a dificuldade em localizar referenciais teóricos direcionados ao estudo de uma cooperativa composta por cidadãos que buscam o modo de ser e viver camponês, a satisfação e o bem-estar não propiciado pelas grandes cidades e, para tanto, rompem com o estilo de vida urbano passando a morar no campo e trabalhar em atividades agrícolas.

Apesar das constantes pesquisas e diálogos com outros estudantes sobre essa questão, foi difícil conseguir enquadrar os sujeitos da COOPJUQUI a uma classificação coerente com as observações: apesar de apresentarem traços do campesinato, também continham elementos bastante singulares que, aparentemente, fugiam à categoria.

No segundo semestre de 2014, conhecendo a expressão “neo-rurais” ao assistir a um seminário sobre agroecologia e economia solidária realizado pela Universidade Federal do ABC (UFABC), foi possível estabelecer uma relação direta com os relatos dos agricultores familiares, pequenos produtores ou sitiantes da COOPJUQUI. O neo-ruralismo representa o revigoramento do modo de viver no campo porque corresponde ao desejo, por parte das pessoas da cidade, de reviver os valores típicos do mundo rural: a valorização da natureza, assim como do espaço cotidiano “tornando-o suportável, desejável e consumível” (GIULIANI, 1990, p. 63). Em contraposição, se encontra a vida urbana marcada pela autocracia do trabalho nas indústrias que tornam as relações pessoais cada vez mais superficiais.

Todos os neo-rurais, ao argumentar sobre a decisão de mudar para o campo, e ao tecerem elogios incondicionais às qualidades da vida agreste, definem como

degradadas e degradantes as condições de vida nas cidades. O neo-ruralismo pode ser analisado como uma forma de protesto, ainda que canalizado e recuperado. Um protesto contra o trabalho parcelado, o gigantismo urbano, a degradação das relações sociais, contra a feiúra e uniformidade do ambiente físico das cidades. É contra tudo isso que se justifica a volta ao passado e à natureza [...]. (GIULIANI, 1990, p. 63).

A descoberta dos neo-rurais constituiu o ponto de partida para o levantamento bibliográfico e a revisão das questões da pesquisa, inicialmente voltadas para os pilares do cooperativismo. Esse processo reverso ao êxodo rural se mostra mais evidente na Europa do que no Brasil, e, por isso, vários trabalhos científicos se baseiam primordialmente em referências teóricas europeias, em especial francesas.

A trajetória de investigação por publicações sobre o movimento neo-rural no Brasil foi bastante dificultosa e demorada, palavras-chave como “neo-rural” ou “neo-ruralismo” nas bases de dados dos acervos de diferentes universidades dificilmente resultava em um número de publicações satisfatório, provavelmente por ser um assunto mais recente. Ao ler alguns dos artigos científicos localizados, foram descobertas outras expressões de busca que se vinculavam aos neo-rurais e auxiliaram no levantamento bibliográfico: “ruralidades”, “novas ruralidades”, “pluriatividade” e “multifuncionalidade da agricultura”.

A partir do contexto apresentado, este trabalho investigou como o processo de ocupação do campo por pessoas da cidade tem se desenvolvido em território nacional, mais especificamente no município de Juquitiba, estado de São Paulo. A socióloga Maria José Carneiro, cujo doutorado foi realizado em Antropologia Social na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, estudou o campesinato e as sociedades rurais no Brasil e na França. A cientista acredita que, no Brasil, o movimento neo-rural teve início de forma tímida na década de 1970, mas expandiu-se e encontrou sua legitimidade na divulgação do pensamento ecológico nos anos 90.

Trabalhadores urbanos, geralmente profissionais liberais com maior grau de instrução, alguns com raízes no campo, quando seus pais ou avós eram camponeses, mas, sobretudo, pessoas sem qualquer vínculo com o meio rural ou atividades agropecuárias, que nasceram em metrópoles ou regiões metropolitanas e sempre vivenciaram atividades tipicamente urbanas, têm migrado para o campo com o objetivo de buscar satisfação pessoal e qualidade de vida não proporcionada pelo espaço urbano.

Esses novos rurais ou neo-rurais vêm ocupando o município de Juquitiba e seu entorno que têm diversas particularidades, entre elas de fazer parte de um dos Territórios da Cidadania do Governo Federal e corresponder a uma Área de Proteção Ambiental (APA), tombada como

Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Nesse sentido, o estudo tem como questão norteadora a análise sobre as novas ruralidades em Juquitiba, a partir do movimento de pessoas oriundas da cidade para o campo, os chamados neo-rurais.

1.2 Neo-rurais e a Geografia

Dada à relevância dos neo-rurais, ainda ficou duvidosa a relação entre eles e a geografia agrária. Ao mesmo tempo em que os cooperados mantem relação com o mercado da grande megalópole de São Paulo, fazem parte também dos grupos sociais participantes da formação do município de Juquitiba em termos históricos e geográficos. Por isso, para contemplar a posição dos neo-rurais na economia política, tornou-se importante referenciá-los na teoria do debate paradigmático entre o capitalismo agrário e a questão agrária.

Os referenciais teóricos da Geografia escolhidos para explicar parte do reordenamento territorial propulsionado pelas intenções, desejos e ideais dos diferentes agentes sociais são estes paradigmas.

De acordo com Fernandes, Welch e Gonçalves (2014) os territórios são produzidos de acordo com as intencionalidades dos *stakeholders*, ou seja, as partes interessadas que podem constituir-se nos governos federal, estadual ou municipal, nas empresas nacionais ou estrangeiras e nos movimentos socioterritoriais como é o camponês.

A adoção dos paradigmas como modelo capaz de explicar parte da realidade observada se dá justamente porque eles traduzem as posturas das diversas instituições da sociedade que reorganizam os territórios segundo suas necessidades e aspirações.

Por se tratarem de construções mentais, os paradigmas estão no plano imaterial na representação das diferentes “visões de mundo, que contém interesses e ideologias, desejos e determinações que se materializam através de políticas públicas [e particulares] nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 47).

Utilizar os paradigmas como instrumento teórico é pensar espacialmente, ou melhor, é privilegiar a questão territorial para a interpretação da realidade. Nesse sentido, o pensamento é como um território porque não está somente na mente daquele que pensa, mas também influi no modo de outras pessoas verem o mundo. Essa intervenção na sociedade se dá através

do diálogo que constrói ideias e, consecutivamente, outras formas de enxergar e transformar o mundo.

Segundo Fernandes (2014) há mais expressões que revelam o mesmo sentido de paradigma como visão de mundo ou corrente teórica, usual na sociologia e filosofia. Nos debates que exerce, o pesquisador aponta duas obras clássicas que deram origem aos paradigmas “A Questão Agrária” de Karl Kautsky (1899) e “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” de Vladimir Ilitch Lenin (1899). Ambas apresentaram, pela primeira vez na história, uma visão crítica e sistemática do processo de desenvolvimento da agricultura. Algumas décadas depois, foi o economista russo Alexander Chayanov que teve um papel essencial na construção do paradigma da questão agrária (PQA).

O componente estrutural do PQA é a luta de classes, sem a qual não é possível desvencilhar as amarras que subordinam o camponês ao capital. Para o PQA o campesinato deve lutar em defesa de uma sociedade socialista porque a concentração fundiária e as desigualdades socioeconômicas são inerentes ao sistema capitalista de produção. Aliar-se ao capital é o mesmo que predestinar o camponês ao desaparecimento.

De acordo com Fernandes (2015), a ideia do fim do campesinato foi lançada por Kautsky em 1899 e permanece até os dias atuais, sendo verificável nos censos agrícolas de todo o mundo, ou seja, em números absolutos a população rural vem se reduzindo enquanto a população urbana expandiu-se, tanto em países centrais quanto periféricos. Ao mesmo tempo em que o número de unidades de produção agrícola caiu, seu tamanho delas aumentou, sinalizando a concentração da agricultura em estabelecimentos econômicos cada vez maiores.

O paradigma da questão agrária está dividido em duas tendências: a proletarista e a campesinista. A proletarista interpreta que a o avanço do capital no campo por meio do seu modelo produtivista, monocultor e que faz uso de um pacote tecnológico, destitui o camponês de sua natureza para transformá-lo em proletário, totalmente dependente no sistema capitalista. A proletarização é a forma mais comum de desterritorialização do campesinato. Já a campesinista acredita que a resistência da classe camponesa é capaz de enfrentar o capital e continuar a reproduzir seu modo de vida (FERNANDES, 2015).

O paradigma do capitalismo agrário (PCA) também possui duas tendências: a primeira preconiza a integração do camponês ao mercado capitalista configurando-se na vertente da agricultura familiar. Nesta, camponês e capital não são reconhecidos na condição de dualidade, como grandes polos opostos, ao contrário, fazem parte de uma totalidade, a sociedade capitalista porque a luta de classes inexiste neste paradigma (ABRAMOVAY, 1992 apud FERNANDES, 2015). A segunda vertente do PCA compreende o agronegócio como

único modelo viável para o desenvolvimento da agricultura porque enxerga a agricultura familiar como transitória, uma condição a ser eliminada pela metamorfose em agronegócio.

Fernandes (2015) defende que os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário são as principais referências para compreender o processo de desenvolvimento da agricultura no mundo.

Para analisar os processos engendrados pelos neo-rurais de Juititaba foram delineados alguns objetivos específicos que subsidiam o entendimento do objetivo central, conforme elencado abaixo:

- a) Caracterizar o município de Juititaba em suas bases materiais, aspectos econômicos e ambientais, tendo em vista que o recorte geográfico selecionado se insere no Território da Cidadania Vale do Ribeira;
- b) Examinar as características da migração do meio urbano para o rural conhecido como fenômeno neo-rural, a partir das produções científicas desenvolvidas em contextos europeus e brasileiros;
- c) Contextualizar a COOPJUQUI desde sua formação, e as cadeias produtivas que a compõem;
- d) Descrever detalhadamente as etapas de produção do shitake;
- e) Avaliar as maneiras pelas quais os neo-rurais podem exercer influência sobre a configuração econômica de Juititaba e o mercado de cogumelos;
- f) Relacionar a atuação dos neo-rurais aos paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária, sob a perspectiva de averiguar sua importância para o desenvolvimento territorial.

E, os procedimentos metodológicos adotados foram:

- a) O levantamento bibliográfico sobre as novas ruralidades que englobam os neo-ruralismo, a pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura;
- b) A coleta de informações socioeconômicas sobre Juititaba nas bases de dados de órgãos públicos, como a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- c) A realização de entrevistas semi-estruturadas junto aos neo-rurais da COOPJUQUI que trabalham preferencialmente com a produção de cogumelos (shitake e/ou shimeji).

Sem a pretensão de parecer repetitivo, se salienta que a decisão por analisar apenas a fungicultura do shitake, e não toda diversidade de cadeias apresentada pela COOPJUQUI, se deu pelas seguintes motivos: concentra o maior número de cooperados e corresponde à cadeia produtiva que, potencialmente, mais se expande dentro da cooperativa.

Materiais publicados por entidades ambientais, como o Instituto Socioambiental (ISA) e Instituto Brasileiro de Florestas (IBF) também foram analisados para ampliar o conhecimento sobre as características naturais do recorte geográfico: a análise da bibliografia sobre as novas ruralidades permitiu o reconhecimento de diferenças e semelhanças entre os neo-rurais estrangeiros e brasileiros, dando particular atenção às transformações no tecido econômico, social e ambiental do município de Juitiba.

Durante os trabalhos de campo e no Projeto Residência Agrária procura-se compreender, com maior profundidade, todas as etapas do processo produtivo do shitake. Ao observar as formas de manejo do cogumelo e as relações que os fungicultores estabelecem com o meio ambiente por intermédio da atividade agrícola, acreditava-se tratar de relações sociais de produção que dialogam com a agroecologia, outra temática examinada no decorrer da pesquisa. Todavia, o aprofundamento das nossas análises sobre as implicações do movimento neo-rural no que tange ao desenvolvimento autônomo ou subordinado requereu o emprego de outro instrumental teórico: os paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária.

1.3 Estrutura da dissertação

Nas exposições de cada capítulo da dissertação se realizou o esforço de associar o trabalho empírico ao teórico, sob a ótica dos paradigmas citados, com o propósito de mostrar nas considerações finais o posicionamento dos neo-rurais da COOPJUQUI dentro do debate paradigmático.

O Capítulo 2 apresenta um breve panorama do município de Juitiba, com enfoque nas suas qualidades ambientais, aspectos históricos e desenvoltura econômica. Os geógrafos Aziz Nacib Ab'Sáber e Jurandyr L. Sanches Ross são referenciados no que tange aos aspectos geofísicos da área de estudo, enquanto Paulo Eduardo Moruzzi Marques *et al.*, Laura De Biase, Carlos Antonio Diegues e, novamente, Jurandyr L. Sanches Ross caracterizam histórica e economicamente o Vale do Ribeira. Sítios da Internet governamentais e de instituições ambientais tiveram grande contribuição no levantamento de dados ambientais, sociais e econômicos.

O Capítulo 3 compreende a revisão teórica sobre as novas identidades sociais e as configurações socioespaciais produzidas no campo da Europa e, de maneira mais tímida, nem por isso menos importante, no Brasil. Esses novos agentes sociais denominados de neo-rurais têm migrado das grandes cidades para o campo e promovido significativas mudanças no mundo rural contemporâneo. A partir das produções científicas desenvolvidas por Maria José Carneiro, José Graziano da Silva, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Ricardo Abramovay, Teresa Alves, Gian Mario Giuliani, Sergio Schneider, entre outros estudiosos que se dedicaram à análise do fenômeno, discutimos noções e conceitos que procuram interpretar as novas ruralidades.

Com base nas observações dos trabalhos de campo e nas entrevistas realizadas, principalmente junto aos produtores rurais da fungicultura, se finaliza o terceiro capítulo com a caracterização dos neo-rurais de Juquitiba.

A partir das informações gerais a respeito da COOPJUQUI se estrutura, no quarto capítulo, os seguintes itens: a formação da cooperativa, o modo de produção do cogumelo shiitake por meio dos blocos de substrato ou toras de madeira, a consonância da fungicultura com a Mata Atlântica, o surgimento de novos mercados e a logística de escoamento da produção, além da intervenção do poder público.

Tendo em vista a abrangência conceitual do capítulo 4, o levantamento bibliográfico também se enveredou por diferentes campos do conhecimento que abordam temas como: agroecologia, economia solidária, desenvolvimento rural, mercados e paradigmas. Consequentemente, se adota publicações de autores de diferentes áreas, dentre os quais são destacados: Miguel Altieri, Francisco Roberto Caporal, José Antônio Costabeber, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Paul Singer, Bernardo Mançano Fernandes, Clifford Andrew Welch, Elienai Constantino Gonçalves e Armando Bartra Vergés.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO GEOHISTÓRICA DE JUQUITIBA

Toda a ocupação ao longo da nossa costa, a nossa história, o café desmatando, as araucárias sendo cortadas, a cana ocupando o nordeste... Isso é parte da nossa história que se deu sobre a área da Mata Atlântica e, infelizmente, substituindo a Mata Atlântica por outros tipos de uso do solo. Tanto as cidades, as nossas megacidades como São Paulo, que nasceu no meio da Mata Atlântica e continua crescendo e ameaçando o seu cinturão verde, quanto muitas rodovias, os portos, os principais polos turísticos. Então esse ponto é essencial: quer dizer, não é possível explicar, pensar ou mesmo redirecionar a história do Brasil sem passar pela Mata Atlântica enquanto ponto de partida.

Clayton F. Lino³

Com o objetivo de conhecer o contexto espacial onde se encontram os neo-rurais, foco do estudo, neste capítulo é feita uma breve apresentação sobre a formação histórica e geográfica do município de Juitituba dividida em três tópicos.

Partindo da escala nacional à local, adotou-se o conceito de “Domínios Morfoclimáticos do Brasil”, criado por Aziz Nacib Ab’Sáber (2003) associado aos estudos regionalizados de Jurandyr L. Sanches Ross (2009), para descrever a estrutura geomorfológica e paisagística do recorte geográfico em questão. Também foi consultado o Instituto Brasileiro de Florestas (IBF) a fim de ampliar a coleta de dados sobre a Mata Atlântica.

Para entender o processo de ocupação no entorno do município considerou-se, no segundo tópico, a região do Vale do Ribeira e sua inserção no Programa Territórios da Cidadania, do governo federal brasileiro. Além do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), foram consultadas a organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) Instituto Socioambiental (ISA), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, a entidade federal vinculada ao Ministério da Cultura), publicações de Jurandyr L. Sanches Ross e trabalhos acadêmicos de Paulo Eduardo Moruzzi Marques et al. (2009), Laura De Biase (2010) e Carlos Antonio Diegues (2007), que abordam diferentes temáticas sobre o Vale do Ribeira.

Por fim, levantou-se a história de fundação de Juitituba no Tabelionato de Notas Municipal e junto ao Cartório de Itapeçerica da Serra (SP), além de outras informações de cunho ambiental e socioeconômico do município, a partir do banco de dados de órgãos públicos como a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA), o Instituto

³ Faz parte do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. A citação foi extraída do documentário *Mata Atlântica - Brasil, Oito Paisagens*.

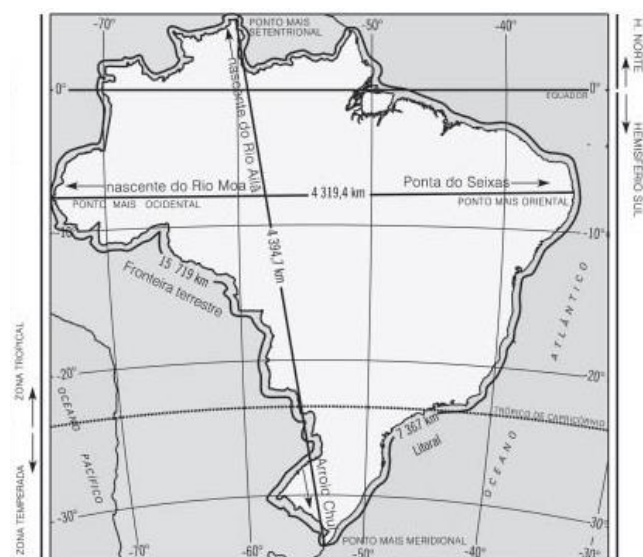
Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), que compõem o terceiro tópico deste capítulo.

2.1 Aspectos geofísicos

O Brasil pode ser considerado um país privilegiado quanto à grande diversidade natural que comporta seu território, já que caracteriza-se como “[...] um mostruário bastante completo das principais paisagens e ecologias do Mundo Tropical [...]” (AB’SÁBER, 2003, p.10). O autor também afirma que, em poucos anos, um pesquisador poderia percorrer e analisar os grandes domínios paisagísticos brasileiros com facilidade, se comparado ao território tropical africano, com suas sucessivas fronteiras separando os espaços tropicais, o que dificulta o desenvolvimento de pesquisas mais comparativas. No território brasileiro, em contrapartida, haveria o que o autor chamou de ‘trânsito livre’, que favorece o estudo das potencialidades paisagísticas regionais.

A vasta riqueza natural do país não se deve apenas à sua grande extensão territorial de dimensões continentais, mas, sobretudo, à sua magnitude espacial, que se distribui, aproximadamente, entre as latitudes 5°N (estado de Roraima) e 34° S (estado do Rio Grande do Sul). Em função da enorme distância entre os pontos extremos do território ao norte e sul (ponto mais setentrional e ponto mais meridional) respectivamente, conforme se verifica na figura 2, o Brasil se encontra entre duas zonas térmicas (a intertropical e a temperada do sul), o que explica, em grande medida, a diversidade das suas paisagens climáticas e botânicas.

Figura 2 - Extensão e pontos extremos do Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2003, p. xx).

Para delimitar a extensão das diferentes unidades paisagísticas do Brasil, Ab’Sáber (2003) levou em consideração as características naturais de âmbito morfoclimático, ou seja, a interação entre relevo e clima, além das características fitogeográficas que correspondem aos diversos tipos de vegetação e suas distribuições geográficas.

Desse modo, Ab’Sáber (2003) criou o conceito de “Domínios Morfoclimáticos”, que se compreende como um conjunto de elementos da natureza que se apresentam de modo integrado numa extensa área espacial: tipos de solo, feições do relevo, espécies vegetais, características climáticas e condições hidrológicas devem se configurar num esquema coerente, relativamente homogêneo e extensivo. Ao se averiguar a predominância destas feições da natureza, conformando uma unidade paisagística de expressão dimensional, se considera a existência de um Domínio Natural ou Morfoclimático.

Em síntese, a ideia de domínios morfoclimáticos congrega aspectos de ordem climática, hidrográfica, geomorfológica e ecológica. Os estudos realizados por Ab’Sáber (2003) desde a década de 1960 delimitaram a existência de seis grandes domínios morfoclimáticos de acordo com desenho da figura 3:

- 1- Domínio Amazônico;
- 2 - Domínio do Cerrado;
- 3 - Domínio dos “Mares de Morros”;
- 4 - Domínio das Caatingas;
- 5 - Domínio das Araucárias;
- 6 - Domínio das Pradarias.

Figura 3 - Domínios Morfoclimáticos do Brasil



Fonte: AB’SÁBER (2003).

Entre a área nuclear de um domínio morfoclimático e os arranjos nucleares dos domínios vizinhos existe um espaço de contato denominado faixa de transição, ou seja, uma área intermediária que contém as características de dois ou mais domínios morfoclimáticos.

O município de Juquitiba está imerso no chamado “Domínio Morfoclimático dos Mares de Morros” (nº 3 na legenda da figura 3), motivo pelo qual a pesquisa se ateve a analisar as características dessa unidade natural especificamente.

Com aproximadamente 650 mil quilômetros quadrados, os “Mares de Morros” se estendem ao longo da costa litorânea, desde a Região Nordeste no Estado do Rio Grande do Norte, até alcançar parcialmente o Estado do Rio Grande do Sul. Na Região Sudeste ele avança sobre o Estado de São Paulo, no sentido do seu interior, a oeste (AB’SABER, 2003).

Sua estrutura geológica é predominantemente antiga (da Era Pré-Cambriana e início da Paleozóica), constituída por rochas cristalinas que sofreram a ação da erosão e do intemperismo durante milhares de anos, resultando num relevo de planaltos irregulares, serras e morros mamelonares, isto é, com formas arredondadas nas vertentes, o que levou ao surgimento da expressão “mares de morros”, conforme se apresenta na figura 4.

Figura 4 - Morros mamelonares em Juquitiba



Foto: Fotografado pela autora, julho de 2015.

Segundo Ab’Sáber (2003), a mamelonização afeta todos os níveis da topografia (de 10-20 m a 1100-1300 m de altitude). O intenso desgaste sobre o substrato rochoso das regiões serranas e planálticas se deve ao clima úmido, cuja ação da água provoca principalmente o intemperismo químico e a erosão fluvial. Nas encostas e escarpas das serras, os rios escavam vales profundos e depositam sedimentos. Portanto, também há áreas de formação recente (Era Cenozoica) constituídas por depósitos sedimentares quaternários, nos fundos de vale e nas planícies costeiras. O rio no fundo de vale posiciona-se bem no centro da figura 5:

Figura 5 - Rio no fundo de vale



Foto: Fotografado pela autora, julho de 2015.

Ross (2002) detalha como essas condições geológico-geomorfológicas se processam na superfície terrestre da Bacia do Rio Ribeira de Iguape, conjunto no qual se encontra o município de Juquitiba.

A meteorização, expressão utilizada pelo geógrafo na citação abaixo, constitui-se num processo de decomposição química por meio do qual incide a alteração dos minerais da rocha em direção à formação do solo. Mas, neste caso, também colaborou para esculpir as formas do relevo.

A meteorização das rochas através de um contínuo e invisível processo de reação química entre as águas e os minerais constituintes, ao mesmo tempo produz uma volumosa massa de produtos alterados progressivamente residuais, que são decorrentes da transformação química dos minerais primários em minerais secundários e as perdas pela erosão química/lixiviação que também contribuem para o aprofundamento dos vales, esculpe as vertentes e gera um modelado predominantemente de vertentes e topos convexos promovendo em seu conjunto a dissecação do relevo em morros e colinas com elevada densidade de canais de drenagem, vales muito entalhados e vertentes com fortes declividades. (ROSS, 2002).

Portanto, no território brasileiro, as estruturas e formações litológicas são antigas, mas as formas do relevo são recentes (ROSS, 2002): apesar dos arranjos estruturais serem antigos, o relevo está permanentemente sendo reafeiçoado, graças à movimentação das placas tectônicas e ao desgaste erosivo promovido por climas anteriores e atuais.

Adotando as concepções relativas à dinâmica da litosfera e à tectônica de placas, Ross (2009) define que os macrocompartimentos de relevo encontrados no Brasil se configuram em três grandes estruturas: plataformas ou crátons, cinturões orogênicos e grandes bacias sedimentares. Os cinturões orogênicos são cadeias montanhosas que no Brasil se encontram bastante desgastadas pelos processos erosivos ocorridos ao longo do tempo, mas que ainda exibem o aspecto serrano. Existem três cinturões orogênicos: o do Atlântico, o de Brasília e do Paraguai-Araguaia.

Juquitiba se situa sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape que, por sua vez, se insere na faixa denominada Cinturão Orográfico do Atlântico, considerado de grande complexidade litológica e estrutural, com prevalência de rochas metamórficas de diferentes tipos e idades, como gnaisses, migmatitos, quartzitos, micaxistos, filitos, e, secundariamente, intrusivas, como os granitos e os sienitos (ROSS, 2009, p. 49).

Ao utilizar conceitos distintos de Aziz Ab'Sáber e Jurandyr L. Sanches Ross para caracterizar uma mesma unidade paisagística, cabe esclarecer algumas diferenças conceituais entre os dois autores.

Em entrevista concedida a essa pesquisa, Ross (2015)⁴ nos explica que o conceito de Domínios Morfoclimáticos do Brasil, criado pelo geógrafo Aziz Ab'Sáber, trata-se de uma análise bastante genérica representada por meio de uma figura de ilustração. Na construção do conceito em questão, Ab'Sáber atribui maior peso às condições climáticas e vegetais sobre os tipos de relevo. Em outras palavras, o fitoclimático é a primeira chamada ou primeiro parâmetro adotado por Ab'Sáber, no qual o autor embute as características referentes ao relevo (morfologias), sem distinguir as variações litológicas na divisão do relevo.

Diferentemente de Ab'Sáber, Ross (2015) conta que suas análises tem como ponto de partida o processo de modelagem do relevo, isto é, a morfogênese e os tipos de formas do relevo geradas. Nos seus estudos o autor procura mostrar a relação direta que o relevo estabelece com a litologia e, consecutivamente, com as condições climáticas e os vegetais encontrados acima desse relevo que, por sua vez, também perfazem um conjunto integrado por ele denominado como Sistemas Ambientais.

A diferença fundamental entre os dois autores diz respeito ao grau de generalização de suas propostas e a forma de representá-las. Enquanto a escala de análise de Ab'Sáber é mais abrangente na medida em que identifica e diferencia as unidades paisagísticas no espaço nacional, sendo estas paisagens naturais representadas sob a forma de desenho, Ross oferece

⁴ ROSS, J. L. S. (FFLCH-USP). Entrevistado pela autora em janeiro de 2015.

propostas de análise mais regionalizadas, devido ao avanço das tecnologias e das metodologias científicas.

No transcorrer da entrevista, Ross (2015) salienta que Ab'Sáber não fazia mapas, mas criava desenhos ou sínteses de mapas nos quais lançava as informações, não aleatoriamente, todavia sem um referencial cartográfico rígido.

Ele se distingue de Ab'Sáber porque pertence a uma geração posterior, que não faz desenhos ou figuras, mas produz mapas devido à disponibilidade de imagens de satélite de radar, que lhe permitem criar representações cartográficas de modo mais rápido, em escalas maiores e com mais precisão, o que só foi possível em decorrência do momento histórico que sua geração viveu.

Ainda de acordo com Ross (2015) atualmente a criação de mapas básicos não se sustenta porque já existem recursos tecnológicos capazes de aprofundar os estudos geomorfológicos, como o conhecimento da evolução do relevo através da medição das idades, o que possibilita aumentar a precisão da informação numa escala de maior detalhe. Segundo o autor, antigamente os pesquisadores se limitavam à produção dos mapas. Em contrapartida, hoje é necessário analisar os materiais sob o ponto de vista da condição genética, idade, composição química e mineralógica, ou seja, o estudo é mais verticalizado.

Portanto, tanto Ross quanto Ab'Sáber são sistêmicos em suas concepções teóricas porque ambos entendem a paisagem na dimensão do relevo, vegetação, clima, solo e rocha, sob a perspectiva de que são partes integradas umas às outras e que dependem da funcionalidade do sistema como um todo.

Ao diferenciar a bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape em unidades dos sistemas ambientais, Ross (2002) se mostra atento à concepção integrada de vários componentes naturais, tais como água, calor, nutrientes, vegetais, assim como aspectos de ordem socioeconômica, como, por exemplo, os usos da terra. Contudo, na definição das denominações das unidades dos sistemas ambientais, o autor privilegiou a dimensão geomorfológica em razão da importância da macrocompartimentação⁵ do relevo. Ele identificou cinco unidades dos sistemas ambientais da bacia do Ribeira de Iguape⁶:

⁵ Grande porção do relevo configura-se numa unidade, isto é, quando existe predomínio de uma determinada característica, pois tem alguma diferença em relação às outras partes do relevo. Por exemplo: a depressão do Baixo Ribeira é diferente da porção onde se localiza Juquitiba, nas áreas dos morros e serras.

⁶ Cabe ressaltar que, apesar do nosso estudo considerar apenas a porção paulista do Vale do Ribeira, na discriminação das unidades dos sistemas ambientais do rio Ribeira de Iguape, Ross considerou toda Bacia Hidrográfica, isto é, as áreas abrangidas tanto pelo estado de São Paulo quanto do Paraná.

- I. Sistema da Planície Costeira Cananéia-Iguape (Zonas de Unidades de Conservação);
- II. Sistema das Planícies e Terraços Fluviais do Ribeira;
- III. Sistema de Colinas e Morrotes da Depressão Tectônica do Baixo Ribeira;
- IV. Sistema de Morros e Escarpas das Serras do Mar e Paranapiacaba (Zonas de Unidade de Conservação);
- V. Sistema de Morros e Superfícies de Cimeira dos Planaltos do Alto Ribeira.

O grau de intervenção humana entre as unidades dos sistemas ambientais é bastante heterogêneo: enquanto as unidades II, III e V são mais antropizadas, as unidades I e IV se mostram em melhor estado de conservação ambiental (ROSS, 2009).

O município de Juquitiba se situa na unidade IV, que se refere ao sistema ambiental de morros e escarpas das serras do Mar e Paranapiacaba (zonas de unidades de conservação), unidade considerada bastante preservada apesar da proximidade com área urbana da cidade de São Paulo.

Com relação à formação vegetal, o “Mares de Morros” dá suporte ao Domínio Florestal Tropical Atlântico, genericamente denominado de Bioma da Mata Atlântica.

Segundo Ross (2009) “[...] na escala global, a maior comunidade terrestre ou unidade ecossistêmica é o bioma [...]” (ROSS, 2009, p.137). Esta macrounidade considera a interação de vários fatores tendo como principal referência o tripé vegetação, climas e solos. Portanto, onde haja a associação de espécies vegetais dominantes numa determinada condição climática, se identifica um bioma.

Com base na classificação dos biomas florestais, a Mata Atlântica corresponde a uma floresta tropical úmida⁷, assim como as formações vegetais do Caribe e a Floresta Amazônica, também referenciada como floresta equatorial.

As árvores das florestas tropicais úmidas geralmente são altas e imponentes. Suas copas largas resultam da interligação de várias árvores, formando uma espécie de telhado verde denominado dossel. Já os troncos das árvores “são verdadeiros jardins suspensos” (ROSS, 2009, p. 141) conforme demonstrado na figura 6.

⁷ O nome floresta tropical úmida refere-se ao local de sua ocorrência, no caso, entre os Trópicos de Câncer e Capricórnio e à elevada precipitação que recebe.

Figura 6 - Bromélia em tronco de árvore da Mata Atlântica



Foto: Fotografado pela autora, julho de 2015.

A Mata Atlântica, cuja estrutura e composição florística é bastante diferenciada de acordo com as condições climáticas da região em que ocorre, compõe-se por matas biodiversas tropicais como mangues, restingas, samambaias, orquídeas, bromélias, palmeiras e cipós, por exemplo, como se aponta nas figuras 6 e 7.

Figura 7 - Cipós de diferentes diâmetros

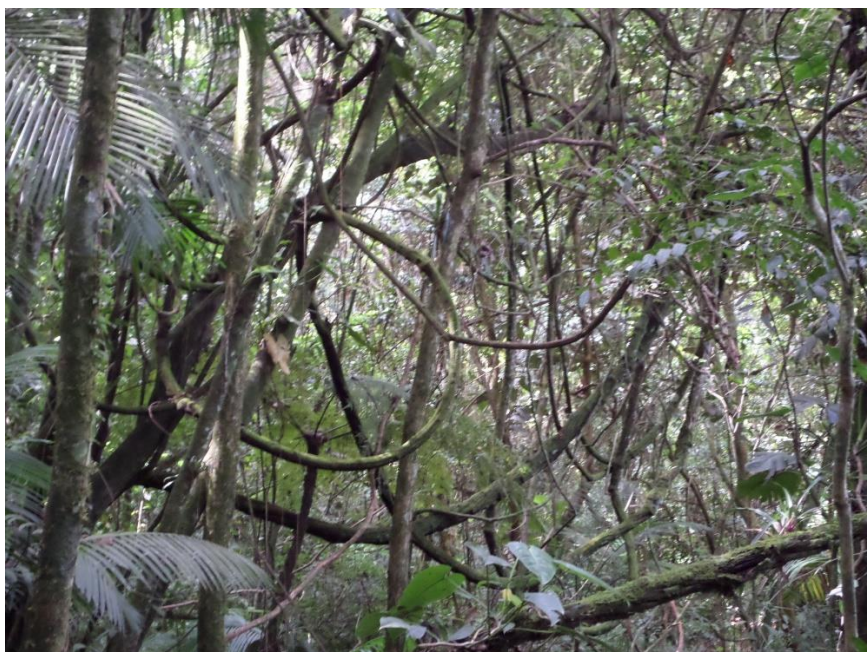


Foto: Fotografado pela autora, julho de 2015.

A fauna mais rica dos biomas terrestres está abrigada nas florestas tropicais. Com base no conceito do dossel, é possível averiguar a distribuição da fauna dividida em três níveis de camadas superpostas.

Segundo Ross (2009), no estrato superior, onde as árvores apresentam desenvolvimento acima do dossel, habitam principalmente aves e insetos: é a chamada fauna do estrato emergente. No nível intermediário é onde se encontra a maior variedade de espécies animais, destacando-se tamanduás, macacos-aranha, preguiças e uma série de pequenos carnívoros. Mas as aves são os animais mais presentes no estrato do dossel. No solo permanece a fauna menos diversificada, que inclui veados, roedores, aves de chão e outros insetos.

Uma das florestas mais ricas em biodiversidade do planeta, de acordo com o Instituto Brasileiro de Florestas (IBF) a Mata Atlântica, detém o recorde de plantas angiospermas⁸ por hectare, e cerca de vinte mil espécies vegetais, sendo oito mil delas endêmicas.

Contudo, a Mata Atlântica está entre as mais devastadas, pois desde o período colonial, com a chegada dos portugueses vindos pelo Atlântico em suas expedições marítimas, até a expansão urbana nos dias atuais, mais de 93% das formações vegetais foram extintas: estima-se que restem apenas cerca de 7% da floresta primária (INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS, 2015).

A relevância em mostrar as características geomorfológicas e florestais do ambiente ocupado pelos neo-rurais da COOPJUQUI se justifica por compreendermos, graças às atividades desenvolvidas no Projeto Residência Agrária, que o município de Juititaba, ao preservar significativamente a Mata Atlântica, contribui para criar condições climáticas favoráveis à produção de cogumelos.

2.2 Vale do Ribeira: ocupação ibérica e configuração em Território da Cidadania

Embora extenso territorialmente, o Vale do Ribeira corresponde a um recorte geográfico menor em relação ao Domínio dos “Mares de Morros”, sob o qual é possível analisar, com maior especificidade, as características da ocupação no entorno da localidade estudada. A área compreendia pela bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape e pelo Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá é genericamente denominada Vale do Ribeira.

⁸ Angiospermas são plantas cujas sementes são protegidas por frutos. Devido seu grau de complexidade as angiospermas representam o grupo de plantas mais numeroso atualmente no ambiente terrestre.

O Vale do Ribeira se situa entre dois dos estados mais desenvolvidos do país, abrange desde a região sudeste de São Paulo até o leste do Paraná. Possui área de 2.830.666 hectares (28.306 km²), sendo 1.119.133 ha no Paraná e 1.711.533 ha em São Paulo, o que corresponde, respectivamente, a 39,5% e 60,5% em relação à área total da Bacia (ISA, 2008).

A história de ocupação do Vale do Ribeira teve início com o processo de colonização do Brasil no século XVI⁹, quando espanhóis e portugueses disputaram as terras da região originalmente ocupada por indígenas de origem Tupi. Sobre a diversidade de culturas, presentes nessa região, Diegues (2007) aponta quais eram os principais povos originários e os remanescentes de programas governamentais de colonização que o ocuparam:

A região do Vale do Ribeira e do litoral é de grande diversidade cultural, nela encontrando-se *povos indígenas* como Guaranis, os *caícaras*, descendentes dos índios, sobretudo Carijós, colonizadores portugueses e escravos negros, *caipiras*, no Alto e Médio Ribeira, além de inúmeros núcleos *quilombolas*, remanescentes da mão-de-obra escrava usada nas monoculturas e na mineração e de *caipiras*, existentes, sobretudo, no Médio e Alto Ribeira. A esses grupos humanos vieram se juntar, mais tarde, outros *migrantes europeus* como suíços, franceses, alemães, italianos, também norte-americanos e japoneses. (DIEGUES, 2007, p. 4, grifos do autor).

Hans Staden relata a presença de Tupinambás no litoral norte paulista, cujos hábitos alimentares baseados no consumo de mariscos, deram origem aos inúmeros sambaquis (DIEGUES, 2007), e no Vale do Ribeira, mais especificamente na Ilha do Cardoso em Cananéia, consta o sambaqui mais antigo até hoje encontrado no Brasil. Enquanto a maioria dos sambaquis localizados no litoral brasileiro tem cerca de cinco mil anos, estima-se que este date de oito mil anos atrás. O arqueólogo Flávio Calippo supõe que o sambaqui encontrado por uma comunidade de pescadores da ilha possivelmente não servia apenas como área de habitação ou para enterrar mortos. Devido suas dimensões, 9 metros de altura e 30 metros de diâmetro, ele acredita que tinha a finalidade de representar um marco paisagístico ou de controle territorial. No sambaqui foram encontrados fragmentos de ossos que não puderam ser identificados como sendo de animais ou de seres humanos por estarem dissolvidos junto às conchas e aos sedimentos (QUINTO, 2007).

Por volta de 1531, Martim Afonso de Souza organizou a primeira expedição em busca de ouro subindo o Rio Ribeira, mas o metal precioso só foi encontrado quase vinte anos

⁹ Em 1502 a Coroa Portuguesa firmou o primeiro contrato comercial para a exploração de pau-brasil, o que levou a colônia a ser conhecida como Terra Brasilis, vinculando nome das terras recém-descobertas à exploração dessa madeira avermelhada como brasa. Outras madeiras de valor também foram extraídas até a quase extinção: tapinhoã, sucupira, canela, canjarana, jacarandá, araribá, pequi, jenipaparana, peroba, urucurana e vinhático (Fonte: IPHAN, 2014). Esse período histórico pode ser considerado marco inicial da exploração intensiva e desordenada da floresta que permaneceu ininterruptamente e reduziu a Floresta Tropical Atlântica a aproximadamente 7% de sua constituição original.

depois, em 1550, na região de Apiaí-Iporanga, Eldorado, Cananéia e no litoral paranaense, resultando no primeiro povoamento ao longo do Rio Ribeira de Iguape (DIEGUES, 2007). O período 1600-1697 caracterizou-se pelo ímpeto de desenvolvimento pela mineração do ouro, interiorizando sua ocupação (ROSS, 2009). A propósito, esta lógica de ocupação, às margens do Ribeira de Iguape até os recônditos das escarpas da Serra de Paranapiacaba provocou notoriamente uma grande devastação da mata ciliar do principal rio do litoral sul paulista (MARQUES et al., 2009, p.4).

Diegues (2007) descreve como “curto” o ciclo minerador, que fez uso da mão-de-obra escrava principalmente no Alto Ribeira, influenciando o povoamento da região:

Num primeiro período, até meados do século XVII, o povoamento era disperso, mas a partir dessa descoberta do Morro do Ouro, em Apiaí, formou-se o primeiro povoado, transformado em vila em 1771. Iporanga, antes chamado de Arraial de Santo Antônio, situada às margens do Rio Ribeira, já tinha moradores em meados do século XVIII, trabalhando também na mineração e na agricultura. (DIEGUES, 2007, p. 5).

Segundo Ross (2009) a Baixada do Ribeira apresentou dinamismo econômico superior ao da Baixada Santista ganhando evidência a cidade Iguape. No entanto, com a descoberta das Minas Gerais no final do século XVII, o ciclo econômico baseado na garimpagem de ouro deu lugar à rizicultura que se utilizou da força de trabalho escrava antes direcionada à mineração.

Nesse processo, pela rica rede hidrográfica, drenada pelo Rio Ribeira de Iguape e que estabelecia a comunicação do interior com o mar, desenvolveu-se a cidade de Iguape, por causa de sua estratégica posição, na confluência do mais importante canal de comunicação com o mar, assumindo a hegemonia econômica da região. Porém, com o posterior surgimento da mineração nas Minas Gerais, cuja rentabilidade motivou o arremate da mão de obra de outras regiões, o ciclo da mineração no vale do Ribeira entrou em decadência. (ROSS, 2009, p. 159).

No Alto Ribeira a mineração ainda perdurou até os anos 1800, mas nas demais porções do vale, o declínio do ciclo do ouro provocou a migração dos moradores.

Ainda no século XVIII a agricultura de subsistência, subsidiária da mineração, foi substituída pela especialização da produção agrícola, a princípio com a exportação de farinha de mandioca, arroz, cana-de-açúcar e peixe seco (DE BIASE, 2010; DIEGUES, 2007) – a mandioca e o “arroz de Iguape” são os produtos agrícolas voltados ao comércio externo que se sobressaem, pois foram importantes para a economia regional, assim como a cafeicultura foi no planalto (ROSS, 2009).

Em meados do século XIX, a cultura de arroz se expande tanto nas fazendas com trabalho escravo quanto nos sítios cuja mão-de-obra era familiar. Nesse período do capital

mercantil já se estabelecia um grau de subordinação por parte dos pequenos produtores, que dependiam dos senhores de engenho para financiar e comprar suas produções (DIEGUES, 2007).

Observou-se que a apropriação econômica e exploratória através da rizicultura é duplamente empreendida por parte da elite rural, que estabelece relações de dominação tanto sobre mão-de-obra escrava quanto sobre o trabalho livre organizado pela família camponesa.

Há dois aspectos fundamentais nesse período da história econômica e política do Vale do Ribeira, averiguados graças ao debate paradigmático. O primeiro deles é a subalternidade do camponês, interpretada pelo paradigma do capitalismo agrário como uma forma de integração ao capital que, contraditoriamente, reproduz o campesinato e o próprio capital por meio da manutenção de relações não-capitalistas de produção:

O funcionamento e a expansão do capital mercantil criam, mantêm e desenvolvem o paradoxo representado pela coexistência e interdependência do trabalho escravo e trabalho livre, no âmbito do mercantilismo. Falando com precisão, o escravo estava ajudando a formar-se operário. Isto é, a escravatura, nas Américas e nas Antilhas, estava dinamicamente relacionada com o processo de gestação do capitalismo na Europa, e principalmente na Inglaterra. Esse paradoxo começa a tornar-se cada vez mais explícito, à medida que o mercantilismo passa a ser suplantado pelo capitalismo. (IANNI, 1978, p. 12).

O outro é a coexistência de forças de trabalho escravo e familiar, o que demonstra claramente que o paradigma do capitalismo agrário já se efetiva na origem do capitalismo, isto é, na acumulação primitiva.

Com base em Marx (1988) “[...] a estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal” (MARX, 1988, p. 252). À medida que as plantações de arroz na região eram cultivadas por escravos em grandes propriedades providas de engenho de beneficiamento, e, nas propriedades menores, pelas famílias dos pequenos produtores, que dependiam do financiamento e da compra de suas produções (DIEGUES, 2007) se produz a chamada acumulação primitiva “que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (MARX, 1988, p.251).

A intensificação do comércio naval naquele período também beneficiou o novo apogeu trazido pelo arroz, sobretudo aos municípios de Iguape e Eldorado. Mais tarde Iguape viria a alcançar a posição de maior produtor de arroz do país:

Até o século XIX, o transporte dependeu da navegação fluvial no Ribeira de Iguape, e o Canal do Valo Grande, no município de Iguape, foi construído para facilitar a safra de arroz. Dos 119 engenhos de beneficiamento de arroz da Província de São Paulo, 100 localizavam-se no vale do Ribeira, ou seja, 84,1%, o que demonstra sua importância na rizicultura do Estado na época. (ROSS, 2009, p. 159).

Diegues (2007) nos reporta à época da expansão econômica do Vale do Ribeira, traçando o percurso dos produtos agrícolas por meio do transporte fluvial:

Situada à beira mar, era Iguape o centro exportador de toda essa grande bacia hidrográfica de onde vinham os produtos agrícolas, descarregados no porto da Ribeira, no rio do mesmo nome, a poucos quilômetros da cidade. Daí os animais de carga transportavam os produtos até o porto de Iguape, junto ao Mar Pequeno, de onde zarpavam os navios carregados de mercadorias para os outros portos do Império. (DIEGUES, 2007, p. 6-7).

De acordo com De Biase (2010), a partir da segunda metade do século XIX a rizicultura entra em decadência, e o Vale do Ribeira inicia sua estagnação econômica, como resultado da política que se volta para a expansão da cafeicultura em outras regiões brasileiras.

A decadência do sistema produtivo do arroz, a extinção da possibilidade de mineração e a marginalização em relação à economia cafeeira transformaram o Vale em uma região específica do estado de São Paulo, considerada atrasada e estagnada economicamente. Essa situação colabora para a manutenção de grandes áreas de terras devolutas e estrutura fundiária onde predominam os posseiros que exploram a terra de forma familiar. Também facilitou a preservação de grandes trechos da mata. (BERRINI, 2005, p. 16 apud DE BIASE, 2010, p. 102).

Com o término do ciclo de arroz e a abolição da escravatura, muitos fazendeiros abandonaram as zonas rurais migrando para grandes cidades. Já os pequenos produtores permaneceram em seus sítios, onde combinavam o trabalho na roça para autoconsumo com o extrativismo e a pesca, “[...] engrossando assim, a população dos caiçaras que habitavam a região[...].” (DIEGUES, 2007, p. 7).

Nesse momento crise na rizicultura, é possível perceber a excepcional resiliência camponesa em assegurar a subsistência da família sem abrir mão de seu modo de vida. Dentre os principais teóricos do paradigma da questão agrária, Shanin (2008) demonstra como os camponeses são capazes de criar alternativas dentro do capitalismo, por não serem prisioneiros à sua lógica:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008, p. 25-26).

Ross (2009) complementa que o declínio da rizicultura relaciona-se à própria abolição da escravatura, devido à impossibilidade de reposição da mão-de-obra escrava nos arrozais com a competitividade do café, que atraiu toda mão-de-obra da Província. Apesar das

tentativas patrocinadas pelo Estado de estabelecer na região colônias de imigrantes europeus, o Vale do Ribeira retrocedeu à agricultura de subsistência.

No ano de 1902, a Sociedade Nacional de Agricultura no Estado de São Paulo incentivou a imigração japonesa, visando aumentar a mão-de-obra para a produção de alimentos voltados ao contingente populacional da urbanização na Capital (ROSS, 2009, p. 160).

Com a construção de estradas de rodagem a partir da década de 1930, Diegues (2007) e De Biase (2010), o sistema de transporte fluvial até então vigente desaparece e se amplia a comunicação entre o Vale do Ribeira e a Capital. Nesse momento, devido à posição estratégica na rodovia de contato com o planalto, e por representar o centro da colonização nipônica, Registro passa a receber grandes investimentos deslocando Iguape da posição de cidade hegemônica (ROSS, 2009, p. 160).

Na década de 1940 a monocultura de banana foi introduzida no Baixo Ribeira, tornando-se a atividade econômica mais importante da região e, na área litorânea, a incorporação de novas tecnologias intensifica a pesca comercial (MARQUES et al., 2009).

Por estas vias, o avanço do capitalismo transformou mais um pouco as atividades do setor primário da economia. A tecnificação da bananicultura e da pesca promoveram ganhos de produtividade, mas não resultaram num sobressalto do desenvolvimento regional. Essa condição de marginalização foi constatada por Petrone (1966) mais de vinte anos depois sendo interpretada pelo paradigma da questão agrária como intrínseca ao capitalismo. Apesar da inserção de novas atividades econômicas, isso não mudou o fato do Baixo Ribeira ser considerado “um território praticamente à margem do espaço econômico paulista” (PETRONE, 1966, p. 5).

Em seu estudo de Geografia Humana sobre a Baixada do Ribeira, Petrone percorreu pela primeira vez a região na década de 1950 e, desde então, repetiu o percurso inúmeras vezes, ampliando seus estudos sobre maiores porções do território paulista. Dentre os múltiplos problemas observados, o que mais lhe pareceu peculiar foi a ínfima incorporação da região no contexto global do sistema capitalista, ao contrário do restante do Estado:

A Baixada do Ribeira contribuía para a paradoxal situação de uma orla litorânea pouco povoada, economicamente subdesenvolvida, em face de um interior cuja expressão econômica era indiscutível. Impressionou-nos, mais que qualquer outro, o fato de no Sul do Estado de São Paulo, junto à costa, a distância relativamente pequena da capital, existir um verdadeiro ‘sertão do litoral’ (PETRONE, 1966, p. 5).

Segundo Ross (2009), as duas principais atividades agrícolas – a bananicultura e a teicultura – determinaram a estrutura agrária e as relações socioeconômicas predominantes na

região, mas, sobretudo, em função da configuração ambiental e preservação dos recursos naturais do vale do Ribeira, se justifica a denominação “sertão do litoral” dada por Petrone:

Pelas limitações do relevo e condições de clima e solo, essa região ficou preservada da ocupação cafeeira, atividade que incorporou rapidamente as terras paulistas na economia de mercado. Hoje, surpreendentemente, ainda apresenta o maior percentual da cobertura florestal do Estado, um dos últimos redutos da mata atlântica, que, no Congresso Mundial sobre Parques Nacionais realizado na Indonésia, em 1982, foi considerada como um dos ecossistemas mais representativos e ameaçados do Planeta. Petrone (1965) denomina essa região de ‘Sertão do Litoral’, para caracterizar o seu alheamento do processo produtivo como um todo e o seu alto grau de preservação da cobertura florestal natural. (ROSS, 2009, p. 161).

A ausência de atrativos econômicos, associada à ampla diversidade biológica típica da Mata Atlântica, transformou a região do Vale do Ribeira em “[...] alvo do ambientalismo conservacionista [...]” (DE BIASE, 2010, p. 103). Desse modo, a década de 1960 foi marcada pela mobilização socioambiental por parte de organizações não governamentais (ONG), movimentos sociais, pesquisadores e pelas próprias comunidades locais que defendiam a criação de áreas de proteção ambiental. Dentre as várias Unidades de Conservação (UC), marinhas ou terrestres, que coadunam este mosaico formado por feições paisagísticas, ecológicas e histórico-culturais integradas, podemos citar: Parques Estaduais, Estações Ecológicas, Reservas Extrativistas, APA que englobam desde ilhas a terras indígenas e as áreas naturais tombadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) (DIEGUES, 2007, p. 31-34).

Somada à efervescência ambiental, Marques et al. (2009) assinala para o forte movimento em busca da descentralização e participação social na elaboração de políticas públicas, nos anos de 1980 e primeira metade de 1990:

No quadro de desconfiança em relação aos mecanismos da democracia representativa, a reivindicação por outros arranjos políticos e institucionais mais participativos encontra eco, com repercussão nas escolhas referentes às políticas governamentais. [...]. Os processos em torno da descentralização e da participação social na tomada de decisão das políticas públicas despertam expectativas favoráveis entre os quilombolas. Tais esperanças se desenvolvem num contexto em que o reconhecimento do direito à terra aos remanescentes de quilombos – inscrito na Constituição de 1988, graças ao artigo 68 das disposições transitórias – oferece um horizonte inédito de possibilidades para uma melhoria das condições sociais dos negros no Brasil. (MARQUES et al., 2009, p. 10).

Na década de 1990 o remanescente de Floresta Tropical Atlântica foi oficialmente reconhecido no mundo pelo seu valor biológico, histórico e cultural. Em 1991, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO declarou como Reserva da Biosfera todo o trecho da Mata Atlântica que se estende da Serra da Juréia (Iguape-SP) e se até a Ilha do Mel (Paranaguá-PR).

Em 1999 a UNESCO tombou a área correspondente às Reservas da Mata Atlântica do Sudeste como Patrimônio Natural da Humanidade. Para haver o reconhecimento de um Patrimônio Natural Mundial é necessário que a composição da natureza atenda a algum dos critérios estabelecidos pela UNESCO, como formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais no que tange à estética ou ao valor científico quando, por exemplo, o conjunto de elementos naturais ajuda a explicar a evolução da Terra ou da própria humanidade; apresentar processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas; ou ainda conter habitats expressivos para a reprodução da diversidade biológica local, como aqueles de espécies da flora ou fauna ameaçadas de extinção (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014).

Vale ressaltar que o tombamento dos patrimônios naturais não se limita a validar a importância de um bem biológico ou ecológico em si, mas também se pauta na garantia da existência étnica e cultural de comunidades locais. Os povos indígenas que vivem no Vale do Ribeira, por exemplo, tem sua reprodução social e cultural está diretamente atrelada ao território, pois seus conhecimentos sobre plantas medicinais, rituais e técnicas artesanais dependem diretamente da preservação dos recursos naturais. Logo, esses saberes ancestrais podem ser perdidos se a Mata Atlântica desaparecer.

O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu *ambiente*, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014, grifo nosso).

Nesse sentido, o reconhecimento do valor biológico e científico de um patrimônio material¹⁰, como é o caso do remanescente de mata atlântica no Vale do Ribeira, não pode ser visto de modo descolado da dimensão imaterial que se faz presente no modo de vida dos povos originários desse território específico.

Portanto, é fundamental criar políticas públicas cujos mecanismos que enveredam para o desenvolvimento socioeconômico priorizem as necessidades das comunidades locais e, conseqüentemente, a sustentabilidade do território. Sem o conhecimento das especificidades étnicas, culturais e religiosas construídas historicamente pelos diversos povos que

¹⁰ O patrimônio material protegido pelo Iphan é classificado segundo sua natureza como: arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes e das artes aplicadas. Já os bens imateriais dizem respeito às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas (IPHAN, 2014).

habitam/habitaram prioritariamente zonas rurais com desigualdades regionais, com certeza o planejamento e execução de ações que objetivam reduzir os desníveis sociais estarão fadados ao fracasso.

Atualmente um dos principais programas de desenvolvimento que contempla, em seu discurso político, o viés da democratização por meio da participação das comunidades locais é o Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). O objetivo do Programa é a redução da desigualdade social no meio rural brasileiro a partir de ações conjuntas com o Governo Federal. Nas regiões ou sub-regiões rurais com acentuado grau de subdesenvolvimento, decorrentes da carência de infraestrutura e emprego, o Programa se propõe a integrar o planejamento territorial às políticas públicas, como estratégia de combater a pobreza e as desigualdades regionais, por meio da geração de alternativas de renda em sintonia com o meio ambiente, e da universalização no atendimento das necessidades básicas da população, como abastecimento de água tratada, saneamento básico, e acesso à educação e à cultura.

O diferencial do Programa é sua abordagem territorial, pois parte do reconhecimento da construção histórica de relações de pertencimento e identidade culturais e geográficas em determinadas regiões rurais. Com base nessa premissa, a ação estatal se propõe a criar mecanismos de inclusão das comunidades tradicionais na gestão das políticas públicas como forma de protagonizarem o próprio desenvolvimento, uma vez que o modo de vida dos segmentos sociais é atrelado ao território, a participação dos trabalhadores rurais, quilombolas e indígenas na deliberação das políticas promoveria o fortalecimento do território na satisfação das suas reais demandas.

No Portal da Cidadania o Governo Federal divulga um total de 120 territórios no Brasil contemplados pelo Programa, que estão distribuídos por região político-administrativa da seguinte forma: 12 na região Centro-Oeste; 56 territórios na Nordeste; 27 territórios na Norte; 15 territórios Sudeste e 10 territórios na região Sul.

Na região Sudeste, dentre os 15 territórios rurais com acentuados problemas de exclusão social e, portanto, demandantes de ações por parte do poder público para o estímulo do desenvolvimento econômico e social sustentável, 3 estão situados no estado mais rico do país, São Paulo: o Pontal do Paranapanema, o Sudoeste Paulista e o Vale do Ribeira. (PORTAL DA CIDADANIA, 2015).

Entre os três territórios paulistas, o Vale do Ribeira é o que possui maior população rural tanto em números absolutos (114.995 habitantes), quanto em percentual (25,94%) da população total de 443.325 habitantes. Possui o menor número de famílias assentadas (159),

mas é o maior em comunidades tradicionais: com 33 quilombos e 13 terras indígenas de acordo com o Sistema de Informações Territoriais (SIT) (BRASIL, 2015).

A ênfase dada por Marques et al. (2009) à identidade quilombola no Vale do Ribeira só legitimam a necessidade de se criar políticas públicas que contemplem a sustentabilidade territorial:

A existência de importantes comunidades de remanescentes quilombolas é mais uma característica que permite distinguir o Vale do Ribeira de outras regiões paulistas: a modernização do estado mais industrializado do país não foi capaz de asfixiar formas mais tradicionais de organização social. Deste modo, projetos alternativos de desenvolvimento, no rastro do debate sobre a sustentabilidade, possuem mais vigor nesta região que em outras partes do território paulista, o que favorece a emergência de elementos particularmente inabituais em torno da sustentabilidade. (MARQUES et al., 2009, p. 4).

Cabe mencionar que o Território da Cidadania do Vale do Ribeira é composto por 25 municípios, dentre os quais Juquitiba, recorte geográfico do presente estudo, não abriga nenhuma comunidade quilombola ou indígena. Essa averiguação realizada em campo foi confirmada à autora através de entrevista dada por Antônio Eduardo Sodrezeieski, diretor da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) - Regional de Registro, órgão governamental responsável pela região. No entanto, o município possui comunidades de trabalhadores rurais, que também dependem da conservação da Mata Atlântica para reprodução de seus modos de vida, revezando-se entre atividades agrícolas no sítio e não agrícolas no centro de Juquitiba ou até na cidade de São Paulo, como alternativa para elevar a renda familiar.

2.3 Histórico municipal e dados socioeconômicos

Situado a sudoeste na Região Metropolitana de São Paulo, o município de Juquitiba originou-se a partir de um povoado conhecido como Bairro de São Lourenço, que cresceu em volta de uma capela construída pelos primeiros moradores do povoado, como o Sr. Manoel Jesuíno Godinho e sua esposa, a Sra. Francisca Maria da Penha.

Segundo o Registro Civil e Tabelionato de Notas de Juquitiba, o casal construiu a capela em sua propriedade e, em 1 de novembro de 1887, doaram cerca de 2 alqueires de terras para a construção de moradias àqueles que desejassem residir no entorno da capela. Na ocasião, a escritura das terras doadas foi lavrada pelo tabelião de Itapecerica (TABELIONATO DE NOTAS DE JUQUITIBA, 2014).

Figura 8 - Capela onde se constituiu o primeiro povoado de Juquitiba



Foto: Fotografado pela autora, julho de 2015.

Com a atração de novos moradores para as proximidades da capela, o Bairro se expandiu e passou a ser conhecido como Capela Nova de Bela Vista do Juquiá, mas só até 27 de dezembro de 1907 quando, o então governador do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá Piratininga, durante seu mandato exercido entre 1904 e 1908, proclamou a Lei Estadual nº 1.117¹¹, criando o Distrito de Paz de Juquitiba (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

Portanto, a partir do final de 1907 a localidade passou a ser denominada Juquitiba, nome de origem indígena proveniente do tupi-guarani que significa “terra de muitas águas” (figura 9). De acordo com a Prefeitura Municipal, graças à riqueza hídrica de Juquitiba, atualmente toda a sua extensão territorial de 522,169 Km² é resguardada pela Lei de Proteção aos Mananciais¹².

¹¹ A Lei Estadual 1.117, de 27 de dezembro de 1907, cria o Distrito de Paz de Juquitiba, com sede na povoação denominada Bella Vista do Juquiá, do município de Itapeperica de acordo com o Departamento de Documentação e Informação da Secretaria Geral Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

¹² Lei Estadual nº 9.866, de 28 de novembro de 1997 dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo.

Figura 9 - Moinho ornamental



Foto: Fotografado pela autora, julho de 2015.

Durante mais de meio século Juquitiba foi considerada distrito de Itapequerica da Serra¹³, mas no segundo mandato de Ademar Pereira de Barros como governador do Estado de São Paulo, entre 1963 e 1966, ela conquistou sua emancipação político-administrativa. A declaração oficial de Juquitiba enquanto município se fez no dia 28 de fevereiro de 1964, quando foi sancionada a Lei nº 8.092, que discriminava o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado de São Paulo. No entanto, o aniversário municipal é comemorado pela população em 28 de março, pois os primeiros governantes do município tomaram posse no dia 28 de março de 1965 (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

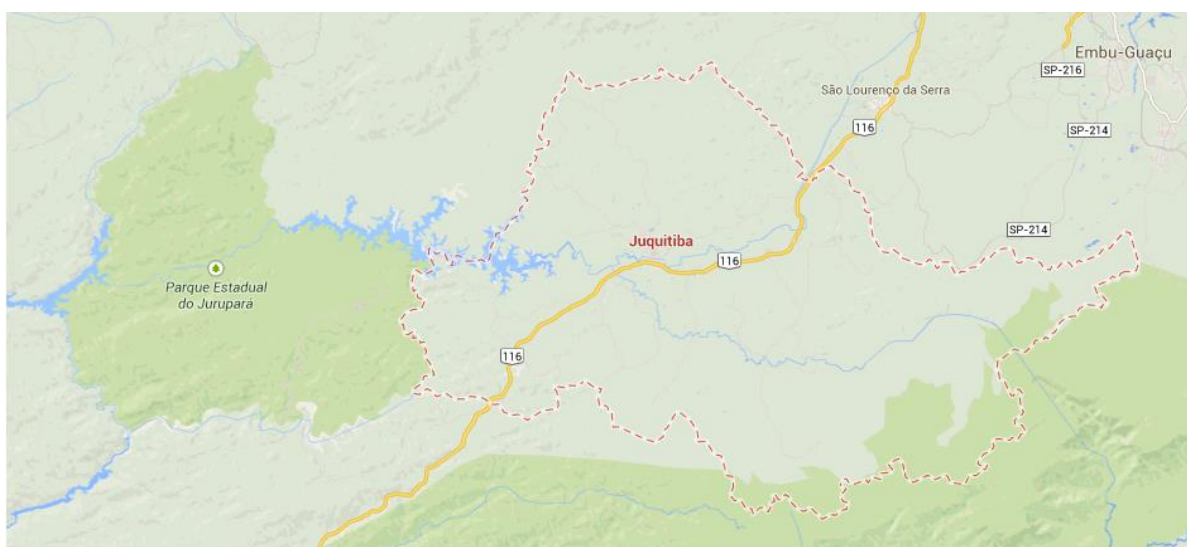
Segundo o Censo Demográfico de 2010, a densidade demográfica do município é de 55,03hab/km², e a população estimada para 2015 é de 30.642 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

¹³ Juntamente com Juquitiba, Embu, Taboão da Serra, Embu-Guaçu e São Lourenço da Serra também eram distritos de Itapequerica da Serra.

Em relação ao estado de São Paulo, Juquitiba se situa na porção sudeste, a cerca de 70 km da Capital e tem como principal via de acesso a BR-116, no trecho denominado Rodovia Régis Bittencourt, que interliga São Paulo e Paraná.

A oeste lhe faz divisa a unidade de conservação Parque Estadual do Jurupará, pertencente aos municípios de Ibiúna (98%) e Piedade (2%), conforme é possível observar na figura 10 (ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, 2015).

Figura 10 - Acesso à Juquitiba pela BR 116



Fonte: Google Maps (2015).

O município possui clima subtropical, com temperatura média anual de 18°C e formas de relevo residuais, ou seja, a topografia é constituída principalmente por serras, cujo ponto mais alto é de 900 metros no Bairro das Laranjeiras e o mais baixo de 550 metros no Bairro do Engano (JUQUITIBA, 2015).

Parte da vegetação de Juquitiba compreende uma vasta quantidade de palmeiras, bromélias, cipós, além do cambucizeiro, árvore frutífera popularmente conhecida como Cambuci, nativa da Floresta Atlântica, que era facilmente encontrado na cidade de São Paulo e quase desapareceu com o crescimento urbano da cidade. Segundo o químico e fitologista Lelington Lobo Franco, a presença do cambuci em uma floresta indica que a natureza está bem conservada.

Além da condição hidrológica privilegiada, devido à abundância de nascentes, rios, riachos e cachoeiras, Juquitiba é considerado o município com a maior área de Mata Atlântica preservada da Região Metropolitana de São Paulo.

A figura 11 registra um dos principais cursos de água de Juquitiba, o rio Juquía.

Figura 11 - Rio Juquiá



Foto: Fotografado pela autora, maio de 2014.

O Atlas de Uso e Ocupação do Solo da Região Metropolitana de São Paulo, produzido pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA), identifica que 86,52% do município de Juquitiba é ocupado pela floresta tropical, que se divide em 75,32% de Mata, 5,96% de Campo, 5,1% de Capoeira e 0,14% de Vegetação de Várzea (ver ANEXO A).

De acordo com entrevista concedida por Ross (2015), dentre as várias nuances do bioma Mata Atlântica, em Juquitiba a vegetação caracteriza-se por uma mata do tipo densa e fechada, onde predominam árvores baixas com troncos finos. Não há espécies vegetais de grande porte e tampouco com troncos espessos. Mas a razão da cobertura vegetal em Juquitiba não ser exuberante não está relacionada à condição climática, uma vez que a área é muito úmida, com elevado índice de pluviosidade, inclusive com quantidade de chuvas superior ao do município de São Paulo. Na realidade, o menor viço da floresta tropical nesta porção do Vale do Ribeira se justifica pela pobreza dos solos, principalmente nas áreas de maior altitude, onde, além da baixa fertilidade, o solo é também muito rochoso. Segundo o geógrafo, o município de Juquitiba é formado de modo proeminente por Neossolos Litólicos, isto é, solos rasos com horizonte pedogenético pouco desenvolvido. Possuem um manto de alteração profundo e os horizontes A e B são pouco espessos (ROSS, 2015).

Em razão da pobreza pedogenética, da baixa fertilidade química do solo, associada à topografia adversa – o relevo repleto de morros – e o excesso de umidade, do ponto de vista dos usos da terra a região tem baixo potencial para a agricultura.

De modo geral, os aspectos físicos de Juquitiba são desfavoráveis para a atividade agrícola, mas benéficos na perspectiva ambiental, uma vez que as terras pouco cobijadas para a agricultura tornam a região mais preservada. Portanto, o município de Juquitiba não tem vocação agrícola, mas tem potencial para conservação ambiental devido à grande biodiversidade. Há uma vasta variedade de espécies vegetais sem, contudo, grande valor econômico, o que não aguça a ganância para a extração (ROSS, 2015).

Ao contrário de outras regiões do campo brasileiro onde é possível observar conflitos e problemas sociais decorrentes do avanço do agronegócio ou da concentração fundiária, em Juquitiba não existe a luta pela terra, tampouco assentamentos da reforma agrária. Em contrapartida, o município não possui empregos suficientes obrigando uma parcela da população a se deslocar diariamente pela rodovia Régis Bittencourt (sentido capital) para trabalhar. Aqueles que conseguem sobreviver a partir de atividades econômicas geradas na região atuam principalmente no setor de comércio e prestação de serviços, são servidores públicos municipais ou estaduais, artesãos ou praticam a agricultura para autoconsumo vendendo o excedente em feiras armadas no centro da cidade.

A Aldeia do Artesanato (figura 12) é um espaço, no Centro da cidade onde artesãos e produtores rurais comercializam seus produtos. São vendidos produtos provenientes de apiários, como mel, sabonetes e cosméticos à base de mel, plantas ornamentais, móveis rústicos, redes de balanço feitas a mão e doces caseiros. Também há artesãos que entalham na madeira esculturas e placas com os nomes das chácaras.

Figura 12 - Aldeia do Artesanato

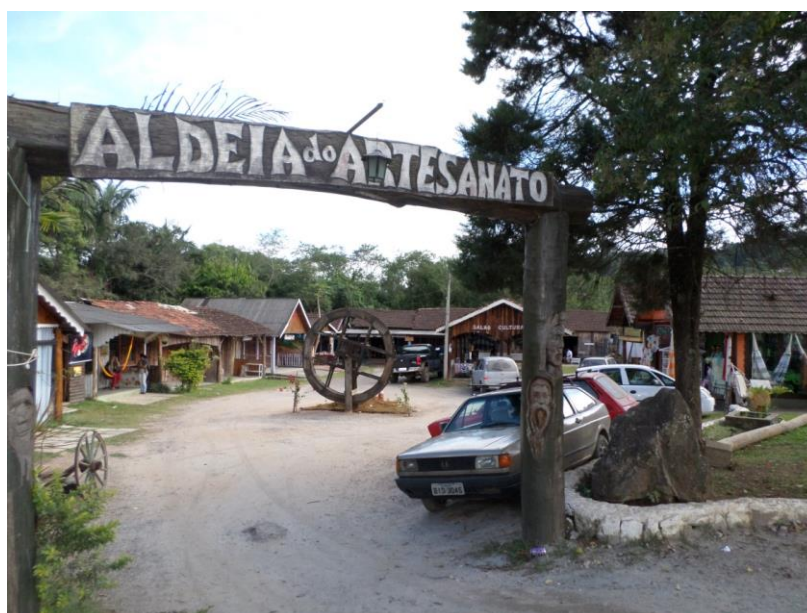


Foto: Fotografado pela autora, julho de 2015.

De acordo com a Fundação Sistema Nacional de Análise de Dados (SEADE) apenas 0,9% da população juquitibense participa dos empregos formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; 10,9% atuam formalmente na indústria; 32,8% são empregados do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Automotores e Motocicletas e 51,6% trabalham no setor de serviços (FUNDAÇÃO SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2013). Vale ressaltar que os dados acima apresentados são oriundos da Relação Anual de Informações (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego e, portanto, limita-se a contemplar os empregos formais.

Uma vez que o perfil municipal de Juquitiba disponível pelo SEADE não considera os empregos informais, pressupõe-se que os percentuais apresentados não sejam tão precisos, criando lacunas em relação a outras condições de trabalho. As residências secundárias, por exemplo, bastante comuns em Juquitiba, nos permitirão constatar empiricamente a atividade de caseiro e de pessoas que realizam serviços gerais em vários sítios e chácaras, como capinar, limpar piscina, etc. Esses trabalhadores geralmente não possuem registro na carteira profissional e, portanto, não são contabilizados na relação do SEADE.

Acerca da rentabilidade econômica, o rendimento médio daqueles que atuam no setor primário da economia é menor que o rendimento obtido nos demais setores. Se comparado à indústria, cujo rendimento médio é de R\$ 2.099,80, as atividades agropecuárias e extrativistas correspondem a menos da metade: R\$ 1.021,99.

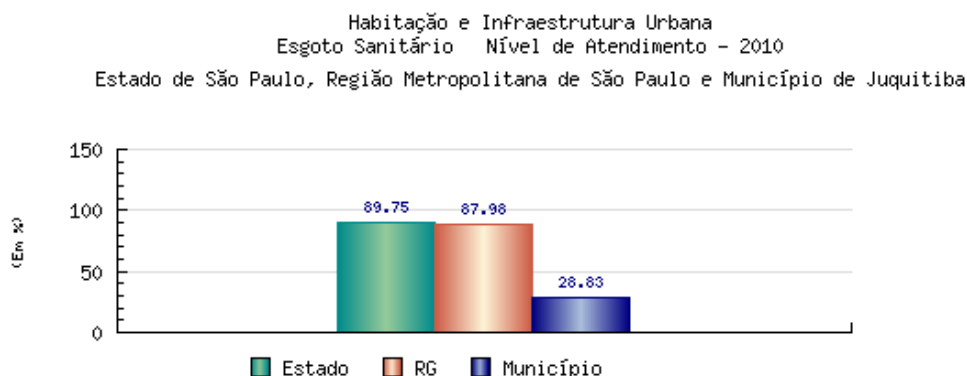
Com relação à qualidade de vida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,709, intervalo considerado alto, entretanto o município apresenta muitas deficiências em educação, moradia e saneamento básico (FUNDAÇÃO SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2013).

Segundo o Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo, o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) de Juquitiba apresentou declínio no período entre 2008 e 2010. No ano de 2008 Juquitiba fazia parte do Grupo 4, composto por municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade, mas após dois anos o município passou a compor o Grupo 5, representado pelos mais desfavorecidos, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais. Essa constatação pode ser comprovada por outros dados também provenientes da Fundação Seade. Enquanto a renda per capita do Estado de São Paulo no ano de 2010 era de R\$853,75, a de Juquitiba era inferior à metade desse valor: R\$404,53.

A baixa escolaridade corrobora para o retrocesso do IPRS, já que apenas 55,6 % da população com idade entre 18 e 24 anos havia concluído o ensino médio até o ano de 2010.

Quanto à habitação e infraestrutura urbana, 95% da população possui coleta de lixo, 74,8% é abastecida com água tratada, mas apenas 28,8% tem esgoto sanitário (SEADE, 2010). O gráfico apresentado na figura 13 evidencia como o atendimento do esgoto sanitário em Juititaba é bastante deficiente em relação à sua Região Metropolitana ou Governamental (87,98%) e ao Estado de São Paulo (89,75%).

Figura 13 - Esgoto sanitário de Juititaba



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico. Resultados do Universo. Fundação Seade.

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2014).

Segundo informações concedidas no ano de 2013 pelo Secretário de Agricultura e Meio Ambiente Hercules de Melo Fabre, uma parcela da população é atendida pela prefeitura municipal que realiza a coleta urbana e o transbordo até o Aterro Sanitário de Caieiras. No entanto, os sítios mais distantes que não fazem compostos ou não conseguem vender os rejeitos recicláveis, são obrigados a descartar o lixo a céu aberto.

Este é um grave problema para o município reconhecido como “terra de muitas águas”, e detentor da maior área de Mata Atlântica preservada da Região Metropolitana de São Paulo, pois o descarte inadequado do lixo doméstico provoca contaminação dos rios e do solo, trazendo prejuízos à saúde da população. Um exemplo é o Jardim das Palmeiras, estabelecido nas bordas da Rodovia Régis Bittencourt, onde muitas famílias ocupam uma favela às margens do córrego Ribeirão dos Urus, que deságua no Rio São Lourenço. Além da mata ciliar ter sido retirada para a construção dos barracos, o esgoto corre entre as casas por onde os moradores caminham e, em dias de mais chuva, o nível da água do córrego se eleva e inunda as casas, carregando lixo e esgoto sem tratamento (RALLO, 2014).

A falta de saneamento põe em risco a saúde da população, degrada o meio ambiente e ameaça o potencial turístico da localidade, que recebem turistas desejando apreciar a natureza ou à procura de esportes de aventura, como o *rafting*, realizado na represa Cachoeira do França (figura 14) abastecida por muitos rios e riachos da região.

Figura 14 - Represa Cachoeira do França



Fonte: Fotografado pela autora, julho de 2015.

Em resumo, Juquitiba é um local bastante deficiente em infraestruturas básicas, como esgoto sanitário, a maior parcela da população tem baixo rendimento financeiro e pouca escolaridade, o que resulta em prejuízos ambientais, sociais e de saúde pública. Por outro lado, o município detém uma riqueza natural inigualável, tanto pela fartura hídrica quanto pela preservação da Mata Atlântica.

Apresentadas as principais características ambientais e socioeconômicas, concluímos que se requer a formulação de um conjunto de medidas voltadas à universalização do saneamento básico municipal, além da criação de atividades econômicas que deem conta de sua condição enquanto Área de Proteção Ambiental (APA), ou seja, devem-se priorizar políticas e ações que promovam o desenvolvimento local de maneira sustentável.

Este arcabouço natural, somado à proximidade do município em relação à cidade de São Paulo, motivou muitas pessoas de origem urbana a saírem de suas cidades natais e trilharem um novo caminho profissional e pessoal na agricultura sob o modelo de organização cooperativista.

3 RURALIDADES CONTEMPORÂNEAS

É-me difícil deixar Paris porque vou-me separar dos meus amigos; e também me é difícil deixar o campo porque assim vou-me separar de mim mesmo.

Joseph Joubert

Este capítulo corresponde à revisão bibliográfica e análise parcial dos resultados da pesquisa que embasam o surgimento de novas dinâmicas e atores sociais no espaço rural estrangeiro e brasileiro. Para melhor organizar a fundamentação teórica de acordo com os diferentes contextos, dividimos o capítulo em duas partes. A primeira corresponde a algumas noções e ideias difundidas principalmente pela sociologia rural no debate sobre as novas ruralidades. O neo-ruralismo, a pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura são noções utilizadas pelos estudiosos para explicar as variadas funções e representações que o mundo rural adquiriu em razão do próprio movimento histórico e da rede complexa de atores que se estabeleceu nas sociedades rurais atuais. Maria Nazareth Baudel Wanderley, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay, Gian Mario Giuliani, Sérgio Schneider e Rosângela Hespanhol são intelectuais que estudam as mudanças na sociedade rural e dialogam com os espaços e práticas dos neo-rurais brasileiros. Outro expoente importante do debate é a socióloga Maria José Carneiro que se dedicou ao estudo do campesinato e das sociedades rurais no Brasil e na França.

Na segunda parte procurou-se revelar quais as especificidades dos neo-rurais de Jujutiba. Com base nos depoimentos e nas observações realizadas a campo, buscou-se elaborar um texto capaz de contextualizar, de modo mais fidedigno possível, os anseios e as perspectivas dos agentes que compõem esta nova ruralidade. A interlocução com os paradigmas do capitalismo agrário (PCA) e da questão agrária (PQA) tem o papel de contribuir na reflexão analítica sobre as diferentes intencionalidades e visões de mundo dos neo-rurais e as possíveis transformações no espaço rural de São Paulo.

3.1 Neo-ruralismo, pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura.

Estudos recentes têm demonstrado que a sobreposição do urbano pelo rural não se sustenta, colocando em cheque, inclusive, o próprio “mito fundador da Sociologia Rural, que institui a oposição entre campo e cidade como realidades espaciais e sociais descontínuas, mas em relação de subordinação da primeira à segunda” (CARNEIRO, 2012, p. 23).

Atualmente, o debate sobre a dinâmica do mundo rural nas sociedades contemporâneas, de acordo com Carneiro (2012), é alimentado por diferentes posturas teóricas em que se destacam três concepções.

A primeira se sustenta no esvaziamento da população rural e na generalização do padrão de vida urbano resultante da intervenção hegemônica do modelo produtivista. Os estudos de Henri Mendras e Hugues Lamarche, datados na segunda metade do século XX, seguem nessa direção de desintegração do campesinato provocada pela industrialização da agricultura. A tecnificação do camponês viria a transformá-lo num agricultor familiar subordinado ao mercado, extinguindo-o enquanto modo de vida. É a partir dessa premissa que surgiu o paradigma do capitalismo agrário, expressão explícita originalmente utilizada no Brasil pelo economista Ricardo Abramovay (1990 apud FELICIO, 2011).

A segunda concepção não reconhece a dualidade rural-urbano porque se baseia em estudos sobre a sociedade italiana onde nunca teria se identificado claramente essa relação entre a modernização da agricultura e a dispersão populacional. Nesse sentido, essa corrente interpretativa defende o término da visão dicotômica entre campo e cidade (SARRACENO, 1994 apud CARNEIRO, 2012).

E, a terceira concepção, aponta para novas formas de sociabilidade a partir de estudos realizados na França pelo geógrafo francês Bernard Kayser e que o autor denomina como “renascimento do rural”. Esse processo é “[...] identificado pela mudança do ritmo do êxodo rural, que estaria dando lugar a um movimento, ainda de difícil quantificação, de retorno da população urbana ao campo [...]” (KAYSER, 1990 apud CARNEIRO, 2012).

Considerando as especificidades de Juquitiba e dos neo-rurais da COOPJUQUI, é sob a perspectiva desta terceira corrente que se fundamenta, em boa medida, o presente estudo. De acordo com Carneiro (2012), Kayser admite a aproximação entre os padrões de vida da população rural e urbana, mas destaca a heterogeneidade desse processo sustentada pela permanência das diferenças espaciais e sociais. Portanto, a terceira corrente desmistifica a primeira, tanto pela premissa do fim do campo quanto pela homogeneização de seus atores. Mais adiante se tornará mais explícita essa abordagem com o presente caso de estudo.

A hipótese formulada por Kayser para explicar a freagem no ritmo de esvaziamento econômico e social do campo é a de que o renascimento rural e, conseqüente fluxo contrário “resulta da difusão no espaço, dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade” (KAYSER, 1990, p. 81 apud WANDERLEY, 2009, p. 214).

O processo de revalorização do campo como espaço de trabalho e moradia averiguado pelo retorno de cidadãos ao campo foi constatado pela primeira vez na França no final da

década de 1960 e denominado como neo-ruralismo.¹⁴ Stropasolas (2006) registra, como exemplo, a reocupação de áreas montanhosas do sul da França por pessoas oriundas da cidade ou mesmo do campo, mas com passagem pelo meio urbano. Logo após a Segunda Guerra Mundial, a França teria sofrido um intenso processo de êxodo rural que se reverteu com o aumento populacional de suas montanhas na segunda metade da década de 1970 (STROPASOLAS, 2006).

Giuliani (1990) é categórico ao defender que os neo-rurais são motivados por uma “uma livre escolha bem precisa e particular” (GIULIANI, 1990, p. 59) porque o autor compreende que quando essas pessoas decidem abandonar suas moradias na cidade e as profissões urbanas para viverem no campo, na realidade elas são impulsionadas por determinações existenciais e não econômicas que as fazem reviver valores próprios do mundo rural.

Posto que o argumento do sociólogo apoia-se nos debates teóricos europeus, sistematizou-se abaixo um caso publicado em uma revista portuguesa com a intenção de demonstrar a “livre escolha bem precisa e particular dos neo-rurais” a qual se refere Giuliani. A reportagem selecionada tem como título “Reocupação neo-rural”.

Antigos moradores urbanos norte-europeus tem repovoado o meio rural para viverem mais próximos da natureza. Alemães, franceses, britânicos, holandeses e suíços, por exemplo, migraram das cidades para o interior de Portugal em meados dos anos 1980, a fim de ocupar “aldeias praticamente abandonadas” cujas terras mais baratas do que nos seus países de origem, lhes permitiram comprar alguns hectares para o estabelecimento de novas atividades econômicas atreladas à natureza. Serra de Lousã é um típico exemplo. Localizada no centro de Portugal é uma das regiões selecionadas por muitos norte-europeus que buscam uma sociedade rural autêntica. A escolha dos estrangeiros por viver em zonas rurais portuguesas não se restringe à avaliação do preço da terra, mas, sobretudo, consideram as condições naturais e climáticas da região. É o caso do casal alemão Adreas e Iris Apitz, naturais de Hamburgo e que residem na Serra desde 1987. Eles consideram o centro geográfico do país ideal por não ser tão quente quanto Algarve, à Sudoeste de Portugal, nem demasiado chuvoso como o Norte. Segundo o casal Apitz (2000, p. 19): “[...] vivemos no meio de lindas e pequenas serras arborizadas, pouco distantes de um mar frio e, por isso, pouco turístico, com

¹⁴ É claro que existem outras literaturas tratando de fenômenos muito similares nos Estados Unidos e Inglaterra que tem antecedências a partir do século XIX. No caso, os movimentos de “retorno a natureza” (*back to nature* ou *back-to-the-land*) se consolidaram como formas de resistência contra os processos de modernização e suas transformações (JACOB 1997). Nossa ênfase no caso francês segue as tendências da literatura brasileira que adota o conceito francês de neo-rural para descrever as tendências mais contemporâneas.

ventos de Oeste dominantes que nos protegem da poluição atmosférica” (REOCUPAÇÃO..., 2000).

É possível perceber através da sistematização acima, que aspectos de ordem sensorial e emocional como clima agradável com temperaturas amenas, natureza encantadora e número reduzido de pessoas, em menção ao (pouco turístico) que traduz o sentido de tranquilidade, integram a livre escolha bem precisa e particular do casal alemão considerado neo-rural.

A aldeia portuguesa de Monte Santo também registrou um movimento populacional em sentido contrário. Segundo a geógrafa Teresa Alves, os novos rurais de Monte Santo são, em certa medida, os filhos e os netos dos que partiram no êxodo rural há tempos atrás.

Os novos rurais são pessoas que buscam qualidade de vida, vão procurar modos de vida em que possam controlar o seu tempo e seu ritmo, que possam desenvolver atividades econômicas em equilíbrio com a natureza e com o ambiente, vão à procura de estilos de vida mais solidários e humanos. São, sobretudo, pessoas com uma cultura de território porque vão à procura de um sítio específico, de um lugar onde possam ser felizes. (ALVES, 2010).

Logo, o neo-ruralismo não tem qualquer ligação com os deslocamentos populacionais determinados por ciclos econômicos¹⁵ ou pela contração do mercado de trabalho nas cidades, “já que o motor desses processos é o velho e tradicional motor da necessidade, da busca dos meios de sobrevivência onde estes estiverem, na cidade ou no campo, em qualquer canto” (GIULIANI, 1990, p. 59).

Na prática, o neo-ruralismo expressa a ideia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estarem em vias de extinção, passam por um certo revigoramento e começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade. A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranquilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da autodeterminação, são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo; assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo. (GIULIANI, 1990, p. 59).

Em relação à França, por exemplo, segundo pesquisa de Hervieu e Viard (1996, p. 14-19, apud Abramovay, 2009, p.33) os valores de “progresso, trabalho, medo e solidão” se associam mais à cidade do que ao campo, enquanto os sentidos de “beleza, igualdade, saúde, aposentadoria e tranquilidade” são inerentes ao meio rural. Os franceses também consideram mais humanas as relações entre pessoas que vivem no campo. Essas novas qualidades atribuídas ao campo podem ser consideradas elementos fundamentais que conformam a ruralidade francesa.

¹⁵ Giuliani se refere aos ciclos econômicos de produtos agrícolas voltados à exportação em determinados momentos históricos como a borracha, o algodão e o café. Em alguns casos, houve o estímulo à importação de mão-de obra europeia para o campo por meio de políticas governamentais.

Ao tratar sobre como o meio rural se torna atrativo para outros grupos sociais de origem urbana, Wanderley (2009) se utiliza do contexto inglês baseado nos estudos realizados por (MURDOCH; MARSDEN, 1994, p. xi). De acordo com a autora, é crescente a importância da classe média inglesa originalmente urbana no meio rural, cuja “visão idílica” do campo privilegia o contato direto com a natureza e a participação comunitária por meio da expansão de residências e atividades de lazer e na oposição à presença de indústrias. “Em certas áreas rurais, esta é a ruralidade hegemônica, que vem a ser um elemento fundamental da própria formação da classe média inglesa.” (WANDERLEY, 2009, p. 209).

Wanderley (2009) argumenta que as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais, isto é, a urbanização, a industrialização e a modernização da agricultura, não se traduziram na homogeneização da sociedade.

A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local, etc. O agricultor moderno, particularmente, o agricultor familiar, predominante nos países ditos ‘avançados’, pelo fato mesmo de ser familiar, guarda laços profundos – de ordem social e simbólica – com a tradição ‘camponesa’ que recebeu de seus antepassados. (WANDERLEY, 2009, p. 205).

Não obstante, há diferenças cruciais entre o ideal de natureza europeu e brasileiro que perpassam ao grau de intervenção humana. De acordo com Carneiro (2012), na Europa a natureza é muito mais valorizada como objeto de contemplação do que no Brasil. Enquanto na França os neo-rurais removem a mata, erguem cercas vivas e mantêm um gramado bem aparado para fazer um infinito jardim estilizado e impecável; no Brasil, opostamente, se aprecia a mata virgem e densa, intocada pelo homem (CARNEIRO, 2002). Aqui, o cuidado está justamente em mantê-la na sua condição original, preservada.

Em um trecho da crônica “Jardins”, publicada na obra “O Retorno e terno...” do escritor Rubem Alves, é possível observar, numa breve passagem, a visão idílica e estilizada da natureza tão valorizada pelo turista e neo-rural europeu. Nesta crônica o narrador conta que, depois de muito tempo, conseguiu realizar o sonho de plantar seu jardim. A longa espera deveu-se à terra que ele não possuía. O terreno ficava ao lado de sua casa, abandonado, com entulhos e ratos. Inclusive mau cheiro exalava, mas tamanha era sua vontade de ter um jardim que, em imaginação, já podia ver e cheirar as flores e as ervas ausentes.

O jardim idealizado pelo narrador não subentende uma natureza domesticada, tal como a criada pelos paisagistas e valorizada na Europa.

Mas um dia o inesperado aconteceu. O terreno ficou meu. O meu sonho fez amor com a terra e o jardim nasceu. Não chamei paisagista. Paisagistas são especialistas em jardins bonitos, mas não era isto que eu queria. Queria um jardim que falasse.

[...] Paisagistas são especialistas em estética: tomam as cores e as formas e constroem cenários com as plantas no espaço exterior. (ALVES, 1997, p. 66-67).

O que narrador deseja é um jardim que fala, ou seja, aquele revelado pela própria natureza.

A natureza revela então sua exuberância num desperdício que transborda em variações que não se esgotam nunca, em perfumes que penetram o corpo por canais invisíveis, em ruídos de fontes ou folhas... O jardim é um agrado no corpo. Nele a natureza se revela amante... E como é bom! (ALVES, 1997, p. 67).

Em síntese, Carneiro (1998) assinala para as transformações que emergem no campo a partir das diferentes formas de sociabilidade, valores e ideais oriundos do movimento de pessoas do meio urbano para o meio rural, os neo-rurais.

Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo. [...]. O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos ‘purificadores’ do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência. (CARNEIRO, 1998, p. 57).

A despeito das atividades econômicas exercidas pelos novos atores sociais emergentes na composição do campo, segundo Graziano da Silva (2001) e Giuliani (1990) são de que os neo-rurais costumam explorar nichos de mercado como escargot, camarões da Malásia, abelhas, rãs, cogumelos, plantas e animais exóticos, de modo geral. Tais nichos permitem uma especialização que demanda, muitas vezes, maior estudo e preparo que agricultores mais tradicionais não têm, mas oferece maiores vantagens em relação aos custos-benefícios.

Durante a década de 1990 Kayser também constatou que a revitalização social e econômica das localidades rurais por ele estudadas na França não se centrava em atividades agrícolas tradicionais. Embora houvesse um aumento da população total das aldeias, segundo dados censitários de 1999, um quarto da população francesa (23%) residia em áreas rurais; também ocorria um processo de redução contínua da população rural ocupada na agricultura (KAYSER, 2000 apud CARNEIRO, 2012).

Em relação ao Brasil, a Carneiro (2012) observa que a população rural vem aumentando a partir da segunda metade da década de 1990, apesar das diferenças regionais no país. A revitalização do campo é mais significativa no estado de São Paulo, ao passo que, na região Sul, ainda predomina o seu esvaziamento. A retração do ritmo do êxodo rural-urbano também foi acompanhada por uma queda da mão-de-obra ocupada na agricultura e o crescimento do emprego não agrícola. Há uma elevação expressiva das ocupações

econômicas não agrícolas contabilizadas pelo Pnad¹⁶, a uma taxa de crescimento anual de 6,1% no período de 1996 a 1999. Mas o contraste, segundo Graziano da Silva (SILVA, 1997) é em relação à PEA Ocupada: nos anos 80 a população que trabalhava na agricultura aumentava de modo muito sutil, a uma taxa inferior a 1% a.a. Posteriormente, no triênio 1992/95 essa população apresentou uma diminuição extrema de 4,5% a.a., enquanto que as pessoas residentes em áreas rurais e ocupadas em atividades não agrícolas se destacaram com um crescimento de quase 10% a.a. no período.

No estado de São Paulo, aonde o revigoramento do campo é mais expressivo, em 1995 havia 1,062 milhão habitantes no meio rural, das quais 544 mil trabalhavam em atividades agrícolas, enquanto 518 mil se ocupavam em atividades não agrícolas, embora continuassem a morar no campo (SILVA, 1997).

As pessoas residentes no campo nesse período equivaliam a 3,13% da população total do estado, que era de 33.848.251 habitantes¹⁷ (SÃO PAULO, 2015).

Dados mais atuais do meio rural paulista, obtidos a partir do último censo demográfico, indicam que a população residente em área rural em 2010 era de 1.676.948 habitantes, o que corresponde a 4,06% da população total do estado (IBGE, 2010). Desse total de moradores em zona rural, aproximadamente 78,4% tem renda proveniente de atividades não agrícolas (IZIQUE, 2012).

Atividades econômicas não agrícolas correspondem, por exemplo, às de turismo como pousadas e aluguel de chácaras para lazer ou eventos e trabalhos ligados à prestação de serviços (caseiro, jardineiro, empregada doméstica, servente de pedreiro, motorista). Destarte, atividades não vinculadas à produção agropecuária se expandem, sobretudo, nas áreas rurais mais próximas das grandes cidades para onde citadinos, geralmente da classe média, partem à procura de maior contato com a natureza. A disponibilidade de infraestrutura de comunicação e transporte, a facilidade de acesso em relação às cidades vizinhas e particularidades ambientais e culturais, entre outros fatores é que determinarão as múltiplas funções que os espaços rurais podem assumir (HESPANHOL, 2013).

Assim entendemos, a princípio, duas dinâmicas nos espaços rurais que configuram o debate sobre as novas ruralidades, a primeira diz respeito à revalorização do campo como lugar de trabalho e moradia (principal ou secundária) por pessoas originárias do meio urbano ou que, ao menos, tem raízes no campo, mas passaram o maior tempo de suas vidas na cidade.

¹⁶ Pnad é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio realizada pelo IBGE.

¹⁷ Informação consultada na Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo.

A segunda refere-se ao caráter multifuncional dos espaços rurais, o que implica em não defini-lo como sinônimo de local onde se exercem, meramente, as atividades agropecuárias.

A complexidade e os diferentes níveis de intensidade que as relações campo-cidade contraíram passaram a exigir outras referências e parâmetros teóricos que dessem conta de tamanha diversidade.

No debate sobre as transformações recentes no meio rural, tanto no Brasil, quanto nos países desenvolvidos, as ideias de pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura têm sido acionadas quando grande parte das famílias camponesas integram atividades econômicas não agrícolas às suas estratégias de reprodução social (CARNEIRO, 2002).

A pluriatividade do meio rural define-se por ser um fenômeno onde membros de uma mesma família com laços consanguíneos ou não (adoção) exercem, de modo combinado, duas ou mais atividades, sendo pelo menos uma delas a agricultura. Esse grupo doméstico não precisa necessariamente viver na mesma moradia ou trabalhar no mesmo estabelecimento. Descarta-se a somatória de rendas proveniente de terceiros, como a remessa de dinheiro de parentes que moram no exterior ou aposentadorias, pois a pluriatividade só se configura quando há a situação de combinação entre diferentes atividades e a agrícola (SCHNEIDER, 2009).

Ao adotar a expressão pluriatividade, Carneiro (2002) enfatiza que não se trata de uma possibilidade, mas de uma manifestação clara das novas dinâmicas rurais presentes nas sociedades contemporâneas, que podem significar “tanto um mecanismo da estratégia de reprodução social de famílias sem condições de se manterem exclusivamente com a atividade agrícola, quanto também pode expressar uma mudança no padrão de exploração agrícola” (CARNEIRO, 2002, p. 225).

Ela também é condicional ao defender que o indivíduo pluriativo não se refere a uma nova categoria social, pois existe uma diversidade de modos de se aliar o trabalho não agrícola dentro da unidade familiar agrícola e fatores exógenos ao grupo doméstico também são determinantes de sua evolução (CARNEIRO, 1999).

Sobre esta heterogeneidade de práticas e elementos variáveis que diferenciam o fenômeno da pluriatividade, Schneider (2009) denota a composição da estrutura familiar (pais, filhos, netos, agregados) e o grau de hierarquia que ocupa o indivíduo-membro que exerce a função pluriativa, a condição socioeconômica da família e as particularidades do território na qual ela está inserida. Logo, a pluriatividade corresponde, tão somente, a um fenômeno que agrega atributos distintos a uma categoria social já existente, os agricultores familiares.

Não obstante, a pluriatividade só tem validade quando é levada em conta a natureza maleável e flexível das relações sociais que definem a família, capaz de negociar internamente caminhos alternativos para sua reprodução. Por isso, se formos analisar a agricultura familiar pluriativa é essencial atentarmos na observação da família não simplesmente como unidade de produção, como geralmente ocorre, mas privilegiá-la como unidade social. “Esta percepção de pluriatividade como um processo social nos capacita a perceber a coexistência de processos sociais distintos, e até mesmo contraditórios, definidos pelo *campo de possibilidade* de realização dos *projetos familiares*” (CARNEIRO, 1999. p. 326, grifo do autor).

Por projetos familiares, Schneider (2009) entende serem as diferentes expectativas e interesses dos membros da família que podem corresponder a projetos individuais ou coletivos.

Ademais Schneider (2009) distingue a pluriatividade de outras formas de trabalho que complementam a renda familiar por compreendê-la de forma não esporádica ou transitória, mas um recurso organizado e frequente de entrada dos membros da família no mercado de trabalho. Isso significa que as famílias pluriativas tendem a ingressar num processo crescente de mercantilização.

No debate paradigmático o fenômeno da pluriatividade pode ser ilustrado em ambos os paradigmas. Por um lado, a pluriatividade, as políticas compensatórias e a inserção do camponês ao mercado que o transforma em agricultor familiar estão entre as opções postuladas pelo paradigma do capitalismo agrário para o futuro do campo. Por outro lado, para o paradigma da questão agrária a pluriatividade ilustra a versatilidade de adaptação do campesinato para reproduzir seu modo de vida. Nessa perspectiva Shanin (2008) se refere aos novos métodos de produção com os quais os camponeses ganham a vida e enfrentam as crises econômicas por meio da combinação do trabalho camponês e do trabalho não-camponês (FELICIO, 2010).

A tendência à pluriatividade se combina a outro ingrediente fundamental no debate sobre as transformações recentes no meio rural, a concepção da multifuncionalidade da agricultura.

A noção de multifuncionalidade da agricultura supõe que as atividades agrícolas carregam outras dimensões, culturais e sociais, além da econômica, geralmente privilegiada, ou até restritamente investigada pelos pesquisadores. É fundamental romper com a ótica setorial da agricultura redirecionando os procedimentos analíticos às outras esferas que ultrapassam a condição produtivista. Só assim é possível “resgatar e (tornar visível) a

condição humana (e não apenas econômica) dos agricultores e suas famílias” (CARNEIRO, 2002, p.233).

Resulta daí um olhar que não reduz o agricultor a um mero *homo economicus*, movido exclusivamente pela sobrevivência e pela produção, mas que o vê como um ser social de múltipla inserção, sujeito a desejos e orientado por valores que não são reduzidos à lógica econômica – risco que incorre os que observam a agricultura familiar somente da perspectiva da produção. (CARNEIRO, 2002, p. 232, grifo do autor).

Algumas das funções exercidas pela agricultura que não se materializam em mercadorias ou serviços como “[...] a segurança alimentar, a viabilidade rural, a herança cultural, a conservação do território e da paisagem agrícola e a diversidade agrobiológica [...]” Carneiro (2002, p. 235) juntamente com a noção de pluriatividade resgatam a essencialidade da agricultura para o campesinato como modo de vida e não como uma profissão qualquer.

Todos esses componentes: o neo-ruralismo, a pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura compõem as novas ruralidades, seja em países considerados desenvolvidos, como os europeus, seja no Brasil onde o desenvolvimento de atividades econômicas não agrícolas está intimamente vinculado às estratégias de sobrevivência de grande parte das famílias camponesas.

Por ruralidades Abramovay (2009) compreende uma somatória de atributos territoriais que envolvem desde a biodiversidade, a relação entre os habitantes locais e a natureza, além da própria relação dos habitantes entre si.

A natureza territorial e não setorial que se aplica ao conceito de ruralidade (Saraceno, 1996) se deve a pluriatividade apresentada pelo meio rural, que não pode mais ser associado restritamente à atividade agrícola.

A partir desta concepção de ruralidade, Abramovay (2009) defende que a noção de planejamento do meio rural deve ser revista com base nas distintas ruralidades.

Agricultura, indústria e comércio são *setores econômicos*. Já a ruralidade é um *valor* ao qual o mundo contemporâneo atribui crescente importância, por seu significado na preservação da biodiversidade, no fortalecimento de manifestações culturais variadas e por um estilo de vida que os habitantes dos grandes centros urbanos buscam cada vez mais. (ABRAMOVAY, 2009, p. 18, grifo do autor).

Haja vista a comprovação empírica da pluriatividade e da multifuncionalidade da agricultura, tanto Carneiro (2002) quanto Hespanhol (2013) concordam que, apesar de existir a aproximação entre o mundo rural e urbano, a urbanização da sociedade ou mesmo o processo de homogeneização do campo não se sustenta, uma vez que as particularidades

locais permanecem e outros novos símbolos, relações sociais e formas de viver emergem. Portanto, ambas não reconhecem o continuum preconizado por Graziano da Silva.

3.2 Os neo-rurais de Juitiba

Devido à intensiva propagação mundial do capitalismo e sua hegemonia na organização social, política e econômica, a lógica da acumulação progressiva é impressa sob todas as circunstâncias. Os meios de produção na posse de uma pequena classe distinta da sociedade submete a maioria da população a um ritmo frenético de trabalho para garantir a ampliação do capital pela classe dominante. A força de trabalho se transformou em mercadoria, uma vez que é oferecida no mercado como qualquer outro objeto de troca.

O estranhamento frente ao próprio ato de produção da vida material se soma à aspereza e individualismo das grandes cidades. Se sob o capitalismo, o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada (Antunes, 2005), nos aglomerados urbanos esta alienação pode ser somada à indiferença perante os outros, em certa medida, devido à falta de tempo e controle sobre o próprio tempo. Pois, é nos aglomerados humanos das metrópoles, que se perde tempo no trânsito e se corre para entrar num vagão de trem lotado, cujo destino está há pelo menos uma hora e meia de distância¹⁸. Apesar de repleto de pessoas, fica-se só.

A pressa generalizada, característico das grandes cidades, tem gerado ansiedade e estresse que acarretam, posteriormente, em problemas de saúde mais graves. Segundo Marilda Novaes Lipp, diretora do Centro Psicológico de Controle do Stress (CPCS), o ritmo frenético das grandes cidades não compromete somente à saúde, mas gera custos para a sensação interior de paz e, além de tudo, para as relações interpessoais que ficam enfraquecidas.

A pressa do mundo moderno não permite que o ser humano se detenha nas interações que não sejam diretamente necessárias para o trabalho. O homem atualmente raramente se conecta de verdade com o outro, ele simplesmente é colega, é conhecido, porém não partilha das raízes das amizades profundas. Isto até é desejado, mas sua agenda não o permite. O resultado é a sensação de solidão, de desapego, de menos valia dos outros e, conseqüentemente, de si mesmo. (O ESTRESSE..., 2013).

¹⁸ Comumente as pessoas que vivem nas metrópoles ou regiões metropolitanas se referem à distância a partir do tempo. Tendo em vista a falta de infraestrutura do transporte público, o congestionamento de automóveis e todas as dificuldades de locomoção, é recorrente que a extensão do trajeto entre a moradia e o local de trabalho não reflita, de fato, o tempo gasto no percurso. Um exemplo são as pessoas que residem no município de Juitiba e trabalham na Capital de São Paulo. Diariamente elas percorrem cerca de 70 km num período de aproximadamente uma hora e meia. O mesmo período leva um habitante de Mauá, considerada cidade dormitório, até o centro de São Paulo. No entanto, a distância entre Mauá e a Sé são de 45 km.

Outra característica das grandes cidades que amplia a degradação da vida humana diz respeito à artificialização dos espaços. A pavimentação do solo, a expansão de veículos e a concentração de edificações geram ilhas de calor, concentram poluentes e reduzem a qualidade de vida.

Por essas razões, a vontade de viver com tranquilidade e bem estar, de se reencontrar consigo próprio e com outro, além do anseio por controlar o próprio tempo tem motivado muitos habitantes citadinos a abandonarem o meio urbano e suas profissões na cidade para trabalhar e viver no meio rural, em sintonia com a natureza.

Segundo Carneiro (1998), as próprias limitações do modelo produtivista no campo e da industrialização nas cidades têm gerado formas alternativas de reprodução social no meio rural. A Europa, sobretudo a partir dos anos 80, é ilustrativa desse processo.

No Brasil, mais especificamente em Juquitiba, os novos rurais retratados constituem-se num grupo social bastante diversificado e dinâmico. Diversificado no que diz respeito às variadas trajetórias de vida de cada indivíduo e dinâmico uma vez que, a partir da geração de novas atividades econômicas também promoveram a ressignificação de suas próprias funções sociais.

Apresenta-se alguns dos neo-rurais de Juquitiba:

I. Informante A tem cerca de 40 anos, nasceu e foi criado na cidade de São Paulo. Formou-se engenheiro químico e trabalhava na área industrial. Decidiu mudar totalmente de vida partindo para a zona rural sob o projeto de desenvolver atividades que lidassem com a natureza, como a produção de alimentos orgânicos e a criação de abelhas indígenas. Há quatro anos comprou um sítio em Juquitiba onde tem pequenas hortas aos moldes da agricultura biodinâmica¹⁹. Deseja transformar o sítio num espaço voltado para o turismo rural, mas de caráter pedagógico, onde os visitantes possam conhecer a apicultura da abelha indígena, que não é agressiva, e a produção de alimentos por meio de uma agricultura sustentável e ecológica. O trabalho é realizado pela família constituída por cinco membros: sua mãe, esposa e os cunhados. A comercialização das verduras é pequena, apenas sob encomenda, pois o trabalho é bastante artesanal. Sua esposa com a irmã também produz plantas medicinais (fitoterápicas) e variados artesanatos, desde adornos e enfeites domiciliares até travesseiros preenchidos com ervas aromáticas. Nenhum dos membros da família trabalha em outra atividade econômica.

¹⁹ Informante A esclarece que assim como na produção de alimentos orgânicos que não faz uso de defensivos agrícolas ou pesticidas, na agricultura biodinâmica se soma a orientação da colheita mediante a conjunção dos astros. Ele acompanha um calendário astrológico no qual verifica a energia das constelações e as fases da lua capazes de influenciar no que se plantar a cada época.

II. Informante B com aproximadamente 35 anos, vivia em Sorocaba. Nunca teve qualquer intimidade com a agricultura, pois seus pais eram operários. Antes de morar em São Lourenço da Serra²⁰ trabalhou numa empresa de montagem de celulares e, posteriormente, noutra de transporte de combustíveis. A empresa abriu falência, mas antes de ficar desempregado já pensava em ter modo de vida mais tranquilo e uma renda alternativa ao trabalho assalariado. Mudou-se para o sítio com a esposa e a filha. Descobriu que existia na região um grupo de produtores de shitake, a partir do qual começou a obter informações e comprar junto os insumos para se inserir na atividade agrícola. Aprendeu o processo de cultivo do cogumelo observando as necessidades de luz, calor e umidade do fungo e, por contato telefônico, tirava as dúvidas com outros produtores da cooperativa. Trabalha sozinho em seus barracões de shitake e shimeji, mas o sustento da família também depende da renda proveniente do trabalho da esposa que é professora da rede estadual no município de Embu das Artes. Ele deseja, futuramente, prover sua família exclusivamente a partir da fungicultura.

Tanto informante A quanto informante B representam típicos neo-rurais, pois se tratam de pessoas originárias da cidade que decidiram romper com a rotina, hábitos e até os padrões de consumo vinculados ao estilo de vida urbano. O anseio por relações de trabalho, familiares e opções de lazer mais tranquilos, saudáveis e prazerosos perpassam à valorização das condições de vida no campo e, consecutivamente, de reaproximação da natureza. A mudança do lar do meio urbano para o rural consiste na livre escolha bem precisa e particular da qual já se referiu Giuliani (1990). A autonomia pretendida por informante B e a agricultura sustentável de informante A simbolizam as intencionalidades e visões de mundo preconizados pelos teóricos do paradigma da questão agrária, pois são elementos constituintes do processo denominado recampesinização, isto é, tornar-se camponês.

III. Informante C migrou de São Paulo para São Lourenço da Serra há nove anos buscando fugir da rotina da grande metrópole, se distanciar da poluição e ter paz junto à natureza. Hoje mora em um sítio onde tem um pequeno cultivo de shitake e shimeji, cuja mão-de-obra é familiar. Devido à sua experiência na área de vendas, ele combina a atividade agrícola com o trabalho de consultor imobiliário. Também mantém uma pequena horta e uma caixa de abelhas, mas a produção se limita ao consumo doméstico.

A noção de pluriatividade está presente no seu núcleo familiar que, como bem frisou Carneiro (1999), só tem sentido quando se leva em consideração a flexibilidade da família, capaz de negociar internamente as formas de aliar a agricultura com a atividade não agrícola.

²⁰ Município situado no trajeto entre São Paulo e Juquitiba, mas com características muito próximas ao segundo.

Informante C tem dois filhos adolescentes e quando está envolvido na atividade imobiliária ou em reuniões da cooperativa, pode contar com os filhos que cuidam dos cogumelos para ele. Aliás, foi justamente a função pluriativa de consultor imobiliário que o possibilitou alcançar o *projeto familiar* de morar no campo. Ele já atuava neste segmento de vendas enquanto residia na cidade, mas ao passar a atender a região de Embu das Artes, São Lourenço da Serra, Itapeverica da Serra, Juquitiba e Embu-Guaçu teve a oportunidade de mudar definitivamente para a zona rural e trabalhar como agricultor familiar.

IV. Informante D era técnico em eletrônica e morava em São Paulo onde tinha uma microempresa. Como é proveniente de família de agricultores do norte do Paraná, sempre teve muita paixão pela atividade agrícola. Seus pais abandonaram o sítio para trabalhar na cidade como comerciantes porque, segundo ele, sentiam como o agricultor era muito desvalorizado. Mas todo o restante de sua família (tios, primos, avós) permaneceu no campo para onde ele sempre voltava nas férias da escola. No sítio de seus familiares ele adorava andar a cavalo, mexer com o gado e a roça. Logo, cultivou muito amor pela terra porque manteve contato com o campo. Ao verificar o baixo preço das terras em Juquitiba, comprou um sítio e há dois anos vive exclusivamente da fungicultura.

V. Informante E tem 68 anos, era metalúrgico numa indústria de São Bernardo do Campo. Aposentou-se e comprou um pesqueiro em Arujá onde trabalhou por quatro anos. Como se tornou muito cansativo para ele e sua esposa, já idosos, cuidarem do negócio, resolveram comprar um sítio em Juquitiba onde se estabeleceram há quase dois anos. Definiram três projetos de atividade: a produção do shimeji (60 sacos) e da amora preta (48 mudas), nesse momento em fase experimental, e querem iniciar a criação de abelhas futuramente. Até os 14 anos de idade ele viveu em sítio, deixou a família para estudar na cidade de Tupã e, em seguida, veio para SP sozinho com 17 anos. Conta que ele e sua esposa decidiram se mudar para um lugar mais calmo porque não aguentavam mais morar em cidade grande.

VI. Informante F, mais de 50 anos, nascido no município de Pereira Barreto, interior de São Paulo, teve sua infância na roça, mas mudou-se para o estado do Espírito Santo relativamente jovem onde trabalhou como professor de 5ª a 8ª série sem curso superior, somente com o 2º grau completo. Ele ministrava aulas em todas as disciplinas substituindo outros professores. Posteriormente morou no Japão onde conheceu sua atual esposa e trabalhou como mecânico durante 10 anos por meio de um convênio entre a Hitachi e a Mitsubishi. Era decasségui. Quando retornou do Japão foi morar num sítio em Juquitiba onde iniciou a atividade de floricultura com familiares da esposa. Recentemente Itsuo ingressou na

fungicultura, na realidade, na ocasião de nossa entrevista, em maio de 2014, encontrava-se em processo de transição reduzindo o cultivo de flores para dar lugar à produção de shiitake e shimeji nos mesmos barracões. Essa mudança ocorreu porque, segundo ele, o mercado de flores estava muito fraco.

Informantes D, E e F têm raízes camponesas. Sob a condição de subalternidade foram desterritorializados e tornaram-se proletários. O processo de proletarização pelo qual passaram é interpretado pelo paradigma do capitalismo agrário como a integração irreversível do camponês ao capital, uma vez que são seres incompletos, inferiores e o assalariamento é o único meio de sobreviverem. Todavia, retornaram às suas origens. Verifica-se que eles correspondem ao que Felicio (2011) denomina de protagonismo propositivo do campesinato, quando se luta para manter a identidade e autonomia relativa perante o capital. Esse processo de recampesinamento é uma das teses defendidas pelo paradigma da questão agrária.

VII. Informante G de mais de 70 anos, nasceu em São Paulo e é filho de portugueses. Desde menino tinha fascinação por abelhas, as pegava escondido dos pais. Exerceu diversas atividades conforme necessitou na vida, mas foi na apicultura que se encontrou. Teve dificuldade para aprender porque existiam poucos ensinamentos na época, mas foi fazendo pesquisas, experiências e as coisas acabaram dando certo. Não é técnico formado, é autodidata. Com o decorrer do tempo notou que era muito requisitado em vários lugares, então percebeu que tinha algum conhecimento que poderia passar para os outros. Assim, além da apicultura em si, informante G faz uma contribuição para a formação de outros apiculturistas. Segundo ele, as pessoas gostam, ficam felizes e isso ajuda a preservar esses insetos que são tão úteis para todos nós e para a vida na face da Terra. Ele tem uma propriedade em Juquitiba há mais de 40 anos onde cria abelhas. Chegou a ter um comércio de produtos e materiais apícolas em São Paulo, mas sua devoção sempre foi o manejo das abelhas nos apiários. Percorreu todo o Brasil, ensinando e incentivando a apicultura. Em Roraima, diz que foi ele quem iniciou a atividade. No norte de Minas Gerais conheceu comunidades rurais que devastavam as matas para produção de carvão como forma de complementar a renda. Porém, era uma renda imediatista, incapaz de exterminar a fome porque logo acabava o dinheiro, assim como a mata também se esvaia. Segundo informante G “não brotavam mais os frutos da mata, pois não tinha mais vida, a água estava secando e a pobreza permanecia”. Então ele ensinou as comunidades a criar abelhas, produzir o mel e elas passaram a viver melhor com o aumento da renda proveniente da venda do mel. Nas suas palavras “a apicultura levou à conscientização de que a mata era sagrada e que não deveria ser cortada, principalmente para fazer carvão.” Nesse momento ele é membro da COOPJUQUI e

deseja ser um fungicultor, mas seu cultivo de shitake ainda está em fase experimental. As abelhas Jataí (figura15) são suas favoritas.

Figura 15 – Colmeia de abelhas Jataí



Foto: Fotografado pela autora, maio de 2014.

As práticas e valores do informante G condizem com o pensamento ecológico dos anos 90 que dão autenticidade à substituição da cidade pelo campo, como já afirmara Carneiro (1997). Difundiu-se na sociedade uma nova concepção de desenvolvimento pautado na integração das atividades humanas em equilíbrio com o meio ambiente, do uso racional dos recursos naturais e da mitigação das desigualdades sociais.

A apicultura, nesse caso, também pode ser encarada como uma atividade que se articula as demais realizadas pelas comunidades rurais em questão, no esforço de manter o tecido social e conservar o meio ambiente. Nessa perspectiva, a apicultura se filia à ideia de multifuncionalidade da agricultura.

VIII. Informante H foi analista de informática por aproximadamente 25 anos em São Paulo. Aspirava há bastante tempo morar num lugar mais tranquilo devido à falta de qualidade de ofertada pelas grandes cidades. Há dez anos conseguiu se mudar para São Lourenço da Serra, mas continuava trabalhando na cidade de São Paulo. Além do desconforto

que sentia vivendo numa metrópole, o que lhe impulsionou para o meio rural foi o trabalho espiritual no qual se envolveu com a bebida chamada *Ayahuasca*, um chá medicinal para concentração mental e meditação²¹. Começou a plantar o cipó e as folhas (ingredientes do chá) que o ajudaram a se fixar no sítio porque sempre foi uma pessoa urbana. Contudo, o desligamento definitivo do trabalho na cidade lhe exigia buscar outra forma de gerar renda para manutenção da chácara. Então um amigo lhe falou do shitake e da cooperativa. Ele procurou alguns fungicultores que o orientaram na cultura dos cogumelos. Há pouco mais de um ano produz shitake e shimeji em pequena quantidade e busca diversificar as atividades agrícolas com a criação de abelhas e plantio de amoras. Também trabalha com terapias alternativas, como acupuntura, *shiatsu* e regressão de terapia de vidas passadas. Já se mantém da renda proveniente do shitake e do shimeji, mas ainda não recuperou o capital investido, pois como trabalhou por dezenove anos no Hospital Albert Einstein investiu parte de seu fundo de garantia nessa nova atividade. Gostaria de comer só que produz: couve, almeirão e outras hortaliças já são plantadas apenas para o consumo próprio, mas como sua chácara é relativamente pequena, tem cerca de 5 mil metros quadrados, considerando as áreas de mata nativa que não podem ser retiradas, está estudando as possibilidades de diversificar a horta doméstica. Informante H acredita que no seu contato com a terra é essencial doar amor às plantas sagradas porque, posteriormente, no consumo do chá, a natureza vem a retribuir esse amor por intermédio do que se sente nas meditações.

Embora a motivação do informante H por residir no meio rural envolva aspectos de cunho religioso, os valores alternativos contrários aos pregados pela sociedade industrial também são vistos como “elementos purificadores do corpo e do espírito” (CARNEIRO, 1997. p. 57).

IX. Informante I é médico clínico e do trabalho, reside em São Paulo e possui uma propriedade familiar em Juquitiba há mais de 40 anos. Desde 1998 produz shitake com a esposa e em parceria com Sr. Luiz, um japonês de 90 anos. Informante I leva a mãe todos os finais de semana para o sítio e, enquanto ela “mexe com suas plantinhas” ele fica no trato do shitake. Ele nos relatou que já tentaram criar codornas, coelhos, galinhas, gado de leite, cabras, mas em todas as experiências só perdeu dinheiro e nada deu certo. A única atividade

²¹ Informante H frequenta rituais que acontecem de duas a três vezes por mês num centro espiritual em São Lourenço da Serra. Dentre as religiões que segue, uma é denominada União do vegetal que tem, em todo o Brasil, no mínimo 20 mil seguidores que comungam o chá em rituais para atingir um melhor nível de concentração mental e conexão com as forças espirituais e com o universo. Durante mais de 20 anos ele acompanha essa linha de trabalho espiritual que lhe despertou ainda mais a vontade de viver no campo em contato com a terra.

que avançou foi o cogumelo. Tem a pretensão de morar permanentemente no sítio quando se aposentar porque o lugar é mais tranquilo e gosta do campo. Hoje Juquitiba oferece mais estrutura e comodidade, pois no passado o acesso ao sítio era difícil, o carro atolava nas estradas de terra. Informante I faz parte da COOPJUQUI, mas como já tinha clientes diretos antes de ingressar na cooperativa, parte de sua produção é entregue por ele a alguns restaurantes, hotéis e pizzarias localizados em São Paulo.

Neste caso, o campo ainda representa a moradia secundária de informante I. Mas sua fala expressa bem a justificativa apresentada por Kayser (1990) de como a expansão dos avanços tecnológicos e difusão no espaço rural dos efeitos da modernização foram responsáveis pelo renascimento do campo.

X. Informante J relata que a principal razão de desejar morar em Juquitiba e viver somente da agricultura advém de uma passagem de sua infância no campo. Embora tenha vivido até os nove anos numa cidade do interior de São Paulo, por causa de problemas financeiros sua família decidiu se mudar para a área rural de Mato Grosso, onde trabalharam em lavoura de subsistência. A única cultura que comercializavam era o arroz, todos os demais plantios eram destinados para o próprio consumo da família. Informante J contou que nunca experimentou tamanha liberdade como à vivenciada naquele período na roça. Anos mais tarde foi para São Paulo onde trabalhou na indústria metalúrgica, em bancos até chegar ao Hospital das Clínicas onde trabalha há mais de 17 anos. Atualmente reside num sítio em Juquitiba onde produz cogumelos com o irmão Antônio. Não é casado e nem tem filhos. Sendo responsável pela farmácia do centro cirúrgico, considera seu trabalho na cidade muito estressante e, por isso, espera em no máximo um ano, poder se desligar do hospital para dedicar-se exclusivamente à agricultura, pois estar no sítio e trabalhar com os cogumelos lhe representa uma terapia.

A alienação do trabalho, abordada por Antunes (2005), parece ser umas das impressões de informante J, que reclama trabalhar num lugar estressante, sob muita pressão. Outra crítica do neo-rural, diz respeito à sua interação social, comprometida devido ao período de tempo que está à disposição na atividade hospitalar. Como sua jornada de trabalho é de 12 horas por 36 horas, quando suas folgas caíam aos finais de semana, enquanto morava na cidade, ele tinha a possibilidade de divertir-se com os amigos, mas quando suas folgas incidiam entre a segunda e sexta-feira, dias nos quais a maioria das pessoas trabalha, ele era obrigado a ficar “preso” em sua casa dormindo ou assistindo televisão. Por não querer mais essa rotina nostálgica, ficar trancado dentro de casa entre quatro paredes, retornou para o campo.

Durante a entrevista, informante J se recordou de uma música do cantor e compositor Raul Seixas, cuja letra diz: “Eu que não me sento no trono de um apartamento com a boca escancarada cheia de dentes esperando a morte chegar” (SEIXAS, 1973). Como se reconhecia nessa condição enquanto morava na área urbana, ele foi enfático em nos dizer: “não quero esse fim para mim, se tenho uma alternativa, devo abraçá-la”!

Informante J não é apenas pluriativo porque combina o trabalho não agrícola no hospital com o agrícola no sítio, ele também pode ser denominado um “usuário da cidade” na expressão criada por Hervieu e Viard (1996 apud CARNEIRO, 2002) para se referir à população urbana que estabelece sua residência no campo sem abandonar o trabalho na cidade. Esses cidadãos se deslocam de modo regular e cotidiano entre a área rural e urbana, o que determina numa inserção social sempre parcial nos espaços de sociabilidade, mas ao mesmo tempo gera uma multiplicidade de referências espaciais recriando os laços com a localidade de uma população que será simultaneamente rural e urbana (CARNEIRO, 2002).

XI. Informante K é dona de casa. Nasceu em Juquitiba e sempre morou na zona rural. Seus pais trabalhavam com a agricultura e serviços gerais em propriedades de outras pessoas. Ela e o marido que também é motorista de transporte escolar trabalharam por muitos anos na roça. Plantavam gengibre, vagem, abobrinha, couve flor e brócolis e os vendiam para o CEASA. Em 2001, informante K conheceu um sitiante japonês, produtor de shimeji e shitake, que a incentivou iniciar a fungicultura. Toda a família lhe ajudava nas horas vagas, seus irmãos e cunhadas. E quando eles precisavam, ela também trabalhava na roça de seus familiares. Hoje, informante K é membro da COOPJUQUI e exerce a função de coordenadora da cadeia fungicultora, ela ajuda outros sitiantes interessados em plantar shitake compartilhando seus conhecimentos. Quando entrou na cooperativa voltou plantar algumas hortaliças. Hoje vende cebolinha e salsinha para a merenda escolar do município.

Informante K é a autêntica camponesa por inúmeros fatores. Ela prefere as relações de reciprocidade que a envolvem no trabalho solidário dentro de seu núcleo familiar do que as relações de trabalho assalariado. Essa maneira não capitalista de fazer agricultura do campesinato é entendida por Felicio (2011) como uma prática protagonista, a partir da qual o camponês busca autonomia contra o processo de invisibilidade perante a sociedade capitalista.

Informante K também relatou que iniciou o cultivo do shitake em blocos de substrato porque gosta e não porque gera lucro. Como acha que não estudou o suficiente e por nunca ter saído do sítio (campo), se fosse trabalhar fora ela considera que iria ganhar, no máximo, um salário mínimo e, ainda, teria o custo com seu deslocamento do campo para a cidade. Logo, se pode permanecer na sua casa e ganhar, ao menos, R\$200,00 para manter o sítio, tendo a

possibilidade de trabalhar nas horas vagas com a família, ela conclui ser melhor. Esta é uma demonstração de que “os camponeses no limiar do século XXI não visam acumular lucros, lutam para manter o controle dos meios de subsistência sustentáveis que assegurem sua sobrevivência” (FELICIO, 2011, p. 74).

Em síntese, os neo-rurais de Juquitiba são pessoas, na sua maioria, esclarecidas, com elevado grau de escolaridade, desde o nível técnico à formação superior, provenientes de diferentes áreas do conhecimento: ciências exatas, humanas ou biológicas. Consistem num grupo heterogêneo acerca das trajetórias de vida e experiências profissionais que agregam. Mas também possuem similaridades que os unifica: a posição contestatória que questiona a depreciação das condições de vida nos grandes centros urbanos, os valores alternativos fundamentados na maior interação com a natureza e a busca pelo prazer nas práticas cotidianas.

Em virtude das atividades desempenhas pelos neo-rurais serem fruto de uma escolha, associada à serenidade do campo, Giuliani (1990) infere que o tempo de trabalho não se contrapõe ao tempo livre, ao contrário, o trabalho produtivo confunde-se ao momento de lazer.

Nesse sentido, se “a ordem social moderna é determinada pelo mercado capitalista e fundamenta-se no princípio da competição, tendo como valores o indivíduo e a razão” segundo Marques (2012, p. 43), se poderia afirmar também que existem movimentos populares capazes de driblar ou escapar a esta “lei.” Em Juquitiba, os neo-rurais da COOPJUQUI são exemplos de grupos familiares que construíram uma vida em resistência, nas margens da ordem social moderna.

4 NOVAS RURALIDADES NO DEBATE PARADIGMÁTICO

Acho que todo mundo sabe, intuitivamente, que existe uma loucura na maneira de ser dos homens. E é por isto que a nostalgia por um sítio ou por uma casa na praia aparece como um dos nossos sonhos mais persistentes. Para longe do falatório dos homens, quando todos falam e ninguém escuta. De volta para a natureza, onde nada se diz e, no silêncio, se ouve uma sabedoria esquecida.

Rubem Alves

O propósito deste capítulo é analisar as características do neo-ruralismo em Juquitiba e suas implicações no fomento do desenvolvimento do território. Para tanto, investigou-se a relação que os neo-rurais estabeleceram com os pequenos produtores a partir da cooperativa que formaram - a COOPJUQUI - a qual se faz a exposição na primeira parte. Tendo em vista que o movimento neo-rural se deslocou para uma APA, foram investigadas as formas de manejo do cogumelo no interior da Mata Atlântica. Os fungicultores cultivam o shitake de duas maneiras distintas que estão descritas na segunda e terceira parte: a partir de blocos de substratos comprados de uma indústria e por meio de toras de madeira, respectivamente. Procurou-se detalhar tecnicamente cada etapa do processo produtivo do shitake, como os intervalos de descanso e choque térmico, a colheita e a destinação dos substratos esgotados com base nas observações realizadas durante os trabalhos de campo e explicações concedidas pelos fungicultores. Ressalva-se que, nestas partes descritivas do trabalho, não foram utilizados livros e, por isso, há expressões informais usadas pelos fungicultores, como “chapeuzinho do shitake” fazendo referência à parte superior do cogumelo.

A quarta parte compreende um breve levantamento sobre as bases teóricas da agroecologia por se acreditar que o manejo do shitake realizado pelos fungicultores da COOPJUQUI enquadra-se dentro de um sistema de cultivo em transição agroecológica, embora haja questões a serem investigadas com maior profundidade e alguns problemas que já foram constatados, pois se opõem ao viés ecológico. Os intelectuais Miguel Altieri, Luiz Carlos Pinheiro Machado com Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho, Francisco Roberto Caporal, José Antônio Costabeber e Claudia Job Schmitt contribuíram na fundamentação teórica sobre agroecologia enquanto no subitem Jurandyr L. Sanches Ross aponta possibilidades para dinamizar economicamente o Vale do Ribeira de forma sustentável através de sistemas agroflorestais. Estas atividades alternativas são baseadas no vasto conhecimento que Ross adquiriu em seus estudos geomorfológicos por intermédio da visão integrada da natureza com formas mais adequadas de uso da terra.

Dada à discussão sobre a organicidade e modos de produção adotados pelos produtores de cogumelo de Jquitiba, acionou-se o debate paradigmático para avaliar a relevância do conceito neo-rural neste território e assim, finalizar o capítulo.

4.1 A formação socioterritorial da COOPJUQUI

No ano de 2011 diferentes fungicultores, entre neo-rurais e sitiantes locais se uniram para criar a Cooperativa dos Produtores Rurais de Jquitiba e Região (COOPJUQUI) que, atualmente, comporta pequenos produtores rurais de outras seis cadeias produtivas: olericultores, apicultores, avicultores, ranicultores, floricultores e fruticultores de amora.

Na ocasião, um grupo de pequenos produtores rurais procurou a Casa da Agricultura, entidade da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado, em busca de ajuda para o escoamento de seus produtos. Como a venda da produção era realizada de forma aleatória, nas ruas e mercados locais, eles manifestaram a dificuldade junto ao Secretário do Meio Ambiente, que os orientou a organizar de uma cooperativa para a prestação de contas, uma vez que outros comerciantes pagavam impostos ao município²².

Nesse momento um dos produtores rurais se recordou da existência de uma cooperativa, totalmente desativada há quase 10 anos, a Cooperativa dos Apicultores de Essência da Mata Atlântica (CAPEMA), criada em 2001. Pensou-se na possibilidade de ser mais barato ativá-la, ao invés de abrir outra nova cooperativa e, para tanto, buscaram a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI Regional de Registro) que fez o levantamento da documentação da CAPEMA, segundo Marcia, funcionária da Casa da Agricultura.

Após averiguarem a situação jurídica da CAPEMA, o diretor da CATI, Antônio Eduardo Sodrezeieski, achou conveniente ativar a antiga cooperativa alterando apenas sua razão social. Ele recomendou aos pequenos produtores substituírem a denominação Cooperativa de Apicultores por Cooperativa dos Produtores Rurais de Jquitiba e Região, como forma de abranger o Vale do Ribeira e dar abertura para a integração de outras cadeias de produção, se houvesse o interesse futuramente. Em seguida, o diretor da CATI solicitou à Marcia, funcionária da Casa da Agricultura, que buscasse junto à Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP), algum curso de formação sobre

²² As informações sobre a criação da COOPJUQUI foram coletadas a partir das entrevistas concedidas pelos próprios cooperados e pela funcionária da Casa da Agricultura de Jquitiba, Maria Marcia dos Santos, comumente chamada por Marcia.

cooperativismo, exigência do Governo Federal, pois muitas cooperativas haviam falido em função da falta de conhecimento e informações de legislação.

A prefeitura de Juitiba cedeu o espaço para a realização do curso que perduraram quatro finais de semana. Todos os primeiros cooperados participaram do curso de formação frequentando-o até o final. A observação que nos foi relatada por Marcia é que as pessoas eram realmente organizadas e interessadas, sendo inclusive, solidárias no processo de aprendizagem. A maioria dos ingressantes iniciais da COOPJUQUI era composta por produtores de shitake que há bastante tempo lutavam por incentivo, pois dependiam, totalmente até então, dos grandes produtores para escoar sua produção.

Essa condição de dependência foi crucial para motivar a organização dos pequenos produtores e a formar a cooperativa. A princípio, os fungicultores encontravam-se isolados. Sem conhecer uns aos outros, cada agricultor ficava no seu sítio produzindo uma pequena quantidade de cogumelos e comercializando principalmente por consignação.

A finalidade da cooperativa foi justamente uni-los, para somarem a produção de cada sítio, aumentando a quantidade disponível ao mercado e se fortalecendo perante os grandes produtores.

Enquanto permaneciam produzindo os cogumelos isoladamente, estavam mais vulneráveis, porém, quando passaram a ser representados pela cooperativa, perceberam que obtiveram mais respeito do mercado, resultado da maior disponibilidade de produção. Atualmente, a maior produção de shitake de Juitiba vem da COOPJUQUI.

Contudo, os cooperados relataram que o começo foi bastante difícil. Em razão da própria falta de experiência, assim que formaram a cooperativa, ainda com poucos membros, ficaram nas “mãos” de um único comprador. Tratava-se de um atravessador que também era produtor rural. Ele colocava primeiro a sua produção de cogumelos no mercado, para depois completar o que faltava com os cogumelos da cooperativa. Até que, no ano de 2012, os pequenos produtores tiveram um grande prejuízo e foram obrigados a descartar mais de 70 kg de shitake porque esse comprador não absorveu toda a produção.

A partir dessa dificuldade buscaram trazer mais fungicultores para a cooperativa. Segundo eles, consistiu num trabalho de “formiguinha” convencer outros sítios a se somarem à COOPJUQUI. Ao mesmo tempo em que trabalhavam para organizar mais produtores a ingressarem na cooperativa, perceberam como era essencial ampliar o mercado conquistando clientes permanentes para dar segurança de retorno aos cooperados.

Segundo os cooperados, a venda por forma consignada é o que acontece com o pequeno produtor que não faz parte da cooperativa hoje. O fungicultor oferece o shitake, que

é um produto perecível, e o oportunista fica com sua bandeja, mas se não vendê-la, a devolve e o produtor não tem alternativa, senão aceitar essas condições. Da perspectiva da COOPJUQUI, quem deve ditar as regras do mercado é o produtor e não o vendedor. Graças à união das pessoas que a etapa mais crítica foi superada e os fungicultores conseguiram novos clientes que passaram a comprar os cogumelos de modo constante, fechando acordos para a entrega de quantidades semanais do shitake, principalmente na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

De fato, o gargalo está na comercialização porque o sitiante tem o produto, mas sozinho não tem como vendê-lo, uma vez que a quantidade produzida por ele é muito pequena em relação ao custo mínimo necessário para mobilizar toda a entrega, o que inclui transporte, nota fiscal, etc. Já por meio da cooperativa, os fungicultores conseguem transparecer maior credibilidade aos clientes de que todas as semanas terão capacidade de abastecer a demanda exigida pelo mercado. Contudo, os cooperados mencionaram que a organização da comercialização não é um processo simples e depende do grupo unido, da ajuda mútua porque o planejamento da venda e entrega dos cogumelos exigem disponibilidade de tempo e logística, uma vez que não é barato realizar a distribuição numa cidade como São Paulo (ver ANEXO B).

A liderança dos fungicultores inspirou a formação de novas cadeias dentro da cooperativa. No caso dos olericultores, a Casa da Agricultura procurou assistência junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Mas, como os produtores de cogumelo constituíram a maior cadeia, em número de cooperados, a Casa da Agricultura continuou a buscar dar auxílio à cadeia fungicultora porque vários deles precisavam legalizar suas propriedades. Para tanto, a Casa fez uma parceria para um curso onde o SEBRAE custeava 80% do valor e os 20% restantes eram pagos pelos agricultores. O valor do curso era de R\$50,00 e garantiu-lhes assistência técnica fornecida por funcionários e professores da Faculdade de Sorocaba.

Os cooperados também trabalharam em um projeto visando baixar o custo dos insumos necessários à produção do shitake e, assim, obterem maior controle sobre todo o processo produtivo. Dessa forma, analisaram as possibilidades de construção de uma fábrica de blocos de substrato, insumo que a maioria dos fungicultores da COOPJUQUI atualmente utiliza para produzir o shitake e conseguiram aprovação do Estado para elaborar um plano.

Marcia se dispôs a ajudar na organização da documentação exigida pelo governo que certifica a veracidade da destinação dos recursos financeiros e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), em reunião, aprovou o pedido da COOPJUQUI.

No final de 2013, foi aprovado o projeto apresentado pelo grupo à Casa da Agricultura no qual o governo do estado de São Paulo concedeu R\$800.000,00 para a instalação de uma indústria de blocos de substrato de shitake em Jucituba. O convênio foi assinado no Palácio dos Bandeirantes pelo governador Geraldo Alckmin e os agricultores que representaram a COOPJUQUI.

O recurso ficou sob a responsabilidade da CATI Regional de Registro e a fábrica começou ser construída somente em 2015, devido à demora no processo de regularização da documentação de licenciamento ambiental. No entanto, como no projeto ficou previsto que o valor necessário para a instalação e funcionamento da indústria de blocos de substrato era de R\$1.200.000,00, a cooperativa tem separado 5% do valor de todas as vendas de shitake, a fim de constituir um caixa correspondente ao valor faltante, de R\$400.000,00.

Em fase inicial de construção, a fábrica representa um grande avanço para os produtores de cogumelo da cooperativa, uma vez que o bloco de substrato, atualmente adquirido de fornecedores externos, representa cerca de 70% do custo de produção do shitake. Com a aquisição da indústria, a cooperativa adquire um bem para a cadeia de fungicultores que poderá distribuir os blocos, inclusive com destino a outros produtores de shitake do país. Eles calculam economizar cerca de 30 a 40% no custo final do shitake, considerando o valor que pagam no bloco.

Observando o progresso dos fungicultores, cooperados de outras cadeias começaram a se interessar em diversificar a produção a partir do cultivo dos cogumelos shitake e/ou shimeji. Na ocasião da coleta dos dados, em maio de 2014, as duas cadeias que tinham garantida a venda de sua produção eram a fungicultura e a olericultura. Os fungicultores destinam a maior parte da produção para a CEAGESP enquanto os olericultores entregam a totalidade de suas verduras para a merenda escolar municipal.

Como relatado anteriormente, dentro da COOPJUQUI a fungicultura corresponde à cadeia produtiva com o maior número de cooperados. No total são 33 fungicultores, isto é, mais de 60% dos membros da cooperativa que se dedicam ao cultivo do cogumelo shitake e/ou shimeji.

A maioria dos fungicultores produz o shitake porque esse tipo de cogumelo assume maior valor de compra pelo mercado. Para o CEAGESP a bandeja de 200g de shimeji é vendida por R\$4,50 enquanto a bandeja de shitake, com igual quantidade, por R\$5,00.

A despeito do processo produtivo, os fungicultores da COOPJUQUI realizam o cultivo do shitake de dois modos distintos: a partir de blocos de substrato ou através de toras de madeira da castanheira asiática, conhecida como kunugui.

De antemão, é importante esclarecer que nos dois procedimentos para cultivo do shiitake, tanto os substratos quanto as toras de madeira são comprados de outros produtores. A castanheira asiática ou kunugui é reflorestada em Ibiúna e vendida aos fungicultores em pedaços de toras. Já o substrato é produzido por uma fábrica, a Tsuzuki, localizada no município de Suzano.

De acordo com os fungicultores, a empresa Tsuzuki era anteriormente uma tecelagem que entrou em falência se tornando uma fábrica de substratos para shiitake.²³ Ela entrega, semanalmente, os blocos de substrato nos sítios dos fungicultores. Não existe um contrato formal entre a cooperativa e a fábrica, mas para a COOPJUQUI o preço por unidade de bloco é menor do que para os demais clientes. O fornecimento dos substratos ocorre há mais de três anos.

É verificável que existe uma relação direta da COOPJUQUI com o mercado capitalista, pois os cooperados estão integrados a este sistema como produtores e beneficiadores de um produto final – as bandejas de cogumelo – valorizada no mercado. São, assim, representantes do paradigma do capitalismo agrário (PCA). Todavia, são também, expressões do paradigma da questão agrária (PQA) porque a integração não os define, mas os identifica por sua opção e modo de vida rural, atualmente intermediado pela fungicultura.

Além desta identidade, há dois fatores estruturais que lhes garante maior autonomia da condição de dependentes do PCA. Eles têm o controle sobre a propriedade da terra, uma vez que são donos dos sítios e a renda proveniente de fontes externas ao sistema agrícola, quando profissionais ativos ou idosos beneficiários de aposentadoria.

A disposição das pessoas mais velhas nas áreas rurais é abordada por Wanderley (2009) como favorável à vitalidade das atividades locais:

O meio rural atrai um grande número de aposentados, boa parte dos quais reencontravam suas origens rurais, após o período de atividade produtiva. Dispondo de recursos e em condições de aproveitar a terceira idade, esta população é, frequentemente, ao contrário do que tradicionalmente se afirmava, uma fonte de dinamismo e animação local. (WANDERLEY, 2009, p. 214).

Outro fator, ainda em formação, é a própria cooperativa. Ela é importante para ser analisada a independência relativa dos fungicultores. Segundo um dos fungicultores entrevistados, antes de ser criada a COOPJUQUI, já havia no município alguns sitiantes que, individualmente, compravam o substrato da fábrica para cultivo shiitake. Com a oficialização

²³ Localizou-se o anúncio da Indústria Têxtil Tsuzuki situada em Suzano. Via telefone, entrou-se em contato com a fábrica, mas o funcionário desconhecia qualquer relação da empresa com a fabricação de substratos para shiitake.

da cooperativa, entraram alguns desses produtores mais antigos que passaram a adquirir o mesmo substrato por um preço menor.

Via cooperativa, a quantidade de blocos comprados é maior, o que reduz o custo unitário de cada substrato. No entanto, o principal fator que possibilita a redução do preço do bloco é a divisão do frete entre os cooperados.

A princípio, o frete era calculado de acordo com a distância do sítio para a entrega dos blocos. Através da COOPJUQUI, o frete passou a ser dividido entre os cooperados de acordo com a quantidade de blocos comprada. Foi combinado entre a cooperativa e o transportador um preço único de frete no valor de R\$400,00 para que o caminhoneiro realize todas as entregas independentemente da distância dos sítios. A parte correspondente a cada cooperado desse montante de R\$400,00 é proporcional à quantidade de blocos adquirida. Desse modo, os cooperados cujos sítios são mais distantes e, geralmente, de acesso mais difícil, não são prejudicados sempre pagando a maior parcela do frete.

O custo unitário de bloco é de R\$3,92 que, somado ao frete, custa a cada produtor R\$4,15 aproximadamente, a depender da quantidade de blocos requisitada por todo o grupo de cooperados. Também os auxilia o fato do pagamento à Tsuzuki poder ser realizado por meio de boleto bancário que a empresa emite com data de vencimento para 28 dias após o recebimento dos blocos.

A quantidade de blocos comprada pelos cooperados pode variar bastante a depender do tamanho dos barracões e prateleiras no interior da dependência do sítio. Para exemplificar, no sítio da presidente da cooperativa e seu esposo, cada prateleira tem 2,20m de altura e comporta até 504 blocos, quantidade que o casal discrimina como sendo um lote. Portanto, sempre quando fazem uma compra de blocos junto à fábrica, seu lote (quantidade de blocos) é de 504 substratos. Outros sítiantes solicitam lotes de 200 a 300 blocos, por exemplo, em função do tamanho de seus barracões e prateleiras, assim como do capital disponível, pois após a entrada do bloco no sítio, é necessário aguardar entre 60 a 70 dias para abrir esse lote e começar a produção do shiitake, detalhes do processo produtivo que serão examinadas nas partes posteriores do capítulo.

Por outro ângulo, a facilidade de pagamento concedida pela Tsuzuki que recebe dos produtores após quase um mês da entrega dos blocos, na realidade permanece como obstáculo no processo produtivo, pois os fungicultores aguardam mais de dois meses para começar a recuperar o capital investido.

Os fungicultores pesquisaram outras localidades e testaram os blocos de fornecedores situados em Mogi das Cruzes, São Paulo e Atibaia. Para experimentarem e avaliarem a

produtividade do maior número de blocos possível, cada produtor comprava poucas unidades. Entretanto, nenhum dos substratos dos demais fabricantes foi produtivo tanto quanto os fornecidos pela Tsuzuki.

O problema é que a Tsuzuki já apresentou dificuldades para atender a demanda de blocos requisitada pela cooperativa. A presidente da cooperativa nos contou que recebia todas as segundas-feiras um lote de 504 blocos que ela armazenava para que, semanalmente, pudesse abri-lo após o período de 90 dias (30 dias na fábrica mais 60 dias no barracão). Desse modo, cria rotatividade na produção, pois a abertura de um lote coincide com a chegada de um novo lote de substratos semanalmente. Mas o ciclo pretendido foi quebrado quando a fábrica apresentou problemas internos de contaminação e não entregou os blocos.

Quanto aos meios de produção dos cooperados, estes são particulares e os locais de trabalho correspondem a sítios cuja extensão territorial varia, geralmente, entre dois e quatro hectares, aproximadamente. Tendo em vista Juquitiba constituir uma Área de Proteção Ambiental da Mata Atlântica, 100% resguardada pela Lei nº 898/76, que trata da proteção aos mananciais, o espaço destinado à produção é bastante reduzido.

Portanto, a formação da cooperativa deveu-se, principalmente, para facilitar a relação dos produtores com o mercado porque sendo as produções em pequena escala, a união de vários produtores permitiu maximizar a quantidade de produtos agrícolas disponíveis para atender a demanda, além de reduzir custos no transporte e estabelecer melhor representatividade dos produtores rurais frente aos diferentes mercados.

O escoamento dos cogumelos ocorre semanalmente devido a condição perecível desse alimento específico. A entrega é feita pelo fungicultor Itsuo com um caminhão refrigerado. O principal cliente é o CEAGESP que recebe a maioria dos shitakes e shimejis sempre às segundas-feiras, mas como alguns produtores já possuíam clientes particulares antes de se associar à cooperativa, parte da produção é destinada a estabelecimentos comerciais como restaurantes de Belo Horizonte, Bahia e Espírito Santo.

O restante da produção, uma pequena quantidade de cogumelos, é destinada aos supermercados da região por um representante de vendas da COOPJUQUI.

No que tange à olericultura, o principal mercado é institucional, representado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).²⁴ Semanalmente os olericultores da COOPJUQUI entregam parte de suas hortaliças para a Prefeitura Municipal de Juquitiba.

²⁴ A lei nº 11.947 sancionada em 16 de junho de 2009 determina que no mínimo 30% da merenda escolar seja comprada diretamente de agricultores familiares sem licitação. Os recursos financeiros para execução do PNAE são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

De acordo com o programa do governo federal, os municípios devem utilizar, no mínimo, 30% da verba destinada à merenda escolar na aquisição de gêneros alimentícios provenientes diretamente da agricultura familiar da região, mas somente os produtores que possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) podem vender para a prefeitura até o valor máximo de R\$ 20.000,00 por ano. Desse modo, a merenda escolar de Juquitiba recebe as hortaliças dos olericultores da COOPJUQUI (BRASIL, 2012).

Além da merenda escolar, os produtores da olericultura também vendem suas hortaliças na feira de Juquitiba. Para os olericultores da COOPJUQUI não é cobrada a taxa referente ao uso do espaço na feira e as bancas de verduras são cedidas pelo CMDR.

Os olericultores com maior produtividade também entregam os produtos agrícolas para restaurantes e quitandas de Juquitiba e do Morumbi em São Paulo.

O mel dos apicultores da cooperativa é vendido em Juquitiba e São Paulo enquanto a fruticultura, mais precisamente a amora preta, recentemente está sendo incorporada ao programa da merenda escolar, tal como já ocorre com a olericultura.

Apesar da disponibilidade agrícola de cogumelos em Juquitiba, as pizzarias do município não adquirem o produto como ingrediente de suas pizzas porque o shiitake e o shimeji ainda representam um nicho de mercado e quem os consome, comumente tem maior poder aquisitivo. Por isso, os cogumelos são destinados aos restaurantes e pizzarias de altos padrões localizados em bairros nobres de São Paulo. A pretensão da cooperativa é, futuramente, ser ela a distribuidora de seus cogumelos até o consumidor final, pois o CEAGESP também pode ser considerado um atravessador, uma vez que revende o produto para outros comerciantes. Eles também desejam tornarem-se conhecidos fora da região, assim como Holambra está para as flores, que Juquitiba seja considerada a cidade dos cogumelos.

4.1.1 Os desafios do cooperativismo

Não há dúvidas de que a expansão do capitalismo e sua hegemonia na organização social, política e econômica resultaram na sensação de naturalidade a qual encaramos seus fenômenos contraditórios. A desigualdade latente não tem consternado a sociedade, apesar da miséria que assola muitos e a opulência ostentada por poucos. No entendimento de Singer (2002, p. 10), a desigualdade social e tampouco a competição generalizada são naturais. Na realidade, ambas foram geradas pela forma como as atividades econômicas são organizadas e que se chama modo de produção capitalista.

Por essa razão, como resposta ao modelo empresarial excludente, no qual aqueles que produzem ou vendem bens pertencentes ao mesmo segmento são considerados rivais ou concorrentes, o economista explica como funciona o modelo cooperativista preconizado na economia solidária.

A economia solidária seria um modo de produção cooperativo centrado na equidade entre seus integrantes. Caracteriza-se pela autogestão, isto é, quando todos tem o mesmo poder de voto e decisão, uma vez que a igualdade entre seus sócios é o pilar da organização cooperativa. Todavia, as cooperativas devem possuir direção, o que não significa que o presidente da cooperativa tem maior poder em relação aos demais cooperados (SINGER, 2002, p. 7-9).

No que tange à cooperativa analisada pelo presente trabalho, a COOPJUQUI, existe uma estrutura hierárquica composta por presidente, secretário, tesoureiro, conselheiros fiscais, coordenadores das cadeias produtivas, entre outros cargos, cuja finalidade é garantir a execução das decisões tomadas coletivamente pelo grupo e delegar algumas responsabilidades específicas.

Acerca dessas funções, Singer (2002, p. 19) ressalta um dos principais problemas enfrentados pelas cooperativas, que se encontra justamente no esforço adicional por parte dos cooperados em se informarem de tudo o que ocorre na cooperativa, ou seja, mesmo que as tarefas já estejam atribuídas a outrem e o cooperado também se ocupe de algum cargo, é fundamental que todos fiquem a par de todas as atividades. Na visão do economista, se por um lado o trabalho extra na busca pelo conhecimento de todos os problemas da cooperativa contribui para a cooperação inteligente, por outro lado, a negação deste esforço adicional corresponde ao maior inimigo da autogestão.

O desinteresse dos membros cooperados em se engajar e compartilhar das atividades que ocorrem na cooperativa, geralmente tem duas razões, de acordo com Singer (2002, p.20): a primeira é a por comodidade, ou seja, a lei do mínimo esforço. A acomodação acarreta na concentração do poder de decisão nas mãos da direção que, por sua vez, pode levar a cooperativa a praticar a heterogestão. A segunda causa do desinteresse corresponde ao próprio desconhecimento por parte do trabalhador em relação ao seu poder perante a cooperativa. Afinal, no sistema cooperativista todos são iguais e, portanto, todos são donos da empresa solidária. Neste caso, geralmente não é a direção que sonega as informações aos cooperados, mas estes que preferem confiar na direção para que tome as decisões por eles.

Essa segunda razão é, provavelmente, um dos principais desafios da COOPJUQUI hoje, no que se refere à atividade cooperativa. Segundo entrevista concedida pela presidente

da cooperativa, muitos cooperados não se sentem donos da COOPJUQUI e, por isso, quando algo dá errado ou não corresponde ao esperado, reclamam para ela que a cooperativa não faz nada. Em resposta, ela diz aos sócios que se a cooperativa não faz nada é porque eles não estão fazendo nada, pois a COOPJUQUI são os próprios cooperados. Na sua concepção, cabe a ela enquanto integrante da direção e aos demais sócios que detém maior domínio sobre os preceitos do cooperativismo estimular os “iniciantes” a se engajarem e participarem das discussões de modo a promover a construção do conhecimento cooperativo para que todos possam ser protagonistas dentro das suas habilidades, precisamente porque o grupo é bastante heterogêneo.

Outro problema observado nos trabalhos de campo compreende um obstáculo geográfico, a distância entre os sítios que dificulta, em certa medida, a comunicação e o entrosamento entre os cooperados de todas as cadeias. Por isso, o contato pessoal muitas vezes acaba se limitando às reuniões da cooperativa que não conta com a presença de todos, geralmente.

De acordo com Fernandes (2013) “[...] o protagonismo é condição principal para a superação do sistema capitalista, mas não bastam as mudanças das instituições, é necessário criar uma nova relação social, um novo modo de produção” (FERNANDES, 2013, p. 23).

A criação de uma nova relação social constitui um dos pilares da economia solidária haja vista a defesa de valores opostos aos hegemonicamente construídos em nossa sociedade, no caso, a igualdade e a cooperação, no lugar da desigualdade e da competição. Com relação ao novo modo de produção, compreendemos corresponder às práticas do trabalho colaborativo e gestão democrática essencial para o fortalecimento das cooperativas que se diferenciam da competitividade permanente no sistema capitalista. Afinal, nas cooperativas não há a exploração do superior sobre seu subordinado, todos detém os meios de produção e precisam produzir para que o grupo se fortaleça. Por essa razão, o enfraquecimento de um, gera prejuízos ao grupo, pois no sistema cooperativo não se estabelece a concorrência (SINGER, 2002, p. 9).

A situação descrita acima é verificada na COOPJUQUI: ao passo que o neo-rurais sem conhecimento agrícola iniciaram seus cultivos de cogumelo a partir do conhecimento compartilhado por outros fungicultores, a ação solidária está na disposição desses sítios em ensinar ao próximo o processo produtivo do shitake. Consecutivamente, como as unidades de produção são pequenas, é fundamental que todos consigam produzir, de modo a obter quantidade suficiente para atender a demanda do mercado e, assim, a cooperativa crescer.

Na medida em que todos os sócios participam e se inteiram das tarefas, discutem e tomam as decisões coletivamente, também desenvolvem aptidões antes desconhecidas. Em outras palavras, o trabalho associativo é uma forma de educação que amplia o conhecimento, a desenvoltura e a autoconfiança dos cooperados porque tem como princípio a igualdade entre todos os seus integrantes. No entendimento de Singer (2013, p. 21), a eficiência econômica é necessária, mas o desenvolvimento humano é o mérito principal que a autogestão proporciona aos praticantes.

Mas a superação do sistema capitalista, atribuída por Fernandes (2013) quando o sujeito é participativo, não se restringe ao crescimento econômico do modelo alternativo de produção. A superação do sistema capitalista se expressa, sobretudo, na politização e autonomia que o cooperativismo proporciona.

Nesse sentido, o cooperativismo contribui para a emancipação camponesa, sendo interpretado pelo paradigma da questão agrária como elemento constitutivo da recampesinização, pois possibilita ao camponês resistir aos processos de expropriação e continuar a produzir para mercado, participando da sociedade sem abrir mão de sua identidade e modo de fazer agricultura (FELICIO, 2011 p. 75-76).

4.2 Da fabricação do substrato à produção do shitake

Os fungicultores da COOPJUQUI cultivam o shitake de duas maneiras: através de blocos de substrato ou por meio de toras de carvalho denominada kunugui para satisfazer demandas do mercado. As duas maneiras dependem de processos produtivos distintos que também servem como forma de diversificação para os produtores. Isso traz um pouco de segurança frente os riscos de falhas dos processos e do mercado.

É importante sublinhar, com o detalhamento dos processos de produção, que os próprios produtores são responsáveis por escolher a estrutura e distribuição de espaço nos sítios dedicados à fungicultura, as quantidades de substrato e toras que trabalham, a mistura ou não das duas maneiras de produzir, os horários de trabalho, determinando todo o processo da atividade agrícola em acordo com seu modo de vida e a demanda do próprio cultivo e seus clientes. Assim sendo, não estão na condição de integrados prevista pelo paradigma do capitalismo agrário porque os fungicultores não trabalham na condição de subordinação a uma cadeia produtiva controlada por um agronegócio. Apesar de dependerem da compra do substrato, com a formação da cooperativa e a construção de uma fábrica própria a independência e autonomia dos produtores está em vias de crescimento.

A aprendizagem sobre cultivo dos cogumelos ocorre, principalmente, por meio da partilha do conhecimento. A maioria dos fungicultores entrevistados contou ter aprendido o processo de produção do shitake por meio da presidente da cooperativa e, conforme novos sitiantes se interessavam pela fungicultura, repassavam uns aos outros as experiências obtidas no cultivo.

Também há encontros da COOPJUQUI a cada um ou dois meses, oportunidade em que se encontram e podem compartilhar ideias e observações sobre o manejo. O controle sobre o processo produtivo, isto é, os conhecimentos (saberes), é algo de bastante valor que também reforça sua autonomia.

A despeito da produção do shitake de bloco, o substrato, insumo necessário nessa opção de cultivo, é um composto constituído por serragem de madeira enriquecida com farelo de trigo, fubá e fertilizante à base de potássio. A partir da mistura desses farelos (compostagem), a fábrica como a Tsuzuki, por exemplo, submete o substrato a um processo de esterilização em autoclave e, em seguida, de resfriamento em ambiente asséptico para evitar a contaminação, onde se faz a inoculação dos micélios, as “sementes” do fungo. Os substratos são vedados, isto é, armazenados individualmente em embalagens plásticas transparentes que possuem uma pequena passagem de ar para respiro do fungo, de acordo com a figura 16. Os blocos de substrato ainda permanecem por cerca de 30 dias em processo de maturação na fábrica para daí, serem vendidos aos produtores de cogumelo.

Figura 16 - Substratos de shitake



Foto: Fotografado pela autora, outubro de 2014.

Da forma como chegam aos sítios, dentro de sacolas plásticas lacradas, os substratos são dispostos nos barracões de maturação (figura 17 e 18) por mais 60 a 70 dias. Portanto, os

substratos permanecem vedados maturando por um período de 90 a 100 dias entre a fábrica e o sítio.

Figura 17 – Barracão e espaço para beneficiamento



Foto: Fotografado pela autora, outubro de 2014.

Figura 18 – Período de Maturação



Foto: Fotografado pela autora, outubro de 2014.

Os substratos chegam aos sítios com a cor de serragem ou já com a coloração branca o que representa a colonização do micélio, ou seja, as hifas do fungo se espalhando e se projetando por todo o substrato.

Durante o período de maturação, cerca de 60 dias, o substrato enrijece formando uma casca de coloração marrom escura, uma espécie de proteção que possibilita ao substrato brotar os cogumelos. Somente quando o substrato se reveste totalmente por essa casca de proteção é que ele passa a produzir.

Ao término da maturação, ocorrem pequenas rupturas na casca que correspondem ao início da brotação do cogumelo. Nesse momento os substratos são retirados das embalagens plásticas e conduzidos a outros barracões denominados casas de cultivo ou câmaras de cultivo.

Durante três a quatro dias abrem-se pequenas rachaduras na casca reaparecendo a coloração branca (interna) de onde emergem os brotos e, com mais quatro a cinco dias os cogumelos frutificam e se tornam maduros para o colhimento. Portanto, a etapa do cultivo desde a brotação e frutificação até o estágio da colheita perfaz, em média, oito dias. A figura 19 mostra um bloco com cogumelos prontos para serem colhidos.

Figura 19 – Cogumelos em fase de colheita



Foto: Fotografado pela autora, dezembro de 2013.

Depois da primeira colheita o substrato interrompe sua brotação e entra em fase de descanso. A depender da técnica adotada pelo produtor, após 2 dias ou até 10 dias de repouso, os substratos são colocados na água para receber o primeiro choque térmico²⁵.

O choque térmico (figura 20) é um procedimento no qual os substratos ficam imersos em caixas d'água. Tem a finalidade de despertar novamente a brotação do shitake.

Figura 20 - Choque térmico



Foto: Fotografado pela autora, maio de 2014.

Quando o período de descanso é de 2 dias, os substratos permanecem no choque térmico por cinco horas. Com a retirada da água, os blocos retornam para as prateleiras da casa de cultivo.

Entre 8 a 10 dias já é possível realizar a segunda colheita de cogumelos. Depois de colhidos, os blocos permanecem outra vez em descanso nas prateleiras dos barracões para que o micélio se movimente pelo substrato. Em seguida, os blocos de substrato recebem o segundo choque térmico para dar início à terceira brotação.

²⁵ Observou-se que o período de descanso que antecede os choques térmicos varia bastante entre os produtores de cogumelo. Alguns fungicultores preferem dar o primeiro choque térmico no substrato com apenas dois dias de descanso porque o substrato está mais mole e pode permanecer menos tempo na água para começar a brotação pela segunda vez. Em outros sítios visitados os fungicultores deixavam o substrato em descanso por até dez dias resultando no maior ressecamento do bloco. Nesses casos o tempo necessário o substrato permanece imerso na água também será maior.

Um bloco recebe de 3 a 4 choques térmicos e gera entre 4 a 5 colheitas, sendo a primeira antes do choque térmico e as demais após os períodos de descanso e respectivos choques térmicos.

A quantidade de cogumelos que um bloco de substrato produz ao término de sua vida útil pode variar bastante. Em condições climáticas favoráveis um bloco de substrato chega a produzir 400 gramas de shitake, mas há blocos que não produzem mais do que 200 gramas.

Também é observável diferenças nas características físicas dos cogumelos entre uma brotação e outra. Os shites da primeira brotação costumam ser de menor tamanho. Após o choque térmico, os cogumelos são maiores e com melhor aparência, mas o sabor não se altera.

Como os cogumelos brotam por toda superfície do substrato é preciso observá-lo e, sempre que necessário, mudar o bloco de posição na prateleira para que os shites não se desenvolvam danificados. A colheita do cogumelo é realizada com uma tesoura de ponta arredonda e levemente curvada ou mesmo manualmente, conforme se verifica na figura 21.

Figura 21 - Colheita dos shites



Foto: Fotografado pela autora, outubro de 2014.

Depois de colhidos os cogumelos são organizados em bandejas de isopor com os talos para baixo e os chapéus para cima e, em seguida, fechados com plástico filme transparente, tal como se refere à figura 22. Os shites embalados devem ser mantidos refrigerados durante a permanência no sítio do produtor e também no caminhão que os transportará até o mercado consumidor.

Figura 22 – Processo de embalagem dos cogumelos



Foto: Fotografado pela autora, outubro de 2014.

Cada bandeja é pesada com, no mínimo 200g, pois essa é a quantidade de revenda determinada pelo CEAGESP que compra da COOPJUQUI e de outros produtores rurais. Visualizar figura 23.

Figura 23 - Pesagem e refrigeração dos cogumelos



Foto: Fotografado pela autora, outubro de 2014.

Quando colhidos os shitakes podem variar significativamente em tamanho chegando a compreender a extensão da palma de uma mão adulta ou mesmo de uma moeda (vide figura 24). Portanto, o que determina o momento de colher o cogumelo não é o seu tamanho, mas a abertura do chapéuzinho. Quando os chapéus atingem essa abertura, os shitakes podem ser colhidos. Mas se for ultrapassada, não há a mesma aceitação por parte do mercado que compra o shitake como refugo a um preço inferior de R\$14,00/kg. Ou seja, cada bandeja de 200g passa a equivaler para o produtor o valor de R\$2,80.

Figura 24 – Variedade de tamanho do shitake



Foto: Fotografado pela autora, outubro de 2014.

Há situações de blocos que, durante a maturação, apresentam aspectos de contaminação. Estes são repostos pela fábrica na compra do lote posterior. A figura 25 mostra um substrato que no processo de maturação apresentou contaminação.

Figura 25 – Substrato contaminado



Foto: Fotografado pela autora, outubro de 2014.

Fatores como temperatura, umidade, ventilação e luminosidade são fundamentais para a produção do shitake e, por isso, precisam ser verificados e controlados diariamente. A

circulação do ar no interior dos barracões, por exemplo, é muito importante porque o fungo precisa da troca de oxigênio para se desenvolver, porém não pode haver vento forte devido a fragilidade dos cogumelos que podem ser danificados. A claridade também é essencial para a brotação do cogumelo, mas na fase que a antecede, ou seja, no período de maturação, o ideal são os ambientes mais escuros.

Dessa forma, os barracões que recebem os blocos, quando chegam da fábrica para a fase de maturação, têm lonas escuras e podem ser construídos em locais onde a Mata Atlântica é mais fechada em razão da menor luminosidade. Na fase de abertura das embalagens para o início da brotação e, posterior frutificação, os blocos são deslocados para as casas de cultivo que são os barracões com mais claridade. Nesses barracões aonde o cogumelo poderá frutificar até a fase do colhimento são adotados mecanismos que impedem a entrada do vento ou do excesso de radiação solar. Muitos produtores colocam sombrites nos barracões, uma espécie de tela cuja trama relativamente fechada cria uma barreira reduzindo a radiação e o movimento do ar no interior dos barracões.

Para controle da temperatura e umidade os produtores utilizam termo higrômetros instalados nos barracões, conforme se verifica na figura 26. Esses instrumentos possuem sensores que medem, simultaneamente, a temperatura e a umidade interna e externa, mas para a produção do shitake, um único equipamento é posicionado de modo a captar a temperatura e umidade da porção inferior e superior interna do barracão. Como os produtores cultivam os cogumelos sobre prateleiras, há diferenças na temperatura e umidade entre as prateleiras de baixo e de cima.

Os fungicultores nos contam que, geralmente, os substratos das prateleiras inferiores brotam melhor devido à maior umidade e menor temperatura se comparados aos substratos das prateleiras mais altas. Por isso, é importante sempre observar a brotação e fazer o revezamento dos blocos. Esse procedimento é trabalhoso, mas faz parte do manejo do cogumelo.

Para manter os barracões com umidade entre 80% a 90%, percentual favorável ao cogumelo, os produtores molham o chão do barracão.

Figura 26 - Termo-higrômetro



Foto: Fotografado pela autora, dezembro de 2013.

Na região de Juquitiba a estação do outono corresponde à melhor época para se produzir o shitake porque os dias são mais quentes e as noites mais frias. De acordo com os fungicultores, quanto maior a diferença entre a temperatura máxima e a temperatura mínima registrada ao longo do dia, maior é a produtividade. Isso significa que a amplitude térmica tem interferência direta na brotação do cogumelo e quantidade a ser colhida.

Para exemplificar, se num intervalo de tempo de 24 horas a temperatura máxima registrada for de 27°C e a temperatura mínima, geralmente à noite ou pela manhã, de 20°C, essa diferença de pelo menos 7°C é considerada uma boa variação térmica. Contudo, no outono são mais frequentes dias com 25°C de temperatura máxima e 14°C de temperatura mínima, hipoteticamente, o que proporciona uma amplitude térmica ainda maior, de 11°C, considerada excelente para a produtividade do cogumelo. O mesmo não ocorre nas estações de verão e inverno, cuja diferença entre a temperatura máxima e mínima é pequena.

Entre as estratégias adotadas pelos fungicultores na estação do verão para criar condições mais favoráveis, mas não ideais à brotação do cogumelo, eles utilizam caixas de papelão desmontadas para cobrir as telhas do barracão e, assim, proporcionar um isolante térmico.

Um dos produtores nos relatou que chegou a medir, no interior do seu barracão, a temperatura de 32°C no verão. Após colocar caixas de papelão sobre o telhado do barracão, a temperatura caiu para 25°C e se manteve igual no período noturno e madrugada. Apesar de melhorar a temperatura interna da casa de cultivo, em razão da baixa amplitude térmica, a estação do verão continua sendo desfavorável à brotação do shitake.

Quando param de produzir, os substratos são descartados na terra. O fungicultor nos mostrou alguns de seus experimentos com os blocos improdutivos. Ele observou que os substratos, ao serem abandonados em contato com a terra, geravam raízes e pequenas plantas, inclusive minhocas entravam no bloco. Resolveu quebrá-los em pedaços e misturá-los a terra como adubo. Notou que o solo ficava mais fofo e fértil. Depois passou a triturar manualmente os substratos combinando os farelos com cinzas de folhas queimadas e, novamente, introduziu no solo, no entorno de árvores ou em vasos com plantas. Percebeu que as folhas das plantas tornaram-se mais vistosas e com aparência mais saudável. Concluiu que o substrato é bastante nutritivo para as plantas porque o considera como um adubo. Observa-se na figura 27 que algumas folhagens demonstram mais vigor e brilho.

Figura 27 - A folhagem após receber substrato



Foto: Fotografado pela autora, maio de 2014.

Apesar do aparente benefício às plantas do sítio do fungicultor em questão, é fundamental uma análise química mais detalhada, baseada em testes laboratoriais para todos verificar os ingredientes que, de fato, compõem o substrato averiguando se não há substâncias

como fertilizantes, que possam, posteriormente, provocar algum tipo de desequilíbrio no local. Já as embalagens plásticas dos substratos são recolhidas por uma empresa de reciclagem da região.

4.3 As etapas de cultivo do shitake de tora

As toras de castanheira asiática, carvalho ou denominadas kunugui são compradas de um produtor em Ibiúna. Os fungicultores alugam um caminhão para fazer a entrega nos sítios. Com a chegada das toras, inicialmente elas são perfuradas em toda sua extensão por meio de brocas com uma furadeira convencional. Cada orifício é posicionado a aproximadamente cinco centímetros de distância uns dos outros. Em seguida, faz-se o processo de inoculação, ou seja, a introdução do inóculo do shitake nos buracos da tora. Os buraquinhos são vedados com parafina e breu para evitar possíveis contaminações. As “sementes” do shitake são compradas de uma empresa de Mogi das Cruzes. A figura 28 mostra toras de kunugui que passaram pelo processo de inoculação.

Figura 28 - Toras de kunugui inoculadas



Foto: Fotografado pela autora, outubro de 2014.

As toras são empilhadas tais como uma fogueira de festa junina e permanecem em descanso aguardando o crescimento e colonização do fungo. Entre 8 a 10 meses já podem ser observados pontinhos brancos, os sinais da brotação. Contudo, os cogumelos só brotam

efetivamente e frutificam a partir do choque térmico, isto é, quando as toras são imersas na água por 24 horas. Observe a figura 29 com várias toras empilhadas para colonização.

Figura 29 - Toras em processo de colonização



Foto: Fotografado pela autora, outubro de 2014.

Nesse sentido, não é necessário emergir todas as toras que foram inoculadas há meses. É possível selecionar uma determinada quantidade para receber o choque térmico sem que as demais toras sejam comprometidas em sua produtividade.

Após o primeiro choque térmico as toras são colocadas nos barracões em posição inclinada para que a água escorra e se inicie a frutificação.

Com o término da colheita, as toras são retiradas dos barracões e guardadas novamente empilhadas como uma fogueira. Aguarda-se que as toras descansem por um mês, para poder executar o segundo choque e levá-las aos barracões onde irão frutificar. Esse processo é repetido por cerca de um ano.

Cabe mencionar que as pilhas de toras que não são estimuladas à frutificação, isto é, aquelas não forem submetidas ao choque térmico devem ser revolvidas a cada dois ou três meses. O fungicultor precisa transpor as toras que estão posicionadas na parte inferior para a parte superior da pilha, senão somente as toras de baixo permanecem úmidas.

Os cogumelos nascem em qualquer lugar da tora, não somente no buraco onde ocorreu a inoculação, pois a “semente anda” pela extensão da tora debaixo da casca. A cada colheita a produção de cogumelos é menor. Uma tora produz, em média, 1,8 kg de shitake por cerca de

um ano. A brotação do cogumelo em diferentes locais da tora é possível de ser visualizada na figura 30.

Figura 30 – Shitake de tora



Foto: Fotografado pela autora, maio de 2014.

Comparativamente, enquanto no cultivo do shitake de tora o produtor tem maior controle sobre a quantidade de cogumelos a ser produzido, uma vez que esse tipo de shitake só brota com a imersão das toras na água (choque térmico); no cultivo do shitake a partir dos blocos de substrato, passado o período de 60 a 70 dias no barracão, o produtor precisa retirá-los das embalagens plásticas, pois os cogumelos começam a brotar independentemente da vontade do produtor.

No entanto, constatou-se que a maioria dos fungicultores da COOPJUQUI prefere trabalhar com os substratos ao invés das toras porque, apesar do custo de produção do shitake proveniente da madeira ser menor, o manejo é mais trabalhoso e o retorno do capital investido é mais demorado, um ano aproximadamente. Além do longo período de tempo necessário para o cogumelo começar a brotar, de 8 a 10 meses conforme mencionado, as toras ocupam mais espaço nos barracões e são mais pesadas, lembrando que é preciso movimentá-las periodicamente.

Por outro lado, a produção de cogumelos do bloco é mais irregular, tem substratos que brotam bastante, outros menos. Logo, a rentabilidade de alguns blocos muitas vezes paga o custo de outros blocos. Se der retorno é rápido, mas se der prejuízo também é rápido.

Outro fator importante acerca da produção do cogumelo de tora diz respeito à logística entre a encomenda da semente, a chegada madeira e a inoculação. Os fungicultores salientaram que, para se aproveitar a vitalidade das toras, é preciso inoculá-las no tempo certo, entre três a cinco dias no máximo, pois após esse período de tempo perde-se parte da seiva da madeira resultando em menor produtividade de cogumelos por tora. Por isso, é fundamental o planejamento logístico das etapas de produção do shitake tora: a chegada da madeira deve coincidir com a disponibilidade das sementes e, a quantidade de toras comprada não deve ultrapassar a capacidade da mão-de-obra para inoculá-las em tempo hábil.

A despeito das características físicas, o shitake de tora é um pouco mais fino e leve, se comparado ao shitake proveniente do substrato. Ressalta-se também que alguns clientes só compram o shitake do kunugui porque o consideram mais orgânico.

Tendo em vista a demanda pelo cogumelo, na falta deste, o mercado não espera e busca outros produtores que possam fornecê-lo; por isso, a maioria dos fungicultores opta pelo bloco pela facilidade de manejo e retorno mais rápido, mas em virtude de problemas que já ocorreram anteriormente, como falta de blocos ou contaminação dos substratos fornecidos pela fábrica, os fungicultores mantêm uma quantidade de toras inoculadas à disposição como retaguarda para assegurar a produção. Ao término da vida útil das toras, elas são usadas como lenha de lareira ou adubo para hortas.

4.4 Fundamentos agroecológicos e os processos produtivos do cogumelo

O conceito de agroecologia ainda não se encontra definido, tendo em vista seu surgimento recente nos anos 1970 e popularização somente nos anos 1980, a partir dos trabalhos de Miguel Altieri e, posteriormente, de Stephen Gliessman que constituem a chamada “vertente americana.” Apesar de existirem outras correntes, uma das principais vertentes é conhecida como “escola europeia” que incorpora a agroecologia ao viés sociológico do campesinato. Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel González de Molina são proponentes dessa escola que entende a agroecologia como a interação entre o conhecimento científico e a sabedoria das comunidades rurais, principalmente as originárias da América Latina (GUBUR; TONÁ, 2012).

No Brasil, a agroecologia nasceu no final da década 1970 a partir do pensamento e mobilização por uma agricultura alternativa, a princípio, bastante restrita principalmente entre os intelectuais das ciências agrárias, mas que já se mostravam contrários em relação aos preceitos da Revolução Verde, como a austríaca Ana Maria Primavezi, pioneira do debate conceitual sobre o solo como um organismo vivo, sem o qual não há agricultura ou vida humana. A agricultura orgânica começou a ser desenvolvida no país, especialmente no sul – onde Primavesi foi professora na Universidade Federal de Santa Maria – e sudeste – onde se formou em 1979, o Grupo de Agricultura Alternativa dentro da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) que, mais tarde, em 1989, daria origem à Associação da Agricultura Orgânica (AAO), em São Paulo. Três anos depois, em 1992, membros da AAO organizaram o Movimento Agroecológico Latino Americano (MAELA) (AAO, 2015).

Entre as principais frentes defendidas pela agroecologia está a devolução aos agricultores do controle sobre os meios de produção. Em outras palavras, a agroecologia propõe restituir os pequenos produtores do direito de comandar o processo produtivo que lhes foi extirpado com o aprofundamento da modernização dependente imposta pela Revolução Verde (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

A Revolução Verde iniciou a expropriação camponesa no oeste e norte do país à medida que a ditadura conduzia a territorialização do modelo e o configurava como única opção para a produção agrícola nas regiões já ocupadas. A partir das contestações ao seu pacote tecnológico, iniciadas na década de 1970, expandiram-se nos anos de 1980 os movimentos em apoio a uma agricultura alternativa no Brasil. Foi neste contexto que Primavesi publicou no ano de 1984, a primeira edição de seu livro “Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais,” a ser seguido, em 1989, pela obra “Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável” sob autoria de Miguel Altieri. Nesse período também emergia a questão ambiental, algo até então pouco suscitado enquanto problema para a sociedade. Mas, foi somente a partir de 2004, quando ocorreu o congresso internacional da Via Campesina realizado em São Paulo, que o debate agroecológico se consolidou junto aos movimentos camponeses (GUBUR; TONÁ, 2012).

De acordo com Altieri (2012), hoje o Brasil é reconhecido como referência mundial neste campo porque a agroecologia vem sendo assimilada nas três acepções que articula: como uma teoria crítica de questionamento à agricultura industrial que, simultaneamente, fornece as bases científicas para o desenvolvimento de um novo paradigma; como uma prática social e como um movimento social que mobiliza todos os engajados na defesa pela produção

de alimentos saudáveis de maneira ecológica e socialmente justa, sob o constante desafio de estabelecer relações igualitárias entre o campo e a cidade (ALTIERI, 2012, p.7-8).

Nesse sentido, a agroecologia é, na realidade, muito mais abrangente e complexa do que se imagina. Segundo Caporal e Constabeber (2004) a agroecologia proporciona as bases científicas que dão suporte aos processos de transição a estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentável e, por isso, não pode ser confundida com os diferentes estilos de agricultura alternativa, tal como a agricultura orgânica ou biodinâmica, muitas vezes voltadas a um nicho do mercado e não propriamente comprometidas com a saúde da população em equilíbrio com a natureza.

Acerca do presente estudo, se nos limitarmos a esta condição, da destinação dos alimentos para determinarmos se a agricultura é agroecológica ou não, de fato, os cogumelos produzidos pela COOPJUQUI ou por qualquer outra empresa não atendem ao critério assinalado pelos autores porque o shitake ainda se direciona a um segmento mais elitizado ou a público que aprecia a culinária japonesa e tem condições de consumi-la ao menos esporadicamente.

Outro equívoco recorrente é a associação da agroecologia ao ideário dos conhecimentos tradicionais enquanto atraso tecnológico que, por sua vez, só produz em pequena escala. Ou ainda, sua compreensão como um modelo de produção que resolve qualquer problema indiscriminadamente. Assim nos esclarece Machado e Machado Filho (2014) nesta afirmação:

A agroecologia passou a ter uma conotação de panaceia: os ‘pequenos’, os ‘familiares’ encontrarão sua redenção no diálogo com os ‘saberes ancestrais’ e na prática de atividades manuais. É o culto à enxada e ao trabalho físico penoso. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 35).

Ao contrário do que se pode imaginar, a agroecologia procura integrar os avanços técnicos e científicos aos saberes tradicionais de produção agrícola. Por assim dizer, uma das proposições dialéticas da agroecologia se encontra na dual relação sinérgica entre os conhecimentos tradicionais oriundos dos camponeses e os conhecimentos modernos expressos pela ciência e a tecnologia. Nessa conjuntura os intelectuais compreendem a agroecologia

[...] como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal - que resgata os saberes que a ‘revolução verde’ omitiu ou escondeu incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal e animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, *em qualquer escala*. (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014, p. 36, grifo do autor).

Chama-se a atenção sobre essa assertiva acerca da combinação dos conhecimentos camponeses aos avanços científicos e tecnológicos, pois os autores declaram, categoricamente, o equívoco quando a estratégia escolhida é a integração ao agronegócio: “[...] não devemos gerar tecnologias para agregar os ‘pequenos’ ao agronegócio; isto significa o suicídio econômico e social, como tem acontecido a milhares de agricultores que optaram por este caminho” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 154).

A postura ideológica dos intelectuais ilustra claramente um posicionamento contrário ao defendido por muitos teóricos do paradigma do capitalismo agrário. Para o PCA a interligação entre agronegócio e a agricultura familiar consiste num projeto positivo para desenvolver agricultura, pois, uma vez que a questão agrária é conjuntural, o Estado pode resolvê-la por meio de políticas públicas de integração do campesinato ao mercado capitalista (FELICIO, 2011, p. 5-6).

Logo, concluímos que o paradigma da questão agrária corresponde à visão de mundo dos agrônomos que defendem a agroecologia porque eles reconhecem, no processo de integração ao capital, a desterritorialização e subordinação do campesinato.

Dando continuidade à discussão travada por Machado e Machado Filho (2014), dois fatos são indicados por eles para justificar a necessidade da produção em qualquer escala: o primeiro é o atendimento das necessidades alimentares de milhares de pessoas no mundo. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), 842 milhões de pessoas, aproximadamente uma em cada oito, sofreram de fome crônica no período entre 2011 e 2013. A maioria dos famintos vive em regiões em desenvolvimento, embora haja 15,7 milhões nos países desenvolvidos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA, 2014).

Ademais, a própria FAO veicula uma falsa ideia (que mascara contrapartidas negativas) sobre a redução da fome global ao divulgar que recentes dados de crescimento na produtividade agrícola foram favorecidos pelo aumento do investimento público e renovado interesse de investidores privados na agricultura. Sem dúvida, houve o aumento na disponibilidade de alimentos, contudo a maior oferta é realizada à custa da degradação ambiental, monopólio das terras e redução na sua diversificação pelo imperativo das monoculturas. Sobre a expropriação e devastação decorrente do modelo de agricultura vigente aprofunda Peterson et al. (2009).

Enquanto os defensores da Revolução Verde proclamam os aumentos substanciais na produção de alguns poucos cultivos, milhares de outras espécies alimentícias que integram o patrimônio cultural da humanidade estão em risco de extinção ou já

foram irremediavelmente perdidas, ameaçando radicalmente a soberania alimentar dos povos (PETERSEN et al., 2009. p. 4).

O segundo fator preponderante à produção em larga escala se configura na formulação de um novo modelo de desenvolvimento rural que faça frente e sobrepuje a hegemonia do agronegócio, uma vez que a aparente pujança da agricultura industrial é propalada como paradigma da modernização agrícola que alcança a produtividade demandada, sem qualquer menção aos prejuízos ambientais e sociais decorrentes da mesma (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 36-37).

Ao refletir sobre soluções que enfrentem tais dilemas, tanto Machado e Machado Filho (2014) quanto Altieri (2012) advogam pela necessidade de aprofundar os estudos e pesquisas dos processos produtivos integrados aos ecossistemas.

Na proposta de confronto à fome e ao modelo de agricultura do agronegócio, Machado e Machado Filho (2014) enfatizam a aplicação de todas as soluções em escala, cujo caminho a ser delineado é o da agroecologia. Já na proposição de Altieri (2012) o alcance dos objetivos de uma agricultura verdadeiramente sustentável se dá pelo estudo amplo do contexto agrícola constituído pela agricultura, sistema social e ambiente global porque somente a partir da compreensão mais profunda da ecologia dos agroecossistemas que surgirão as alternativas de manejo que corroboram para o desempenho dos sistemas agrícolas sustentáveis. Aliás, os agroecossistemas podem ser considerados um conceito-chave para a agroecologia, pois se configuram na unidade de análise a partir da qual são examinadas as interações ecológicas entre os componentes biológicos como fauna e flora que darão suporte para a intervenção humana expressa na atividade agrícola.

Os agroecossistemas são comunidades de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana. A agroecologia é o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos. Sua atenção é voltada para a forma, a dinâmica e a atenção de suas inter-relações, bem como para os processos nos quais estão envolvidas. (ALTIERI, 2012, p. 105).

A proposta da agroecologia é, portanto, o manejo dos agroecossistemas com o propósito de que produção agrícola seja subsidiada pelas próprias inter-relações ecológicas, ou seja, a fertilidade do solo, o controle das pragas, os fluxos de energia e a elevação da produtividade estejam cada vez mais atrelados às condições ambientais e cada vez menos dependentes de aportes externos como insumos químicos (ALTIERI, 2012, p. 104-105).

No caso investigado pelo presente trabalho, foi constatado alguns desses requisitos. Na produção de cogumelos há o baixo uso de insumos não renováveis como fertilizantes

industrializados, pois o manejo do shiitake depende basicamente de água para efetuação dos choques térmicos. Com relação ao controle de pragas, alguns fungicultores nos relataram o problema com ratos que se interessam por comer a produção. Para afastá-los esses produtores criam gatos, ou seja, uma forma de controle natural, sem venenos. Como a rentabilidade da produção está atrelada às condições climáticas como umidade, variação térmica, luminosidade e circulação do ar, o fato dos produtores buscarem tirar proveito das particularidades ambientais de Juquitiba adequando os barracões junto à Mata Atlântica é uma evidência de que os agroecossistemas de shiitake são subsidiados, em boa medida, pelas inter-relações ecológicas.

Porém, a produção do shiitake ainda é dependente de um insumo externo, o bloco industrializado, cuja procedência das matérias-primas que compõem o substrato os fungicultores não tem preocupação em saber qual é.

Apesar disso, em nosso entendimento, a produção de shiitake realizada pelos fungicultores da COOPJUQUI pode ser considerada um sistema de produção em transição para o manejo agroecológico porque os neo-rurais, por suas convicções pessoais e qualidades que os definem, tem maior apreço pela natureza e preocupação com o meio ambiente.

Em outras palavras, agroecologia é o conhecimento ecológico aplicado na agricultura, sob a perspectiva de pensar numa nova relação sociedade-natureza, a construção de outro paradigma de produção agrícola pautado na sustentabilidade. Buscar a sucessão de culturas diversificadas, melhorar a fertilidade do solo com sistemas autossuficientes de ciclagem de nutrientes e matéria orgânica, dominar técnicas avançadas para maximizar a produção sem a adoção de agrotóxicos ou fertilizantes são algumas das diretrizes agroecológicas destinadas a propiciar agroecossistemas economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, segundo Altieri (2012).

Justamente, a agroecologia compreende as bases científicas e metodológicas para a criação de ambientes equilibrados, onde os espaços naturais (ambiente) e artificiais (agricultura) dialogam sinergicamente, isto é, sistemas nos quais os diferentes elementos convergem e se mantêm sustentavelmente. Para a agroecologia as partes que compõem os agroecossistemas não devem se anular ou aniquilar porque funcionam e se regulam de forma harmoniosa. Em seu livro “Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável”, Altieri (2012, p. 107) fornece um quadro no qual apresenta os processos ecológicos que devem ser otimizados nos agroecossistemas. Em síntese, são estabelecidos pelo autor: o melhoramento da imunidade do sistema a partir do controle natural das pragas; a abolição dos agroquímicos para redução da toxidade; o aperfeiçoamento da decomposição de matéria orgânica e ciclagem de nutrientes; o equilíbrio dos sistemas regulatórios de água e energia; a

conservação da biodiversidade e a maximização da regeneração do solo e da água; o crescimento e manutenção da produtividade em longo prazo.

Pudemos observar em dois momentos, a intenção por parte de alguns fungicultores, de criar o diálogo sinérgico entre a natureza e a agricultura tal como a proposição de Altieri (2013). Considerando que a maturação dos substratos, assim que chegam aos sítios, corresponde à etapa que exige maior período de tempo dentro do processo produtivo do shitake, informante J, um dos neo-rurais por nós apresentado, vê a possibilidade de transferir os blocos para a Mata Atlântica, de acordo com a figura 31, ao invés de construir novos barracões. Ele observou durante os 60 a 70 dias de maturação que os blocos ficaram protegidos pelas árvores contra o sol e o vento e a vegetação também manteve a umidade local.

Figura 31 - Blocos em processo de maturação fora do barracão



Foto: Fotografado pela autora, outubro de 2014.

O segundo exemplo de coesão sustentável entre atividade agrícola e meio ambiente foi mencionado anteriormente quando o fungicultor anteriormente mencionado verificou que, ao final da vida útil dos blocos, era possível depositá-los na terra, pois ocorrera a decomposição dos substratos junto ao solo. O fungicultor ainda percebeu diferenças notáveis nas plantas que receberam o substrato, as folhagens ficaram mais viçosas.

Na interpretação de Altieri (2012), o manejo agroecológico deve intensificar a ciclagem de nutrientes e de matéria orgânica. A ciclagem da biomassa proveniente do substrato de shitake aparentemente é realizável de acordo com os princípios agroecológicos, todavia, caberiam estudos mais detalhados para identificar, com precisão, qual a composição dos substratos de shitake e as possíveis consequências quando integrados ao solo.

Nesse sentido, a indústria de substratos sob o controle da cooperativa assume grande importância por duas razões: primeiramente porque quando os sitiantes passarem a fabricar os blocos podem utilizar matérias-primas mais naturais objetivando produzir insumos realmente agroecológicos. Secundariamente porque, ao romperem com os agentes externos que hoje comandam a fabricação e venda dos substratos, os fungicultores avançam no sentido da transição agroecológica, na medida em que assumem o controle da cadeia produtiva e, consecutivamente adquirem maior autonomia frente ao capital.

No contexto de uma agricultura capitalista, muitas atividades necessárias a esse processo de reprodução tendem a ser externalizadas, passando a se inserir em circuitos cada vez mais amplos de troca mercantil, dominados por agentes externos, e cuja dinâmica foge completamente à governabilidade das famílias agricultoras. Entende-se, aqui, que a transição para a agroecologia implica a reapropriação e/ou fortalecimento da capacidade de gestão, individual ou coletiva, dos camponeses e agricultores familiares sobre os recursos naturais que servem de base à sua reprodução econômica e social [...]. (SCHMITT, 2013, p. 192).

Outro elemento fundamental e ao mesmo tempo um desafio no setor de alimentos (agroecológicos) é o desenvolvimento de um mercado consumidor que sustente a cadeia produtiva. Existem feiras locais e regionais de alimentos orgânicos na maioria dos estados brasileiros. Sua adoção como paradigma preferencial de agricultura, no entanto, enfrenta forte resistência do mercado, dominado pela monocultura de grande escala, presente em alguns dos maiores latifúndios do país.

As ‘feirinhas’ são pequenos mercados onde os produtores ecológicos oferecem seus produtos diretamente aos consumidores. Geralmente são localizados em ruas com trânsito interrompido, praças ou outros logradouros públicos. É um ambiente lúdico. Agradável, onde há um diálogo entre produtores e consumidores. As pessoas levam seus cestos vazios que saem cheios de produtos limpos – hortaliças, frutos, legumes, ovos, ervas, grãos e produtos alimentícios artesanais (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 68).

As feiras agroecológicas são, portanto, o recomeço ou resgate do mais importante paradigma de agricultura que dominou a história da humanidade até o advento da “Revolução Verde”. A humanidade, desde os tempos mais remotos, sempre produziu alimentos saudáveis com os quais alimentou incontáveis gerações. Foi a partir da “Revolução Verde”, com o avanço da agricultura mecanizada, que o homem do campo teve sua geografia profundamente alterada, sendo, muitas vezes, considerado um elemento “estranho” na paisagem do novo paradigma que se colocava. O êxodo rural, no entanto, nunca conseguiu destruir o campesinato, resistindo à incorporação ou aniquilação pelas forças dominantes do grande capital. Cada comunidade ou grupo social desenvolve internamente suas estratégias de resistência e sobrevivência, quase sempre com práticas distintas daquelas que consideram nocivas ao seu modo de organização, produção e reprodução social.

Tendo em vista os danos ambientais causados pela monocultura e seus pacotes tecnológicos altamente destrutivos da diversidade biológica, a conversão/transição da agricultura convencional para a agroecológica torna-se necessária, mas configura-se num processo lento. Meirelles (2000, p. 7) afirma que “cada agricultor possui um ritmo para a transição e isto deve ser respeitado. O importante é a ecologização constante e crescente, no tempo e no espaço, e a manutenção do bem criado”.

Também o tempo necessário para a conversão é aqui relativizado. Não se baseia em um tempo supostamente necessário para descontaminar o solo e, conseqüentemente, produzir alimentos mais limpos, mas sim no desejo efetivo de ecologização progressiva, manifestado e demonstrado pelo agricultor. (MEIRELLES, 2000, p. 7).

A produção de cogumelos de COOPJUQUI é, portanto, uma experiência de transição agroecológica porque, além do baixo impacto para a Mata Atlântica, reflete a nova postura dos neo-rurais de Juitiba e adjacências, assim como de diversas outras comunidades crioulas, cuja “filosofia de vida” está atrelada à produção limpa e livre de qualquer agrotóxico.

4.4.1 Alternativas sustentáveis para o Vale do Ribeira

Até hoje a bananicultura consiste numa das principais atividades econômicas desenvolvidas por povos que vivem no Vale Ribeira. Também é possível encontrar a produção de chá, mas de forma escassa por ter entrado em decadência há bastante tempo.

Todavia, os locais destinados à agricultura comercial da banana se restringem às partes baixas da depressão do Rio Ribeira, nas áreas de planície onde as porções do relevo se apresentam mais planas, isto é, menos montanhosas.

Ao refletir sobre maneiras de viabilizar o dinamismo econômico da região, sobretudo nas áreas de serras, a partir de atividades sustentáveis capazes de gerar renda para as comunidades locais em equilíbrio com as especificidades do sistema ambiental em questão, Ross (2015) nos esclarece, por meio de entrevista, que o Vale do Ribeira tem outros potenciais, além das unidades de conservação prevalecentes em São Paulo e das unidades de silvicultura existentes em algumas localidades, principalmente no estado do Paraná. Para o geógrafo, o vale possui um enorme potencial para as atividades agroflorestais.

Ross (2015) relata que há uma questão muito séria envolvendo as comunidades locais do Vale do Ribeira que são criminalizadas por extraírem o palmito da Palmeira Juçara, considerado planta nativa. No entanto, a Palmeira Juçara, correspondente àquela que nasce na Serra do Mar, em meio a Mata Atlântica da porção sul do Brasil, poderia ser manejada sem comprometimento da natureza. Segundo o pesquisador, cada pé de palmito Juçara adulto pode produzir mais de mil e duzentos “coquinhos” por ano e, consecutivamente, cada coquinho (semente) vira uma muda apta à extração do palmito após cerca de cinco anos.

Nesse sentido, a Palmeira Juçara tem grande capacidade de auto reprodução porque produz uma quantidade abundante de sementes, mas a espécie vegetal acaba não se expandindo por causa da falta de espaço ocupado pela densa mata da floresta tropical úmida. Portanto, é perfeitamente possível e viável, se utilizar das áreas que não são unidades de conservação, isto é, voltadas à proteção integral, para desenvolver o sistema agroflorestal (SAF) da Palmeira Juçara. Na opinião de Ross (2015) seria mais coerente e socialmente justo para as comunidades locais do que proibir o corte do palmito e penalizá-las por buscarem um meio de sobrevivência.

Para tanto, Ross (2015) salienta ser primordial a formação de um grupo interessado, representado preferencialmente por uma cooperativa, por exemplo, e a construção de uma política pública objetivando promover meios de escoar a produção e conceder aparato e apoio técnico às comunidades que desenvolverão a atividade agroflorestal. Mas o palmito juçara deve ser plantado em áreas com solos um pouco mais férteis no interior da floresta, até é possível manejá-lo em áreas desmatadas, desde que as mesmas tenham sido submetidas aos processos de regeneração florestal.

Quanto ao seu beneficiamento, é relativamente simples, pois o palmito se conserva bastando água e sal. Após cortado o caule, a palmeira morre, mas o palmito gerado tem excelente aceitação no mercado e alto valor agregado. Logo, possibilita uma boa rentabilidade e se trata de uma agricultura totalmente agroecológica porque depende da conservação da

floresta para se desenvolver e não demanda adubo, inseticida ou qualquer tipo de agrotóxico, de acordo com Ross (2015).

Mas Ross (2015) adverte que o processo não é espontâneo, é preciso criar condições por meio das políticas públicas, do ponto de vista de fornecimento de subsídios técnicos e financeiros, suporte para a comercialização e inserção do produto no mercado, para que as pessoas possam trabalhar na produção do palmito juçara de maneira digna e independente.

Essa é mais uma situação que demonstra a diversidade dos problemas estruturais e conjunturais da questão agrária e como as políticas governamentais, a depender do paradigma a que estão atreladas, podem favorecer a autonomia e desenvolvimento sustentável dos territórios rurais ou subordiná-los ao capital.

É indubitável a postura teórica e ideológica de Ross em direção ao paradigma da questão agrária porque o entrevistado não reconhece na integração, a emancipação das populações camponesas, ao contrário, Ross defende que os povos do Ribeira devem controlar a totalidade da cadeia, desde o plantio do palmito na Mata Atlântica até seu beneficiamento e distribuição ao consumidor final.

A alternativa econômica apontada por Ross (2015) para a preservação do território e simultânea reprodução das comunidades que vivem no Vale do Ribeira vem de encontro a uma das regiões mais problemáticas no que se refere à atuação humana, na leitura de Ab'Sáber (2003).

O domínio dos 'mares de morros' tem mostrado ser o meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo e difícil do país em relação às ações antrópicas. No seu interior tem sido difícil encontrar sítios para centros urbanos de uma certa proporção, locais para parques industriais avantajados – salvo nas zonas colinosas das Bacias de Taubaté e São Paulo – como igualmente, tem sido difícil e muito custosa a abertura, o desdobramento e a conservação de novas estradas no meio dos morros. (AB'SABER, 2003, p. 17).

Com base nas informações sobre o sistema agroflorestal sugerido por Ross (2015) associado à constatação de Ab'Sáber (2003) sobre as condições geológicas e topográficas dos “Mares de Morros” que dificultam o desenvolvimento de atividades triviais das cidades, como as indústrias e os setores do comércio, conclui-se o quão é imprescindível analisar sistemicamente o Vale do Ribeira, examinando o domínio ambiental em questão sob as diretrizes agroecológicas para levantarmos propostas de desenvolvimento local que atendam as necessidades e interesses das populações locais em sinergia com as potencialidades e limitações dos territórios.

4.5 Os fungicultores como neo-rurais

Para apreensão e compreensão do que está ao nosso entorno, Carneiro (1999) afirma que as sociedades humanas classificam e constroem tipologias. Contudo, esse esforço de classificação, arbitrariamente construído pela mente humana e necessário à vida social, não pode ser tomado como a própria realidade.

A estruturação científica selecionada para interpretar a realidade de um dado grupo ou sociedade sempre orientará nosso olhar para determinados aspectos da realidade em detrimento de outros. Isso significa, portanto, que não há uma abordagem teórica mais correta do que outra, o ideal é escolher o modelo mais apropriado, ou seja, “aquele que sendo também mais simples, dê conta da explicação do conjunto dos fatos selecionados pela observação e, principalmente, seja capaz de legitimar-se como melhor representação possível da realidade” (CARNEIRO, 1999, p. 326).

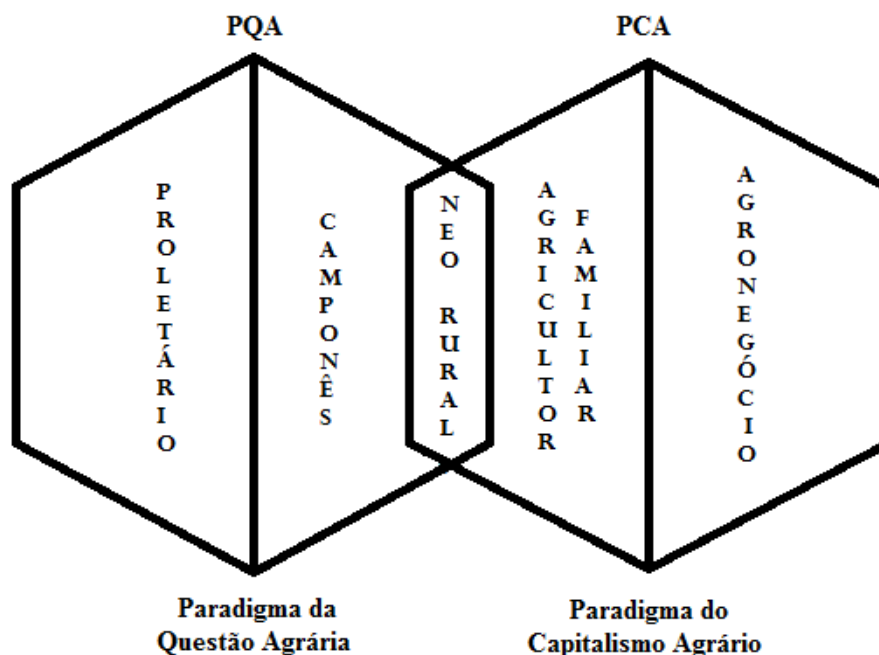
Nesse sentido, de apresentar uma leitura sobre os fungicultores que se aproxime ao máximo da realidade observada em Juititaba, foi decidido classificá-los a partir do conceito de neo-rural. Mas, para colocá-los num contexto teórico mais amplo, se buscou aproximar do enfoque territorial alicerçado na luta paradigmática elaborada pela geografia agrária.

Para ilustrar a relação entre o paradigma da questão agrária (PQA) e o paradigma do capitalismo agrário (PCA), Fernandes (2015) criou um diagrama que simboliza as disputas paradigmáticas. Originalmente seu diagrama é composto por dois círculos, cada qual representando um paradigma e ambos divididos ao meio para demonstrar suas tendências. Os círculos se posicionam parcialmente sobrepostos, tal como os diagramas de Venn²⁶.

Com o objetivo de demonstrar a posição dos neo-rurais nas disputas paradigmáticas, se fez o uso do diagrama de Fernandes (2015), porém, o mesmo foi modificado para a forma geométrica de hexágonos, conforme segue na figura 32.

²⁶ Os diagramas de Venn foram criados no século XIX por John Venn para contribuir na explicação de problemas envolvendo conjuntos numéricos a partir da ilustração de proposições matemáticas. É um exemplo similar à diagramação de Venn a representação geométrica das esferas terrestres: litosfera (crosta terrestre, a camada sólida da Terra), hidrosfera (água, a porção líquida da Terra) e atmosfera (ar, a camada gasosa da Terra), cuja junção dá origem à biosfera (esfera da vida constituída pela flora e fauna).

Figura 32- Neo-rurais nas Disputas Paradigmáticas



Fonte: Adaptado pela autora a partir de Fernandes (2015, p. 17).

Compreendemos que os neo-rurais se encontram na intersecção dos hexágonos, ou seja, em ambos os paradigmas a depender dos contextos em que são apreendidos e analisados, tais como modo de vida, relação com os mercados, modo de produção e na interação com membros da comunidade local.

Inicialmente, se pensou em organizar a explicação sobre o posicionamento dos neo-rurais separando algumas situações que os filiam ao paradigma do capitalismo agrário e, na sequência, mostrando outros contextos observados que os deslocam em direção ao paradigma da questão agrária. Essa estruturação tinha como princípio norteador a função didática.

No entanto, foi percebido que haveria situações nas quais os dois paradigmas interagiriam. Por isso, optou-se por apresentar os neo-rurais no PCA e PQA de maneira combinada.

Para os neo-rurais fungicultores da COOPJUQUI, o mercado é um princípio orientador, pois a escolha pela produção do shitake deveu-se, essencialmente, por atender a um nicho de mercado, é um produto alimentar valorizado monetariamente e não acessível a toda população. Portanto, no que concerne ao relacionamento com o mercado, a atividade desenvolvida pelos neo-rurais pode ser compreendida ou conceituada como uma agricultura empresarial. Na argumentação de Ploeg (2008), a agricultura camponesa contrapõe-se ao modo empresarial de fazer agricultura porque ela enxerga o mercado não como um caminho

que a guia, mas como “essencialmente uma *saída* – o lugar onde os produtos fabricados são vendidos, quer isso seja vantajoso ou não” (PLOEG, 2008, p. 137 grifo do autor).

Por outro lado, a estrutura produtiva da maioria dos neo-rurais entrevistados se centraliza na mão-de-obra familiar, conferindo-lhes o jeito de fazer agricultura do campesinato, característica também examinada por Jan Douwe Van Der Ploeg.

Segundo o autor, enquanto no “jeito empresarial de fazer agricultura” a espécie de mão-de-obra empregada é a assalariada, o “jeito camponês de fazer agricultura” diferencia-se por utilizar, preferencialmente, a modalidade familiar (PLOEG, 2008).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira também compartilha dessa ideia, pois para o intelectual, “a agricultura camponesa é aquela que se organiza a partir do trabalho familiar diferenciando-se da agricultura capitalista que se organiza a partir do trabalho assalariado” (FELICIO, 2011, p. 94).

Nesse contexto em que os neo-rurais de Juitituba e região se inserem, cuja estrutura produtiva baseada no trabalho familiar se volta para um nicho de mercado, reconhecemos o vínculo ao paradigma da questão agrária e ao paradigma do capitalismo agrário, respectivamente.

A exigência de conhecimentos amplos impostos ao camponês para sobreviver, associada à ausência ou descaso do Estado, obrigou-lhe buscar de modos de vida marcados pela cooperação. De acordo com Tardin (2012), nas relações sociais camponesas estão presentes acentuados valores humanos fundamentais, entre os quais a solidariedade e a fraternidade, se concretizam em múltiplas práticas de ajuda mútua entre vizinhos. E, da mesma forma que a ajuda mútua se manifesta em situações de catástrofes ou dificuldades diversas, também se concretiza no compartilhamento e reprodução dos conhecimentos que, segundo Tardin (2012) se dá por uma práxis empírica ampla.

A natureza do conhecimento camponês faz dele um efetivo prático-empírico, que preponderante e necessariamente faz ensinando e ensina fazendo, ao mesmo tempo em que comunica oralmente explicações dos saberes intrínsecos a cada objeto e prática. (TARDIN, 2012, p. 181).

A condição dos neo-rurais, de pouco ou nenhum conhecimento sobre as técnicas da agricultura, principalmente, perante o cultivo de shitake, um alimento não popular, foi um dos nossos questionamentos iniciais. Como tantas pessoas que residiram e trabalharam a maior parte de suas vidas na cidade, sem experiência ou contato com atividades agropecuárias, estavam aprendendo e desenvolvendo a produção de cogumelos com notável confiança e independência?

Expressamente, os neo-rurais responderam que a apreensão do conhecimento ocorrera pela troca dos saberes e pela boa vontade e disposição de outros sitiantes de compartilhar suas experiências. Mesmo aqueles que oportunamente realizaram algum curso ou já desenvolviam a fungicultura há mais tempo nos relataram que era preciso continuar estudando, pois a cultura do shitake é imprevisível, sendo necessário ter insistência, procurar observar sempre com olhar crítico e aprender com os outros.

A postura dos neo-rurais investigados evidencia traços e valores do campesinato, mesmo entre aqueles cujos pais ou avós nunca foram camponeses e, consecutivamente, esse caráter do neo-ruralismo os aproxima do paradigma da questão agrária.

A necessidade dos camponeses de se reproduzirem socialmente a contento de suas necessidades vitais e não de acumulação resultou, sob a visão de Ianni (1986), na formação de uma identidade campesina fundamentada na forte conexão com a natureza. Logo, essa relação humano-natureza se traduz no cuidado com a terra e na formalização de sistemas organizativos eficientes, cujo trabalho cooperativo propicia melhores resultados de produção.

O campesinato, em geral, está preocupado com a terra, com as condições de trabalho, com a conquista da terra, a reconquista da terra, a preservação da terra. E junto com isto está preocupado com o problema da produção e da apropriação do produto do trabalho. (IANNI, 1986, p. 1).

A conexão com a natureza, conforme expusemos no capítulo anterior, é um dos principais anseios que caracteriza os neo-rurais e que lhes impulsiona, entre outros fatores, a deixar o meio urbano para buscar no mundo rural um novo estilo de vida. Uma vez que a identidade camponesa se assenta na forte relação sociedade-meio ambiente, segundo Ianni (1986), podemos afirmar que existe certa similitude entre camponeses e neo-rurais.

Outra essencialidade do camponês é a de não ser nunca uma coisa só, mas a combinação de vários elementos que lhe permitem a superação nos momentos de crise e a preservação de seu modo de vida. Em suma, esta é a natureza do campesinato para Shanin (2008, p. 25), o caráter nada sólido e tão pouco absoluto que se manifesta em sua criatividade para buscar soluções e ganhar a vida.

Ao corroborar com o ideário de Teodor Shanin, Bartra (2011) acrescenta que a permanência do camponês no sistema capitalista se deve por seu modo de se transformar, por valores e projetos implícitos em suas múltiplas e complexas estratégias de sobrevivência.

A habilidade de adoção de diferentes estratégias para sobreviver faz dos camponeses seres polivalentes, ou seja, capazes de associar o trabalho na economia capitalista com o

trabalho na unidade de produção familiar. Segundo Shanin (2008), essa é a principal particularidade do campesinato.

[...] as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida. Em alguns lugares, há comunidades de camponeses que hoje vivem principalmente do turismo. Há lugares onde as comunidades camponesas ganham a vida com novos métodos de produção e, em outros, os camponeses ganham a vida por meio da combinação do trabalho camponês e do trabalho não-camponês. (SHANIN, 2008, p. 25).

Essa capacidade de envolvimento em diferentes atividades, seja no interior do campo ou na periferia da cidade, tanto através da economia informal ou familiar quanto por meio da economia capitalista, comprova a desenvoltura e autonomia do modo de vida camponês frente às relações sociais dominantes.

As pessoas, a priori, vivem restritamente de suas profissões, elas procuram obter nas instituições de ensino como escolas ou universidades, um saber específico que lhes possibilite viver mediante o assalariamento no processo de venda da força de trabalho.

Ao contrário dos demais indivíduos, os camponeses detêm um conhecimento holístico que não se aprende por intermédio de cursos, mas com a própria família desde a infância e no contato mais próximo com a natureza. Enquanto nas relações sociais capitalistas estabelecidas predominantemente nas cidades, as pessoas ficam mais vulneráveis às oscilações do mercado, podendo se encontrar na condição de desolamento e, até necessidade, em momentos de crise econômica; no modo de vida camponês, essencialmente atrelado ao campo, os indivíduos tem maior sobrevivência, por assim dizer, graças à capacidade de cuidar da terra, produzir alimentos e gerar a família.

Mas como dito anteriormente, os camponeses também atuam na economia capitalista. Podem ser profissionais e trabalhar como professor, técnico bancário, engenheiro agrônomo, agente de saúde, entre tantas outras atividades econômicas sem, contudo, abandonar a produção agrícola de base familiar, o que significa que são capazes de enfrentar melhor as dificuldades e sobreviver desenvolvendo ou não, as atividades remuneradas não agrícolas.

Esse é um dos diferenciais observados no presente estudo, em vários relatos fornecidos pelos neo-rurais de Juquitiba percebemos que, entre os seus interesses e expectativas – os projetos familiares dentro do campo de possibilidades – como se refere Carneiro (1999), estaria o desejo por viver exclusivamente da atividade agrícola e, assim como os camponeses, os neo-rurais recorrem à pluriatividade combinando a ocupação não agrícola com os afazeres no sítio porque os laços familiares na unidade de produção permitem essa negociação interna.

Nota-se um conjunto de aspectos sobre o campesinato, apontados por estudiosos da questão agrária, que nos assegura da importância destes sujeitos políticos, tanto pela apreensão de novos modelos de produção capazes de garantir a satisfação das necessidades humanas sem, contudo, depreciar ou causar o esgotamento dos recursos naturais, quanto pelas formas de aprendizado, valores e princípios que caracterizam o modo de vida camponês.

A defesa da produção agroecológica é um desses componentes que também representa uma das diferentes maneiras com que o campesinato busca autonomia e se reterritorializa, na perspectiva dos teóricos filiados ao paradigma da questão agrária (FELICIO, 2011).

Tendo em vista tantas similaridades entre camponeses e os neo-rurais investigados neste estudo, concluímos que os camponeses são plurais e, portanto, também podem ser neo-rurais. Para sustentar essa tese, aqui é apresentada a interpretação de Armando Bartra Vergés na obra “Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo.”

[...] Assim, há camponeses clássicos, associativos originários, *neorrurais*, polifônicos, intermitentes, virtuais, nômades, exilados, multinacionais e vocacionais (aqueles que ainda não o são, mas desejam ser). Portanto, contra o que postulava o velho paradigma burguesia-proletariado – que desejava vê-los mundialmente uniformizados, alguns de cartola, outros de macacão – o campesinato não é uma ex-classe que hoje se desagrega e se dissipa em sua diversidade centrífuga; ainda que abandonado por alguns, é um movimento vigoroso e centrípeto, possui uma identidade polifônica sempre em construção e cuja força reside precisamente na união dos diferentes. (BARTRA, 2011, p. 14, grifo nosso).

Todavia, continua crescente a desigualdade gerada pelas diversas formas de exploração e expropriação do capital, ora associadas ao incentivo estatal na criação de políticas públicas que tem como escopo, a integração do campesinato ao agronegócio. Para exemplificar, Fernandes, Welch e Gonçalves (2011) analisam as políticas de agrocombustíveis como o PNPB, que na leitura dos autores é uma manifestação clara da espacialização do paradigma do capitalismo agrário.

A formação de políticas públicas é essencial para o fortalecimento dos territórios camponeses, mas esse tipo de “melhoria”, vinculada ao PCA, acaba na subalternidade (integração) ao capital porque o agronegócio como complexo de sistemas é enxergado como a totalidade, quando, na realidade, é apenas um modelo de desenvolvimento da agricultura. Sendo assim, como não existe somente o mercado capitalista, o campesinato não precisa fazer parte dele por meio da integração (FELICIO, 2011, p. 102-104).

É preciso construir experiências que superem a condição de subordinação, pautadas na produção agroecológica e na autonomia na gestão e organização do negócio por meio de economias solidárias, por exemplo. O incentivo das políticas públicas é crucial para a territorialização dos chamados por Bartra (2011) de “novos camponeses”, “um campesinato

internacional em sua natureza” (Shanin, 2008, p. 25). Mas elas devem vislumbrar as múltiplas possibilidades de desenvolvimento da agricultura, como a construção de mercados camponeses que só se materializam e suplantam a desterritorialização promovida pelo capital quando são formuladas dentro das concepções do paradigma da questão agrária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos gestos mais belos e generosos do homem, andando vagarosamente pelo campo lavrado, é o de lançar na terra as sementes.

Clarice Lispector

As cidades não podem mais ser identificadas pelo predomínio das indústrias, tão pouco os campos vinculados restritamente à atividade agrícola ou pecuária. De fato, tornou-se cada vez mais dificultoso delimitar o que é rural do que é urbano. No entanto, uma temática que, a princípio, parecia muito importante ser estudada, na opinião de Carneiro (2012), mostrou-se irrelevante frente às novas possibilidades que emergem no meio rural brasileiro.

Para José Graziano da Silva (1997) o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano. Em função do processo de industrialização da agricultura, que deu origem aos complexos agroindustriais, o meio rural brasileiro acabou por se urbanizar. A agricultura que no passado se apresentava como um setor produtivo relativamente independente se integrou ao restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos (SILVA, 1994, p. 43).

Giuliani (1990) confirma que, à primeira vista, “de fato, as especificidades do campo iam aos poucos, ou rapidamente, se reduzindo” e como o destino do meio rural parecia traçado a transformar seus protagonistas em meros suburbanos.

O contexto acima elucida as mudanças ocorridas no campo que se aliam aos pressupostos do paradigma da industrialização da agricultura, mas não clarificam outras transformações do mundo rural contemporâneo que se evidenciaram na Europa desde os anos 80 e mais recentemente no Brasil.

Dentre essas transformações ocorridas no campo, àquela que podemos considerar matriz de nossa investigação e indispensável à geração de todas as demais mudanças é o êxodo da cidade para o campo.

Inicialmente nos Estados Unidos, desde meados dos anos 1980 e, posteriormente, em outros países do hemisfério Norte, a população residente nas zonas rurais é a que mais cresce. Na história do Brasil, o inusitado retardamento do ritmo do êxodo rural e o aumento da população do campo se efetivaram mais tarde, na década de 1990. Dados do IPEA confirmam que a contínua redução, durante quase vinte anos, do número absoluto de habitantes das áreas rurais cessou, revertendo-se para o crescimento, afirma Abramovay (2000).

Por essa razão, Carneiro (2012) questiona se ainda é possível analisar a complexidade das relações nas sociedades rurais ancorados na oposição ou mesmo numa continuidade (continuum) entre o campo e a cidade.

Ao nos deparar com a significativa unificação de pessoas originárias do meio urbano que escolheram residir em Juquitiba e trabalhar na atividade agrícola, se corrobora com a perspectiva da emergência de uma nova ruralidade, tendo em vista estar diante de “uma realidade que não cabe mais (ou jamais coube) no arcabouço teórico-conceitual sustentado na dualidade rural-urbano” (CARNEIRO, 2012, p. 27).

Entre os fatores que desencadearam as novas ruralidades, a priori se assinala para a mudança na percepção da sociedade a respeito do campo. Tornou-se crescente a importância social atribuída à natureza, mesmo em áreas que cumprem a função agropecuária. De acordo com Abramovay (2009) na Europa o meio rural é visto cada vez menos como espaço fundamentalmente produtivo.

Sob esta ótica, as condições de vida e trabalho no campo não poderiam mais ser uniformizadas pela dualidade entre a atividade agrícola convencional e produtivista, que faz uso intensivo da mecanização e dos insumos industriais, em contraposição com a estereotipada agricultura camponesa arcaica, alicerçada na pequena propriedade e na produção de subsistência. Afinal, o campo é formado por dimensões culturais, sociais e econômicas diferentes que, por sua vez, criam ruralidades distintas, a depender das especificidades do meio rural e de seus agentes também diversificados. Em questão ao nosso estudo, os atores são majoritariamente neo-rurais e as particularidades do meio rural que se destacam são: a proeminente Mata Atlântica, o tombamento desta biodiversidade como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO e a proximidade de Juquitiba em relação à capital do estado de São Paulo.

Portanto, dada a revalorização das regiões interioranas, como espaço de moradia e lazer, cuja expectativa dos neo-rurais é ter melhor qualidade de vida do que nas áreas metropolitanas, a biodiversidade passa a ser considerado um atributo essencial na configuração das novas ruralidades.

Outro componente importante no fomento das ruralidades são os avanços tecnológicos que, não apenas alteraram as formas de organização do trabalho como também os requisitos para sua localização espacial. O “encurtamento das distâncias e do tempo” resultantes da evolução nos meios de transporte e comunicação possibilitou às pessoas, principalmente da classe média, morar em áreas rurais e continuar trabalhando na cidade.

Mercadorias e informações também trafegam no mundo com extraordinária velocidade implicando em novas dimensões para o espaço. Os diferentes níveis de alcance da modernização sobre campo foi a conjectura formulada por Bernard Kayser para justificar o que ele denominou de renascimento rural.

A partir da síntese apresentada, os paradigmas tem um papel crucial na interpretação das novas ruralidades de Jquitiba enquanto instrumento analítico da construção autônoma ou subordinada dos territórios e das territorialidades.

Haja vista que os neo-rurais possuem uma forma particular de ver o mundo intimamente ligada à questão territorial - como mencionara Teresa Alves quando disse que tratam-se de pessoas com uma cultura de território - daí parte a essencialidade do debate paradigmático porque os paradigmas reúnem na análise esses dois elementos, o território e as diferentes intencionalidades ou visões de mundo dos novos atores que emergem no campo, dos movimento sociais, das corporações e dos governos, expressas por meio das políticas públicas.

Nesse sentido, em nossa compreensão os neo-rurais são um “coletivo de pensamento” Fernandes (2013) porque possuem um estilo de pensamento influenciado pela origem urbana e pelas variadas trajetórias de vida.

Para inserirmos os neo-rurais de Jquitiba ao debate paradigmático foi necessário reorientarmos o olhar para o fato de que a agricultura não é exercida somente por famílias originalmente rurais. E, como percebemos nas visitas a campo, que as intencionalidades e visões de mundo dos neo-rurais não se fincavam na esfera econômica, reconhecemos a importância de nos apropriarmos da noção de multifuncionalidade da agricultura.

Portanto, o neo-ruralismo é um fenômeno cujo imperativo não é essencialmente econômico, fatores de ordem social e cultural são decisivos para impulsionar as transformações no espaço rural. A principal transformação percebida no espaço de Jquitiba foi a criação da cooperativa formada por neo-rurais e sitiantes locais que juntos começaram a produzir cogumelos.

No entendimento de Ploeg (2008), “[...] a cooperação representa uma *linha de defesa* muito necessária, apesar de nem sempre efetiva” (PLOEG, 2008, p. 101, grifo do autor) para que as comunidades camponesas se apropriem da riqueza desviada pelos impérios agroalimentares.

Ademais, o modo cooperativo de produção corresponde a uma prática social que possibilita ao trabalhador, a apreensão da totalidade do trabalho anteriormente alienado no modelo capitalista de produção. A alienação e degradação das relações trabalhistas nas

idades são algumas das insatisfações dos neo-rurais que os impulsionaram a viver no campo a partir da atividade agrícola.

No que tange à perspectiva interpretativa da pluriatividade, procurou-se seguir as orientações de Carneiro (2012) atentando aos procedimentos analíticos. A autora determina a imprescindibilidade da investigação a partir do ponto de vista dos atores sociais para entender quais os significados de suas práticas sociais e que posição as atividades não agrícolas ocupam no conjunto da economia familiar.

Verifica-se que nos núcleos familiares dos neo-rurais onde o fenômeno da pluriatividade é presente, com exceção da unidade familiar do informante I, residente em São Paulo, a ocupação não agrícola tem a função de dar suporte à manutenção dos citadinos no campo e até subsidiar a fungicultura nos sítios porque a maioria dos neo-rurais entrevistados manifestaram o desejo por viver exclusivamente da agricultura.

Desse modo, assim como o campesinato recorre às relações de trabalho capitalistas para permanecer camponês e essa condição de pluriatividade não é uma demonstração de fraqueza, mas de flexibilidade e resiliência na visão de Shanin (2008), os neo-rurais de Juquitiba também desenvolvem diversas estratégias de resistência desde o momento que partiram da cidade. Na contramão da agricultura convencional caracterizada pelo uso excessivo de agrotóxicos, os neo-rurais organizam o território em defesa de seus modos de vida a partir de práticas distintas daquelas que os agonizavam no meio urbano. O desenvolvimento de práticas agroecológicas se traduz, hoje, num dos principais ícones da resistência camponesa, resiste-se pela *práxis*, não pelo discurso.

Diversas experiências camponesas em curso por todo o território brasileiro, além de representarem o enfrentamento ao modelo dominante, representam a liberdade – a liberdade desses grupos em decidir o que, o quanto e como produzir. Muitas das práticas agroecológicas estão situadas em assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária, mas no estudo de caso investigado por esse trabalho, os sistemas de produção em transição agroecológica se situam em pequenas propriedades (sítios) de neo-rurais. Tais atividades de cunho agroecológico são, portanto, um novo paradigma de produção agrícola que contribui na sobreposição do modelo hegemônico, além de integrar um mercado embrionário, mas crescente de alimentos saudáveis e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

_____. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. Desafios impostos pela volta do homem ao campo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 02 de outubro de 2000. Para juntar economia e ética, sociedade e natureza. p. A3. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/desafios-impostos-pela-volta-do-homem-ao-campo/>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

ALVES, Rubem. **O Retorno e terno...** Crônicas. 9. ed. Campinas: Papirus, 1997. 169 p.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ORGÂNICA. Disponível em: <<http://aao.org.br/aao/quem-somos.php>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA-SAF-Dater-IIICA, 2004.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades Contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

_____. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. (Org.). **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 223-239.

_____. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.

_____. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 53-75, 11 out. 1998. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/135/131>> Acesso em: 09 out. 2014.

DE BIASE, Laura. **Agroecologia, campesinidade e os espaços femininos na unidade familiar de produção**. 2010. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010.

DIEGUES, Carlos Antonio. O Vale do Ribeira e o litoral de São Paulo: meio ambiente, história e população. **Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras**, Universidade de São Paulo, São Paulo, mar. 2007. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cenpec.pdf>> . Acesso em 08 mai. 2015.

FELÍCIO, Munir Jorge. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **Revista Geografia**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 205-219, jan./jun. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. v. 1. 873 f. Tese (livre-docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

_____. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: HIDALGO F., Francisco; HOUTART, François; LIZÁRRAGA A., Pilar. (Org.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos**. Quito: Editorial IAEN, 2014.

_____. **Territórios paradigmáticos: uma leitura preliminar da produção do conhecimento na geografia agrária brasileira a partir dos Encontros Nacionais de Geógrafos e dos Congressos Brasileiros de Geógrafos**. **Terra Livre**, ano 30, v. 2, n. 42, p. 23-46, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

_____. Políticas de agrocombustíveis no Brasil. Paradigmas e disputa territorial. **Espaço aberto PPGG**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 21-43, 2011.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Perfil Municipal de Juquitiba**. In: Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 5, n. 14, p. 59-67, out. 1990. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_05.htm>. Acesso em: 29 maio 2015.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300005>. Acesso em: 25 set. 2014.

_____. O Novo Rural Brasileiro. Rev. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

GUBUR, Dominique Michèle Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil Contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. esp. 2, p. 103-112, set. 2013.

IANNI, Octávio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

_____. A utopia camponesa. In: **Ciências Sociais hoje**. São Paulo: Cortez Editora e ANPOCS, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS. **Bioma Mata Atlântica**. Disponível em: <<http://www.ibflorestas.org.br/bioma-mata-atlantica.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **São Paulo – Juquitiba**. In: **Cidades@**. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 06 maio 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Reservas da Mata Atlântica (PR/SP)**. In: **Patrimônio Mundial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/44>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira**, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/agenda.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2015.

IZIQUE, Claudia. O Brasil rural não é só agrícola. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, maio 2012. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/08/22/o-brasil-rural-n%C3%A3o-%C3%A9-s%C3%B3-agr%C3%ADcola/>>. Acesso em: 25 jan. 2016. Especial 50 anos de FAPESP.

JACOB, Jeffrey Carl. **New Pioneers: The Back-to-the-Land Movement and the Search for a Sustainable Future**. State College (EUA): Penn State University Press, 1997.

JUQUITIBA. **Prefeitura Municipal**. Disponível em: <<http://www.juquitiba.sp.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2014.

LIPP, Marilda Novaes. O estresse das grandes cidades. Folha de São Paulo, São Paulo, s/d. Disponível em: <<http://www.estresse.com.br/ipcs-na-midia/folha-de-s-paulo-o-estresse-das-grandes-cidades/>>. Acesso em: 18 out. 2014.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi, et al. Agricultura de sustentação quilombola e desenvolvimento: estudo de projetos em concorrência In: CONGRESSO BRASILEIRO DE

SOCIOLOGIA, 14., 2009. **Anais...** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: SBS, 2009. 22 p.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 2.

MATA Atlântica – Brasil: Oito Paisagens. Direção Paulo Rufino. São Paulo: Casa de Cinema Produções, 2005. 1 DVD, Episódio 1. Ca. 52min.

MEIRELLES, Laércio. **Produto Orgânico ou Produto Ecológico?** In: Dom Pedro de Alcântara, 2000. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/artigo_detalhe.php?id_artigo=20>. Acesso em: 20 dez. 2015.

FOME global diminui, mas milhões ainda estão cronicamente famintos. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Notícias**. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/fgdmaecf.asp>>. Acesso em: 31 maio 2014.

PETERSEN, P. F.; WEID, J. M.; FERNANDES, G. B. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. *Gestão Ambiental na Agricultura*. **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte, v. 30, n. 252, p. 7-15, set-out. 2009.

PETRONE, Pasquale. A Baixada do Ribeira. Estudo de Geografia Humana. **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 14, 1966.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PRIMAVESI, Ana Maria. **Manejo ecológico do solo**: a agricultura em regiões tropicais. 7. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

QUINTO, Antonio Carlos. Arqueólogos encontram sambaqui mais antigo do Brasil. **Agência USP de Notícias**, São Paulo, 10 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/agen/?p=5853>>. Acesso em: 09 maio 2015.

RALLO, Priscila Petri. **A configuração de conflitos sociais e ambientais nas franjas da metrópole de São Paulo**: o caso de Jquitiba. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

REOCUPAÇÃO neo-rural: portugueses urbanos, alemães, britânicos, franceses, holandeses, suíços... realizam os seus projetos e o seu sonho rural em Portugal. **Leader Magazine**, Lousã. n. 22 p. 19-22, Primavera 2000. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/dossier_p/pt/dossier/ex09.pdf>. Acesso em: 09 out. 2014.

ROMA, Marcelo. Mercado para o shitake cresce e empresa fornece substrato cultivado a produtores. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 01. ago. 2014. Economia. Disponível em:

<<http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/561903/mercado-para-o-shitake-cresce-e-empresa-fornece-substrato-cultivado-a-produtores>>. Acesso em: 26 out. 2015

ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. A morfogênese da bacia do Ribeira do Iguape e os sistemas ambientais. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 12, 2002.

_____. **Ecogeografia do Brasil**: subsídios para o planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

_____. **Entrevista** [6 jan. 2015]. Entrevistador: Rosana Akemi Pafunda. São Paulo, 2016. Áudio digital (ca. 55 min).

SALGADO, Pompeu. **Minhas poesias**. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2011.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Atlas de Uso e Ocupação do Solo do Município de Juititaba. In: EMPLASA. Produtos cartográficos. **Atlas de Uso e Ocupação do Solo dos Municípios da RMSP**. Disponível em: <http://www.emplasa.sp.gov.br/Cms_Data/Sites/Emplasa/Files/Documentos/Cartografia/Atlas/RMSP/Atlas_Juititaba.pdf> Acesso em: 26 maio 2014.

SÃO PAULO (Estado). **Lei n. 1.117, de 27 de dezembro de 1907**. Cria o Distrito de Paz de Juititaba, com sede na povoação denominada Bella Vista do Juquiá, do município de Itapeperica. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=65262>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. **Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/temas/sao-paulo/sao-paulo-populacao-do-estado.php>> Acesso em: 13 fev. 2016.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

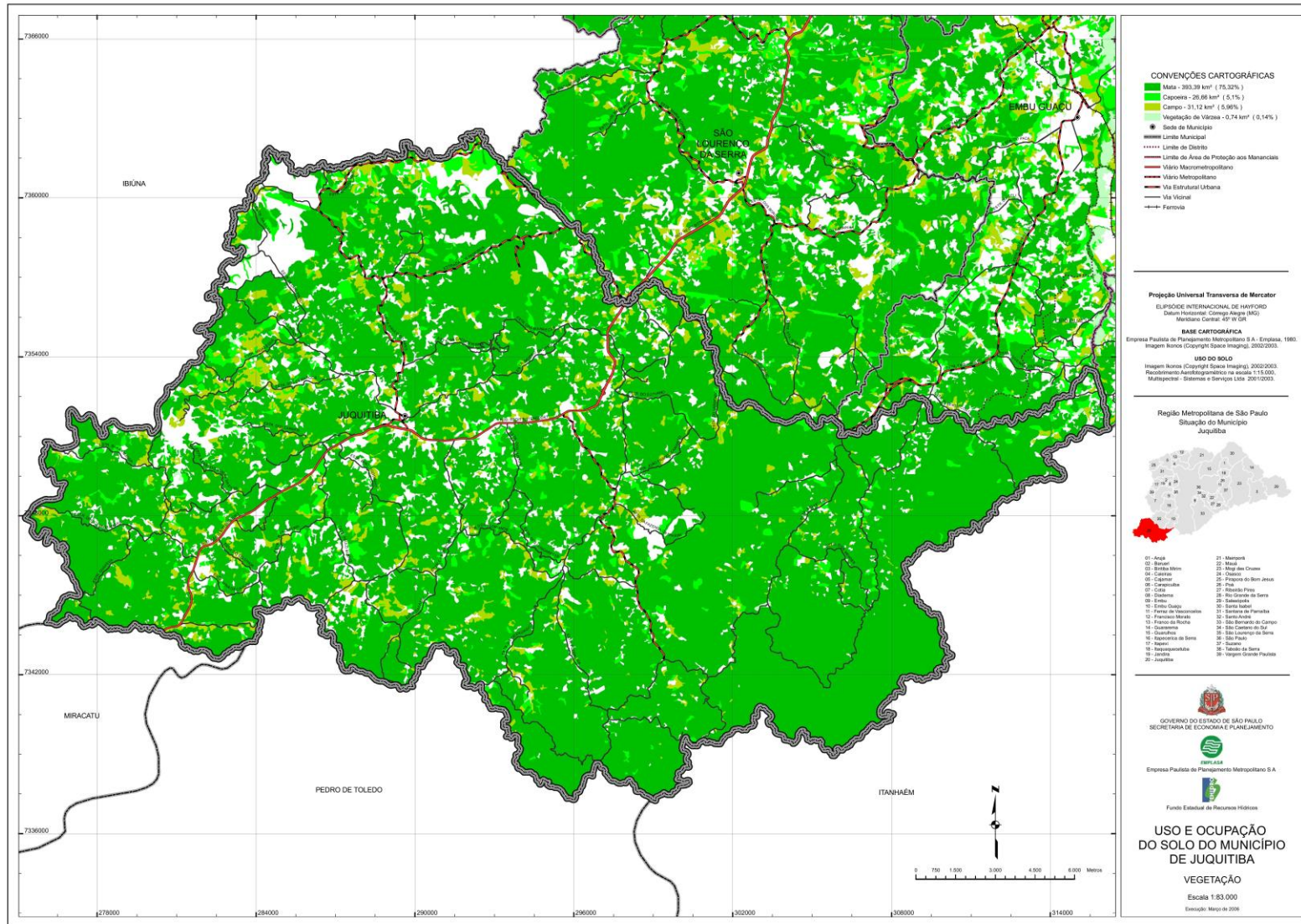
STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora UFSC, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHMITT, Claudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-198.

anexo A – uso e ocupação do solo do município de Juquitiba



anexo B – região metropolitana de São Paulo

